



Estratégia e Plano de Acção EDV 2020

Associação de Municípios de Terras de Santa Maria
Março de 2013
Versão preliminar 0.3



Índice

INTRODUÇÃO

I. PRIORIDADES DE PROGRAMAÇÃO ESTRUTURAL 2014-2020

- 1.1. A Estratégia Europa 2020
- 1.2. A Política de Coesão 2014-2020
- 1.3. O Plano Nacional de Reformas
- 1.4. O Plano Regional de Reformas
- 1.5. O EDV e as prioridades de programação estrutural 2014-2020

II. ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DO EDV

- 2.1. Enquadramento macroeconómico e convergência real
- 2.2. Dinâmicas territoriais
- 2.3. Acessibilidades e mobilidade
- 2.4. Conectividade digital
- 2.5. Dinâmicas populacionais
- 2.6. Educação e qualificação
- 2.7. Recursos naturais e simbólicos
 - 2.7.1. Turismo de natureza
 - 2.7.2. Turismo de saúde
 - 2.7.3. Turismo cultural e criativo
- 2.8. Análise SWOT

III. ESTRATÉGIA: EDV 2020 – VOCAÇÃO PARA CRESCER

- 3.1. EDV 2020 – Produto e Emprego
 - 3.1.1. Introdução
 - 3.1.2. Estratégia de Especialização Inteligente EDV 2020
 - 3.1.2.1. Estruturação Económica e Internacionalização
 - 3.1.2.2. Sectores Industriais Relevantes
 - 3.1.2.3. Outros Sectores Relevantes
 - 3.1.2.4. Sistema de Inovação de Base Regional
 - 3.1.2.5. Estratégia de Acolhimento Empresarial
 - 3.1.3. Acções recomendadas
 - 3.1.4. Instrumentos de Política
 - 3.1.5. Plano de Acção e Matriz de Convergência

3.2. EDV 2020 – Sustentabilidade

3.2.1. Ciclo Urbano da Água

3.2.2. Regeneração Urbana

3.2.3. Capital Simbólico e Serviços de Turismo

3.2.4. Acções recomendadas

3.2.5. Instrumentos de Política

3.3. EDV 2020 – Coesão

3.3.1. Inclusão social e combate à pobreza: directrizes comunitárias e nacionais

3.3.2. O EDV Solidário

3.3.3. O EDV Social+

3.3.4. Acções recomendadas

3.3.5. Instrumentos de Política

IV. PLANO DE ACÇÃO: EDV 2020 – VOCAÇÃO PARA CRESCER

4.1. Estrutura

V. MODELO DE GOVERNAÇÃO

Introdução

Introdução

O texto que se segue é fruto de um trabalho realizado desde o primeiro instante com as Câmaras Municipais do Entre Douro e Vouga e cujo tempo de realização se acelerou radicalmente tendo em conta a programação nacional para o pleno acesso aos fundos previstos no âmbito da Política de Coesão entre 2014 e 2020.

Não obstante, foi possível elaborar uma versão preliminar da Estratégia e Plano de Acção para o EDV 2020 com pleno escrutínio municipal e razoável escrutínio sectorial e ainda com exaustiva revisão documental.

Foram realizadas reuniões com o grupo de trabalho técnico das Câmaras para análise de diagnóstico, visitas a cada um dos Municípios com análise de prioridades e visitas de projectos com cada Presidente de Câmara.

Foi em seguida promovida uma reunião de concertação sectorial com a presença de representantes de importantes sectores como o das Águas, Acessibilidades, Educação ou Turismo.

Em reuniões realizadas em cada Município foi ainda possível aprofundar em workshops inter-sectoriais, os principais desafios identificados com especial enfoque para o respectivo sector económico de especialização.

Em complemento ao cruzamento de dados e à exaustiva revisão documental efectuada – a nível programático nacional, regional e comunitário – foram ainda contactados os responsáveis pela APPICAPS, ADDICT, AIMMAP, APCOR, APT, AFEDV e CENTIMFE para recolha de textos de autor (institucionais) que confirmam a leitura estratégica que pudemos fazer e a implementação operacional desenhada.

Longe de ser um documento académico e científico, procura ser uma recolha e análise objectiva de dados e um desafio para o futuro “levantado do chão”.

Será necessário relê-lo política e tecnicamente, analisá-lo do ponto de vista sectorial e territorial e ainda sob o ponto de vista da sua articulação com os trabalhos em curso à escala AMP.

Cristina de Azevedo
Março de 2014

O texto não foi redigido ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

I. Prioridades de programação estrutural 2014-2020

1.1. A Estratégia Europa 2020

“A Europa está a atravessar um período de transformação. A crise anulou anos de progresso económico e social e expôs as fragilidades estruturais da economia europeia. Entretanto, o mundo está a evoluir rapidamente e os desafios de longo prazo – globalização, pressão sobre os recursos, envelhecimento da população – tornam-se mais prementes. Chegou o momento de a UE tomar o futuro nas suas mãos.

Para ter êxito, a Europa deve actuar colectivamente, enquanto União. Precisamos de uma estratégia que nos ajude a sair mais fortes da crise e que transforme a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. A Europa 2020 representa uma visão da economia social de mercado para a Europa do século XXI.

A estratégia Europa 2020 estabelece três prioridades que se reforçam mutuamente:

- Crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação.
- Crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva.
- Crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

A UE tem de definir o que pretende para 2020. Nesta perspectiva, a Comissão propõe os seguintes grandes objectivos para a UE:

- 75 % da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada.
- 3 % do PIB da UE deve ser investido em I&D.
- Os objectivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (incluindo uma subida para 30 % do objectivo para a redução das emissões, se as condições o permitirem).
- A taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10 % e pelo menos 40 % da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior.
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.

Estes objectivos estão interligados e são determinantes para o nosso êxito global. Para assegurar que cada Estado-Membro adapta a estratégia Europa 2020 à sua situação específica, a Comissão propõe que os objectivos da UE sejam traduzidos em objectivos e trajectórias nacionais.

Estes objectivos são representativos das três prioridades constituídas pelo crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, mas não são exaustivos na medida em que a sua prossecução implicará um vasto leque de acções a nível nacional, da UE e internacional. A Comissão apresenta sete iniciativas emblemáticas que visam estimular os progressos no âmbito de cada tema prioritário:

- «Uma União da inovação» para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para assegurar que as ideias inovadoras são transformadas em produtos e serviços que criam crescimento e postos de trabalho.
- «Juventude em movimento» para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e facilitar a

entrada dos jovens no mercado de trabalho.

- «Agenda digital para a Europa» para acelerar a implantação da Internet de alta velocidade e para que as famílias e as empresas possam tirar partido de um mercado único digital.
- «Uma Europa eficiente em termos de recursos» destinada a contribuir para dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos, assegurar a transição para uma economia hipocarbónica, aumentar a utilização das fontes de energia renováveis, modernizar o nosso sector dos transportes e promover a eficiência energética.
- «Uma política industrial para a era de globalização» para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial forte e sustentável, susceptível de enfrentar a concorrência mundial.
- «Plataforma europeia contra a pobreza» para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar activamente na sociedade.»

*José Manuel Durão Barroso
COM, Março de 2010*

Caixa nº 1 – A estratégia Europa 2020

CRESCIMENTO INTELIGENTE	CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	CRESCIMENTO INCLUSIVO
<p>INOVAÇÃO</p> <p>Iniciativa emblemática da UE “Uma União da inovação” para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para reforçar a cadeia de inovação e acelerar os níveis de investimento em toda a União.</p>	<p>CLIMA, ENERGIA E MOBILIDADE</p> <p>Iniciativa emblemática da UE “Uma Europa eficiente em termos de recursos” destinada a contribuir para dissociar crescimento económico da utilização dos recursos, através da descabornização da economia, do aumento da utilização das fontes de energia renováveis, da modernização do sector dos transportes e da promoção da eficiência energética.</p>	<p>EMPREGO E QUALIFICAÇÕES</p> <p>Iniciativa emblemática da UE “Agenda para novas qualificações e novos empregos” para modernizar os mercados de trabalho, facilitando a mobilidade da mão-de-obra e o desenvolvimento das qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura.</p>
<p>EDUCAÇÃO</p> <p>Iniciativa emblemática da UE “Juventude em movimento” para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e reforçar a capacidade de atracção internacional do ensino superior da Europa.</p>	<p>COMPETITIVIDADE</p> <p>Iniciativa emblemática da UE “Uma política industrial para a era da globalização” para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME; e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial sólida e sustentável, susceptível de enfrentar a concorrência mundial.</p>	<p>LUTA CONTRA A POBREZA</p> <p>Iniciativa emblemática da UE “Plataforma europeia contra a pobreza” para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar activamente na sociedade.</p>
<p>SOCIEDADE DIGITAL</p> <p>Iniciativa emblemática da UE “Agenda digital para a Europa” para acelerar a implantação da Internet de alta velocidade e para que as famílias e empresas possam tirar partido de um mercado único digital.</p>		

Quadro nº 1 – Vectores fundamentais e iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020
Plano Regional de Reformas, CCDR-N, Março de 2011

1.2. Política de Coesão para o período 2014-2020

A Política de Coesão para o próximo período de programação procura fundamentar-se em três realidades distintas. Se, por um lado, emerge do documento programático Europa 2020, consciente de que a União só se imporá por via de um Crescimento Inteligente e de uma Política Sustentável ao nível dos recursos que garanta uma União com bons níveis de Inclusão Social e um combate determinado aos fenómenos de pobreza, por outro, não pode esquecer o período de crise aguda ao nível de vários Estados Membros nem, por isso mesmo, dedicar menos atenção aos ensinamentos do passado e à necessidade incontornável de gerar o máximo resultado com os recursos disponíveis. O discurso sobre a Coesão bem como os princípios que devem nortear a gestão e a implementação dos programas de intervenção são, assim, claramente definidos:

- incidir nas prioridades da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo;
- recompensar o bom desempenho;
- apoiar a programação integrada;
- focalizar os resultados – monitorizar o progresso em direcção a objectivos acordados;
- reforçar a coesão territorial;
- simplificar a execução;

Dois destes princípios devem reter a nossa atenção uma vez que terão, do nosso ponto de vista, especial responsabilidade no sucesso das acções a implementar.

São estes o apoio à gestão integrada, desde que sucedânea de um planeamento igualmente integrado e a simplificação da execução.

Em períodos de programação anteriores, o excesso de regulamentação, tantas vezes de iniciativa nacional, e a aposta na previsão de todas as possíveis inconformidades em detrimento de uma fiscalização eficaz, foram responsáveis líquidos por períodos de análise, aprovação e execução incompatíveis com a necessidade urgente de geração de rendimento e emprego.

Por outro lado são claros os domínios temáticos em que a União aposta, desde o início, para fortalecer as hipóteses de sucesso da Estratégia 2020:

- Investigação e inovação.
- Tecnologias da informação e da comunicação (TIC).
- Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME).
- Transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono.
- Gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas.
- Protecção do ambiente e eficiência na utilização dos recursos.
- Transporte sustentável e remoção de pontos de estrangulamento nas principais infra-estruturas da rede.
- Emprego e apoio à mobilidade laboral.
- Inclusão social e combate à pobreza.
- Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida.
- Reforço da capacidade institucional e administrações públicas eficientes.

Foi, entretanto, desenvolvido igualmente um trabalho de sistematização e coordenação da regulamentação dos vários fundos sendo importante ressaltar, desde logo, o resultado mais contido do enquadramento legislativo ao nível comunitário. Assim, produziu-se:

- uma regulamentação global que estabelece as regras comuns para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP) e regras gerais complementares para o FEDER, FSE e Fundo de Coesão;
- três regulamentações específicas para o FEDER, FSE e Fundo de Coesão;
- duas regulamentações sobre o objectivo de cooperação territorial europeu e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT).

As figuras seguintes esclarecem a arquitectura da política de coesão, o quadro financeiro em que assenta e ainda a respectiva implementação em termos de elegibilidades.

ARQUITECTURA DA POLÍTICA DE COESÃO				
2007-2013		2014-2020		
Objectivos		Metas	Categorias de regiões	Fundos
Convergência	FEDER FSE	Investir no Crescimento e em Empregos	Regiões menos desenvolvidas	FEDER FSE
Saída gradual da convergência			Regiões em transição	
Competitividade Regional e Emprego Entrada gradual				
	Fundo de Coesão			Fundo de Coesão
Competitividade Regional e Emprego	FEDER FSE		Regiões mais desenvolvidas	FEDER FSE
Cooperação Territorial Europeia	FEDER	Cooperação Territorial Europeia		FEDER

Quadro nº 2 – Arquitectura da Política de Coesão
COM, InfoREGIO, Março de 2013

ORÇAMENTO PARA A POLÍTICA DE COESÃO APÓS 2013 (PREÇOS DE 2011)

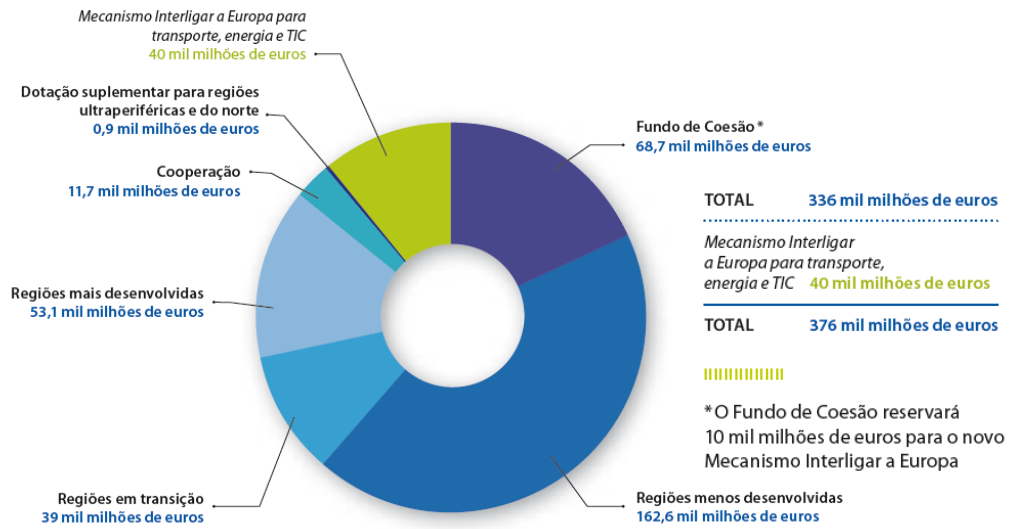


Figura nº 1 – Orçamento para a política de coesão após 2013 (preços de 2011)
COM, Inforegio, Março de 2013

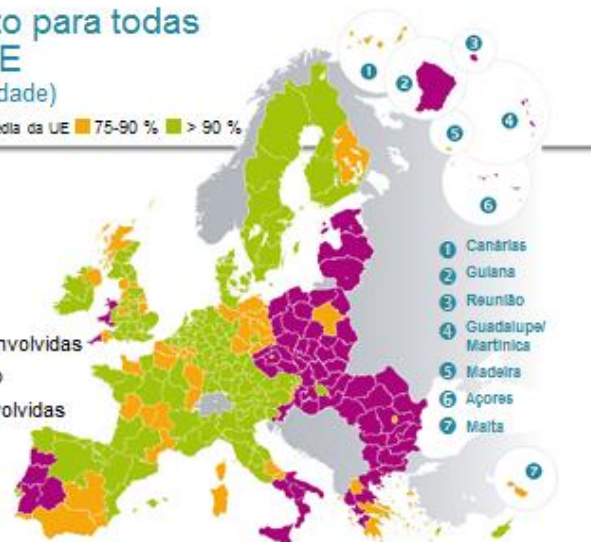
Um sistema justo para todas as regiões da UE
(simulação da elegibilidade)

PIB per capita* < 75 % da média da UE > 75-90 % > 90 %

*Índice UE27=100

3 categorias de regiões

- Regiões menos desenvolvidas
- Regiões em transição
- Regiões mais desenvolvidas



© EuroGeographics. Associação para os limites administrativos

Figura nº 2 – Mapa de elegibilidades territoriais

1.3. Plano Nacional de Reformas 2020

Em Março de 2011, foi aprovado o Plano Nacional de Reformas que, fundamentalmente, declina para Portugal a Estratégia Europa 2020.

De acordo com a Estratégia Europa 2020 aprovada pelo Conselho Europeu, o Programa Nacional de Reformas (PNR) a apresentar por cada Estado-membro da União Europeia (UE) deve ser elaborado em articulação com o Programa de Estabilidade e Convergência (PEC), garantindo a coerência entre os dois instrumentos, com reformas que no curto prazo levem em conta a prioridade da consolidação orçamental e da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos e que contribuam para o reforço da competitividade, do crescimento e do emprego.

O Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas é um programa estratégico de acção que permite focalizar medidas e iniciativas e concretizar reformas, que tornam viáveis os objectivos e as metas definidas.

IFDR

No quadro seguinte explicitam-se os principais objectivos a atingir.

Objectivos macro	Estabilidade		Crescimento		
	Redução do Défice	Crescimento Inteligente		Crescimento Sustentável	Crescimento Inclusivo
Consolidação orçamental					
Respostas estruturais	Trajectória descendente do rácio de dívida pública no PIB a partir de 2013	4,6% (2011) 3% (2012) 2% (2013)	40% do PIB em export. (2020)	- 31% da electricidade consumida produzida por fontes endógenas e renováveis, - Aumento da EE em 20% - Redução GEE em 20%	- Taxa de emprego de 75% para a população entre os 20 e os 64 anos - Redução faseada do nível de pobreza com vista à redução de pelo menos 200 mil pessoas pobres até 2020

Quadro nº 3 – Portugal 2020 – Plano Nacional de Reformas, Março de 2011

1.4. O Norte 2020 – Plano Regional de Reformas

Por seu lado a CCDR-N ainda em Março de 2011 teve ocasião de contribuir para a consulta pública promovida pelo Governo de então, sublinhando:

Este desafio coloca-se, agora, não só aos Estados-Membros, mas também às Regiões europeias. Na verdade como sublinha a Resolução do Parlamento Europeu de 20 de Maio de 2010 “a fraca governação multinível constituiu uma das principais limitações da Estratégia de Lisboa, dado ser insuficiente o envolvimento das autoridades regionais e locais, bem como da sociedade civil, na concepção, implementação, comunicação e avaliação da estratégia.”

Nesse sentido o Parlamento Europeu “assinala que uma dimensão territorial reforçada da Estratégia Europa 2020, que contemple as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões europeias e que comporte a implicação directa das autoridades regionais e locais, bem como a dos parceiros a que se refere o regulamento aplicável aos Fundos Estruturais. No planeamento e na execução dos programas relevantes conduzirá a um maior sentido de apropriação dos objectivos da estratégia a todos os níveis e garantirá um melhor conhecimento dos objectivos e dos resultados no terreno.”

É neste contexto que são estabilizadas, em sistema de encaixe com o Plano Nacional de Reformas e a Estratégia Europa 2020, as metas regionais a atingir em 2020:

Indicador Regional	Situação de partida	Meta 2020	Pressupostos e Elementos de Suporte à Fundamentação das Metas 2020
PIB per capita (UE27=100)	61 (2008)	75	<ul style="list-style-type: none">• 2009-2012 acréscimo de 0,8 pp acima do crescimento europeu;• 2013-2020 acréscimo de 2,2 pp acima do crescimento europeu.• A meta corresponde a um cenário ambicioso, considerando os mecanismos que actuam no sentido do “catchingup” e um cenário macroeconómico nacional favorável a partir de 2013.
Taxa de emprego (faixa etária 20-64 anos)	68,9 % (2009)	[70,75]	<ul style="list-style-type: none">• Define-se um intervalo [70,75], porque a meta para 2020 é muito sensível à evolução que se verificar em 2010-2012, período de elevada incerteza e no qual se verificará destruição de emprego público;• Este cenário admite que a partir de 2013 haverá criação líquida de emprego de forma regular.

Despesa em I&D, em % do PIB	1,0 % (2007)	3,0 %	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2008, este ratio terá um valor aproximado de 1,25 %, com uma repartição 47/53 entre I&D pública e I&D empresarial. • Portugal e a Região apresentam neste indicador, entre 2004 e 2008, taxas de crescimento muito elevadas (a mais elevada da EU27 no que respeita à I&D empresarial). • A meta para 2020 assume uma repartição 30/70 entre I&D pública e I&D empresarial, o que está de acordo com os “factos estilizados”, a nível internacional, da despesa em I&D. Deste modo, a meta divide-se em 1,0% do PIB para a I&D realizada no sector público (incremento de 0,41 pp) e 2,0% do PIB para o sector empresarial (incremento de 1,3 pp). No que respeita ao incremento da I&D empresarial, a meta é compatível com o preconizado na estratégia regional para a inovação, nomeadamente a atracção de actividades de I&D de firmas internacionais para além da fortíssima expansão de actividades de I&D por parte das firmas residentes, em linha com o que se tem verificado.
-----------------------------	--------------	-------	--

Quadro nº 4 – Metas ‘Norte 2020’ – Plano Regional de Reformas, CCDR-N, Março de 2011

1.5. O EDV e as prioridades de programação estrutural para 2014-2020

A visão estratégica para o Entre-Douro-e-Vouga 2020 emana directamente dos três eixos fundamentais da Estratégia 2020, por sua vez perfeitamente enxertadas na visão nacional e regional, cruzando ainda com as 11 prioridades temáticas estabelecidas pela política de Coesão Europeia. O quadro seguinte procura ilustrar de forma preliminar essas conexões.

Estratégia Europa 2020		EDV 2020	
Eixos Temáticos	Objectivos	Eixos Temáticos	Objectivos Gerais
Crescimento Inclusivo	Desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação	Crescimento Inclusivo	Promover a especialização industrial inteligente do território
Crescimento Sustentável	Promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva	Crescimento Sustentável	Apostar na viabilidade do território e na qualidade de vida das pessoas
Crescimento Inclusivo	Fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial	Crescimento Inclusivo	Promover o desenvolvimento equilibrado do subterritório sobretudo ao nível da inclusão social e do combate à pobreza

Quadro nº 5 – Objectivos EU 2020 e EDV 2020

Igualmente é possível cruzar com facilidade os objectivos específicos pretendidos e as 11 prioridades temáticas da política de coesão:

Prioridades Temáticas \\ Visão EDV 2020	Produto e Emprego O EDV quer em 2020 ser a sub-região mais exportadora de Portugal, assente no desenvolvimento inovador e sustentado dos seus sectores de especialização, na atracção e fixação de uma mão de obra altamente qualificada, na valorização das condições de acolhimento empresarial e na promoção da internacionalização das suas empresas.	Sustentabilidade O EDV quer em 2020 atingir um nível de desenvolvimento harmonioso do seu território, da exploração dos seus recursos e da protecção do seu ambiente, assim proporcionando um elevado grau de qualidade de vida aos seus cidadãos.	Coesão O EDV quer, em 2020, afirmar-se como uma região socialmente coesa, com respostas sociais adequadas e inovadoras, promovidas a uma escala de concertação supramunicipal, que favoreçam a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, em especial dos idosos e dependentes, que reforcem a mobilidade e reconversão da população desempregada de longa duração e dos jovens à procura do 1º emprego, e que desenvolvam as capacidades e potencialidades da comunidade e suas organizações.
Investigação e Inovação			
TIC			
Competitividade PME			
Transição economia baixo carbono			
Gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas			
Protecção ambiente e eficiência utilização recursos			
Transporte sustentável e remoção pontos negros			
Emprego e apoio à mobilidade laboral			
Inclusão Social e Combate à pobreza			
Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida			
Reforço da capacidade institucional e AP eficientes			

Quadro nº 6 – Prioridades temáticas e Visão EDV 2020

Ainda que articulado apenas ao nível dos objectivos gerais, torna-se evidente que o contexto programático comunitário definido para a aplicação da Política de Coesão é um terreno virtuoso para o desenvolvimento das directivas estratégicas do EDV.

II. Atualização sintética do diagnóstico prospectivo do Entre-Douro-e Vouga

2.1. EDV 2020 - Enquadramento Macroeconómico e Convergência Real

A Região do Entre-Douro-e-Vouga, constituída pelos municípios de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Arouca e São João da Madeira segue de perto, com pequena vantagem, a trajetória de convergência da NUTS II em que se insere.

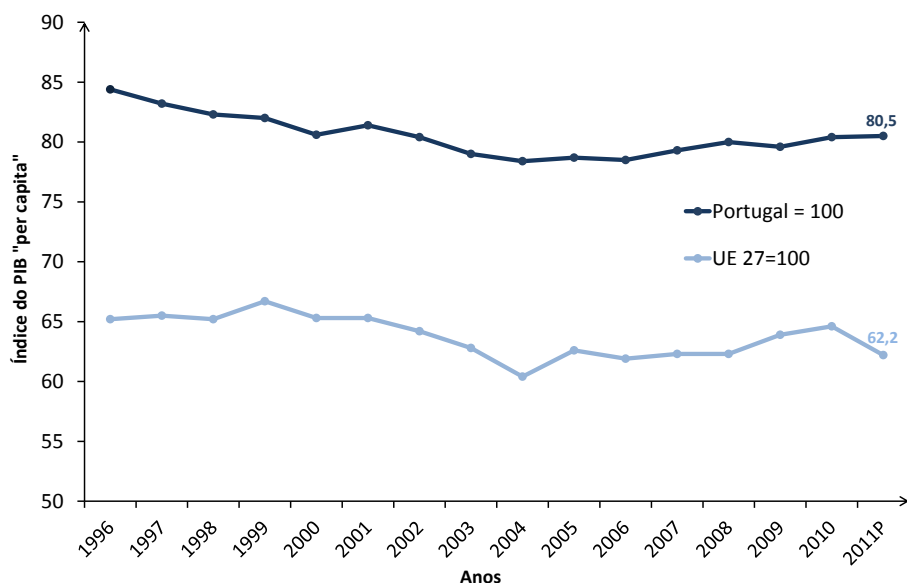


Figura nº 3 – Índice do PIB "per capita" da Região do Norte face a Portugal e à UE 27 (Fonte: INE), Norte 2020

Em termos gerais está sensivelmente à mesma distância do País do que a NUTS II Norte ou mesmo a UE27 mas apresenta um comportamento mais resiliente dentro da sua NUTS II de referência.

Níveis relativos de PIB per capita (Índice Portugal =100)												
NUTS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011P
Portugal	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Região Norte	80,2	81,0	80,2	78,8	78,3	78,6	78,4	79,3	80,1	79,8	80,7	81,0
Entre Douro e Vouga	84,8	87,7	90,1	84,1	83,4	82,8	82,0	83,2	82,0	80,7	83,5	85,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Figura nº 4 – Níveis relativos de PIB per capita (PT = 100)

Níveis relativos de PIB per capita (Índice Norte =100)												
NUTS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011P
Portugal												
Região Norte	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Entre Douro e Vouga	105,8	108,2	112,3	106,8	106,5	105,4	104,6	104,8	102,3	101,1	103,5	105,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Figura nº 5 – Níveis relativos de PIB per capita (Norte = 100)

A relevante malha empresarial de que dispõe e o comportamento resiliente, designadamente em termos de procura de novos mercados das suas empresas exportadoras, podem estar na origem deste bom comportamento relativo.

Em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes da sub-região Entre Douro e Vouga rondava os 3.5 mil milhões de euros (o equivalente a 2.1% do total nacional e a 7.4% do total da região Norte). Em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB), a relevância nacional e regional da sub-região apresentava valores similares aos referidos.

As actividades industriais representam cerca de 45% do total do VAB do Entre Douro e Vouga (correspondendo a cerca de 6.3% do VAB industrial do país). O contributo dos produtos industriais para o valor acrescentado é muito acentuado na sub-região, em comparação com a região Norte (valor respectivo de 24%), o que evidencia a importância da actividade industrial no perfil de especialização da base económica do Entre Douro e Vouga.

Em 2009, o PIB per capita a preços correntes da sub-região era de 12.1 milhares de euros (valor abaixo da média nacional, de 15.8 milhares de euros, e muito próximo da média da região Norte, de 12.8 milhares de euros). A sub-região apresenta um PIB per capita cerca de 23% abaixo do valor médio nacional, valor revelado pelo índice de disparidade do PIB per capita.

A sub-região representava, em 2010, apenas cerca de 6.5% dos fluxos do comércio internacional em Portugal. Em 2009, a taxa de cobertura das entradas pelas saídas na sub-região foi de 226% (muito acima da média regional de 114% e da média nacional de 62%).

Numa aferição à intensidade exportadora do Entre Douro e Vouga, conclui-se que as exportações representam cerca de 48% do PIB da sub-região.

Em 2009, cerca de 100 mil indivíduos desenvolviam a sua actividade económica na sub-região, o que corresponde a cerca de 2.7% do emprego total do país.

Quando considerados individualmente cada um dos sectores, a actividade económica mais representativa no Entre Douro e Vouga em termos de emprego é a indústria de couro e de produtos de couro (cerca de 17% do emprego total), seguindo-se a indústria da madeira e cortiça, o comércio por grosso e a retalho (cada um destes dois sectores com 11%) e a construção civil (9%).

No contexto do emprego industrial, a indústria de couro e de produtos de couro destaca-se isolada (com cerca de 33% do total do emprego industrial), seguindo-se a indústria da madeira e cortiça (21%) e as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (9%). Por seu turno, as actividades terciárias representam cerca de 44% do emprego total da sub-região.

Em 2009, cerca de 27 mil empresas tinham sede nos municípios do Entre Douro e Vouga, mais de metade das quais (51%) no município Santa Maria da Feira, seguindo-se os municípios Oliveira de Azeméis (24%) e São João da Madeira (11%).

Os sectores de actividade económica mais representativos em termos empresariais são, por ordem decrescente de importância, o comércio por grosso e a retalho (31% do total de empresas sediadas na sub-região), a indústria transformadora (18%), as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (16%) e a construção civil (12%).

As actividades industriais representam cerca de 18% do total de empresas com sede na sub-região, com destaque para a indústria da madeira e cortiça (25%), a indústria de couro e de produtos de couro (24%) e as indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos (16%).

Em 2008, a taxa de natalidade de empresas posicionou-se abaixo da média nacional e da região Norte (12.2% contra 14.2% e 13.5%, respectivamente). Por seu turno, em 2007, a taxa de mortalidade de empresas foi de 13.6% (inferior à registada a nível nacional, de 16.1%, e regional, de 15%).

A relativa mais valia que o território do Entre-Douro-e-Vouga apresenta não chega para alterar a caracterização da região Norte como a Região mais pobre do País, lugar de que destronou os Açores em 1999.

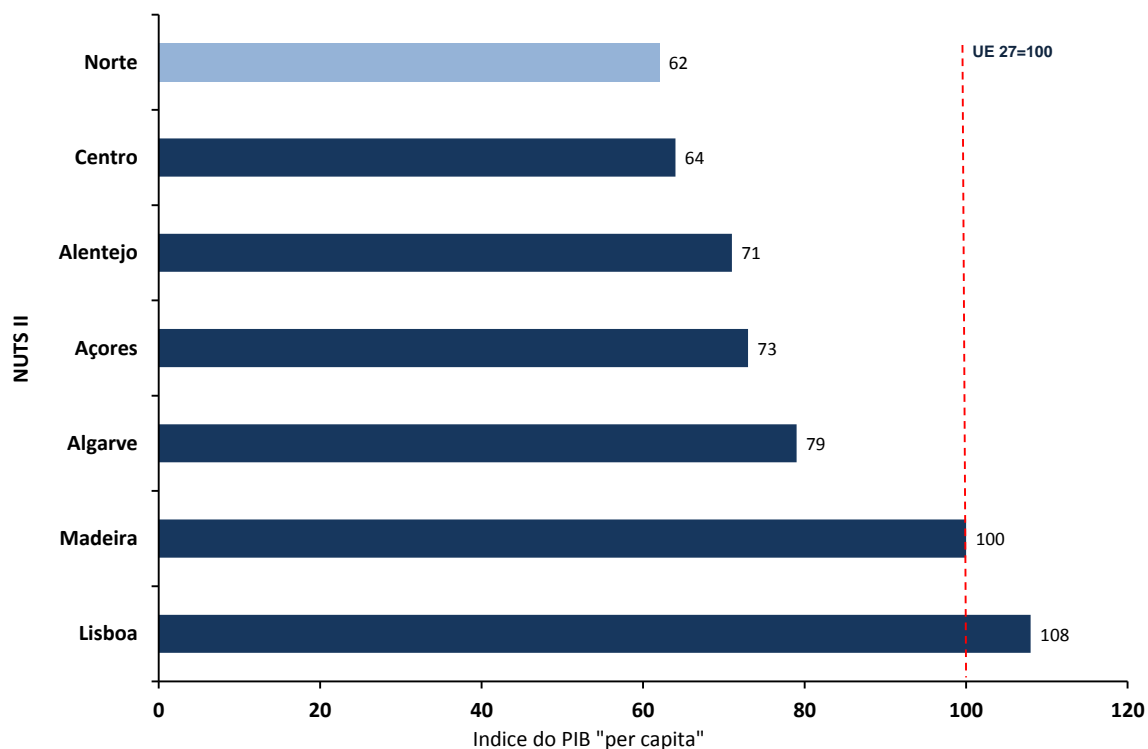


Figura nº 6 – Índice PIB per capita

No entanto, as mais recentes projecções do Banco de Portugal (Boletim de Inverno 2013) apontam para um reforço do nível das exportações o que terá seguramente impacto, em particular no nível da actividade industrial do Norte e do Entre-Douro-e-Vouga, pese embora o ambiente externo mais desfavorável ou, pelo menos, ainda incerto.

As exportações deverão crescer 5,9% em 2013, comportamento que se destaca pela positiva no contexto dos países da área do euro. A actual estimativa, segundo o Banco de Portugal, tem implícito um significativo grau de quota de mercado em 2013.

As exportações deverão continuar a aumentar o seu peso no PIB prevendo-se que atinjam os 40%.

Importará ainda realçar que este desempenho se deve ao esforço continuado dos empresários Portugueses no que diz respeito à diversificação dos mercados de destino associado a ganhos de competitividade não preço.

2.2. Dinâmicas territoriais

Ao nível intra-regional pôde sentir-se uma atenuação dos desequilíbrios estruturais em termos de coesão. No entanto, tal aconteceu por via de um empobrecimento relativo das regiões mais ricas e não tanto pelo crescimento das sub-regiões mais pobres.

Foi também o caso do Entre-Douro-e-Vouga com uma trajectória descendente entre 2002 e 2009 mostrando alguma recuperação (apenas para chegar ao nível do PIB Regional a partir de 2010).

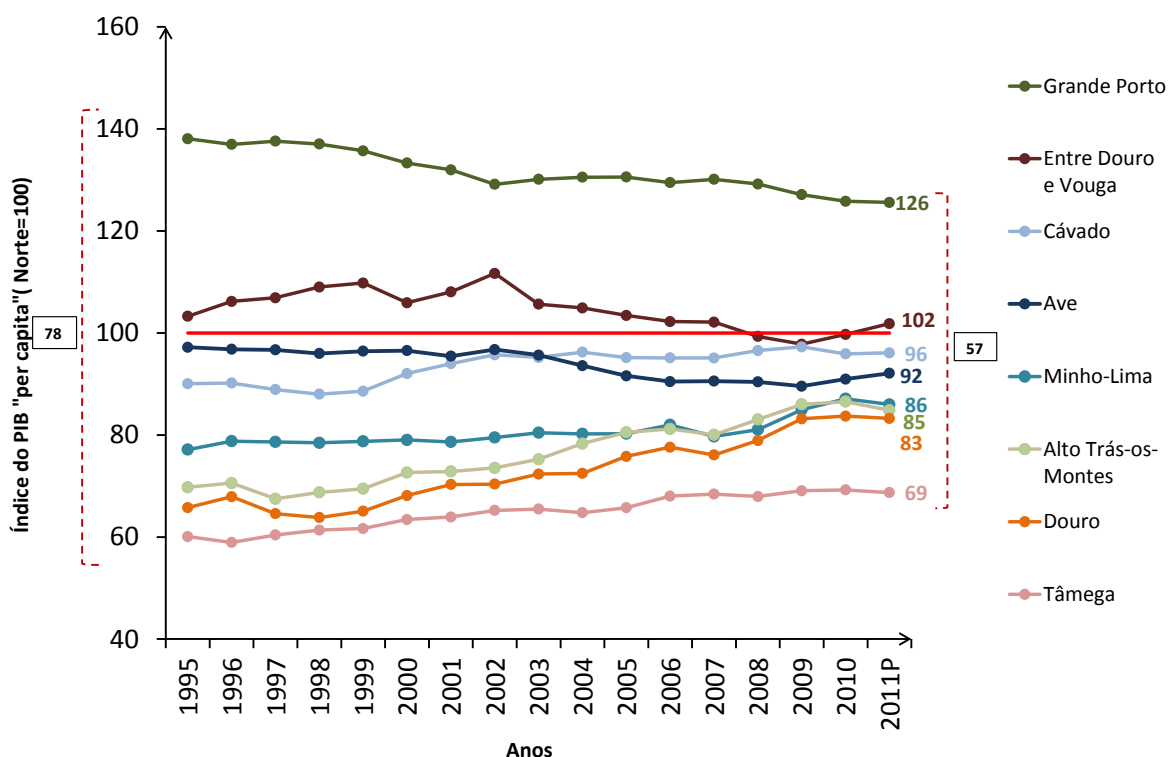


Figura nº 7 – Trajectórias Regionais de Convergência e Divergência (Fonte: INE)

A trajectória registada no gráfico acima, vem apenas relevar as condicionantes demográficas e territoriais do País como um todo, expondo a fractura interior-litoral que, no caso do Entre-Douro-e-Vouga, sendo menos gravosa, apresenta ainda necessidades de alisamento prioritárias, tendo como caso de estudo a conectividade do concelho de Arouca ao litoral da sub-região.

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) – em fase de aprovação – define como objectivos principais em termos de estruturação espacial da região o “desenvolvimento de um sistema urbano regional de carácter policêntrico, estruturado através de um conjunto de aglomerações, centros e núcleos urbanos que desenvolvem funções diferenciadas e que se constituem como âncora de desenvolvimento regional em cinco níveis estruturantes.”

Face ao PROT os centros urbanos de Sta. Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira constituem-se num conjunto de Cidades Regionais “que desempenham funções essenciais de articulação territorial e evidenciam capacidades para construir e dinamizar redes urbanas”.

À luz deste documento os centros urbanos de Vale de Cambra e Arouca constituem centros urbano sub-regional e municipal respectivamente.

O primeiro desenvolve funções diversificadas ou um conjunto de funções especializadas, polarizadoras do sistema urbano numa escala supra-municipal. O segundo presta um leque de funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação das redes de proximidade.

Comungando deste objectivo de estruturação de aglomerações que desenvolvem funções diferenciadas, julgo que devemos reforçar o objectivo da conectividade, física, social e económica à luz não apenas da estruturação do território mas no contexto de uma leitura prospectiva das suas capacidades.

É sobretudo, assim, por exemplo, no caso de Arouca, que facilmente poderá (e deverá) ascender a centro urbano de hierarquia superior, desde que a questão da ligação territorial rodoviária Arouca- Feira seja resolvida.

O concelho de Arouca localiza-se na sub-região do Entre-Douro-e-Vouga (EDV) estando inserido numa das 3 macroestruturas da região Norte conforme definidas no PNPT, a saber, o “mundo rural”, onde os processos de urbanização se verificam nas envolventes dos centros urbanos e a maioria do território sofre processos de despovoamento, sendo a paisagem marcada pela ocupação agro-natural.

Isolado nesta condição (os restantes 4 municípios inserem-se nas macro-regiões “urbana” e “áreas de intermediação” – PNPT), Arouca vê-se fortemente prejudicada no seu processo de desenvolvimento em virtude da deficiente permeabilidade aos territórios que se assumem como polarizadores do sub-sistema urbano e como interface entre Aveiro e a Grande Área Metropolitana do Porto, designadamente Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira.

É consensual e verificável que o rápido desenvolvimento urbano da sub-região EDV foi favorecido pela localização privilegiada de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira relativamente às ligações rodoviárias de alta prestação no eixo Norte / Sul, sem que os Municípios do interior, em particular Arouca, tivessem conseguido, até hoje, uma correcta ligação aos mesmos de Nascente para Poente.

A ausência deste elo de ligação que permita um crescimento mais harmonioso do sub-sistema urbano do EDV é tanto mais importante quanto mais urgente se torna transformar os principais recursos económicos de Arouca em potentes agentes de desenvolvimento regional.

Desde logo o património natural, “salientando-se um conjunto de ocorrências geológicas na Serra da Freita (integrada no Maciço da Gralheira) e no município de Arouca, que estiveram na origem da criação de um Geoparque. O Geoparque de Arouca corresponde à área administrativa do município de Arouca e é reconhecido pelo seu excepcional património geológico de relevância internacional, com particular destaque para as trilobites gigantes de Canelas (fósseis de animais marinhos), as pedras parideiras da Castanheira (afloramento de nódulos de biotite em rochas graníticas), os icnofósseis do Vale do Paiva, os rápidos do rio Paiva e a Frecha da Mizarela, um contacto granito/xisto que deu origem a uma das quedas de água com maior desnível na Europa. Em Abril de 2009, a Unesco aprovou a entrada de Arouca na Rede Europeia de Geoparques, considerando o Geoparque de Arouca de alto interesse para a Humanidade.” (*in Carta Regional de Competitividade do Entre-Douro-e-Vouga*).

As actividades de geoturismo, sector emergente do dito Turismo de Natureza, assentam em geossítios ou seja em ocorrências geológicas com inegável valor científico, pedagógico e cultural estabelecendo ligações privilegiadas entre a biodiversidade e o património histórico e cultural e capazes de gerar apreciável renda e emprego desde que correctamente organizadas.

É factor essencial para essa correcta organização uma adequada permeabilidade do território aos nós distribuidores do *incoming* de turistas e visitantes.

Sem o alcance estratégico do geoturismo, é no entanto importante referir que o município de Arouca conta no seu centro urbano com uma infra-estrutura histórica e patrimonial de relevo nacional, o Mosteiro de Arouca, cuja eficácia em termos de atracção efectiva de fluxo turístico é seguramente prejudicada pelo deficiente acesso ao território.

Mas será ainda na esfera da competitividade económica de raiz empresarial que Arouca poderá impulsionar o desempenho regional desde que correctamente interligada com o resto do território.

Com uma extensa mancha florestal, o município tem uma capacidade de crescimento real na esfera da economia agro-florestal sendo óbvios os custos logísticos da solução rodoviária existente associados ao trânsito de pessoas e mercadorias.

Igualmente se devem colocar os mesmos custos agora associados ao fluxo de produto transformado com evidente capacidade de crescimento tendo em conta a infra-estruturação industrial muito competitiva que a Câmara foi promovendo nos últimos anos e cujos resultados práticos se podem desde já avaliar pelo número de empresas aí localizados e pela percentagem do emprego já associada ao sector secundário.

2.3. Acessibilidade e mobilidade

As orientações do PROT sobre esta matéria concentram-se em três aspectos essenciais:

- 1) *Risco de sobredimensionamento das redes viárias, agravado pela insuficiente definição do papel de cada uma na hierarquia das ligações nacionais, regionais e locais;*
- 2) *Risco de concentração da procura num único modo de transporte sendo que a falta de alternativas penaliza fortemente a mobilidade das pessoas e mercadorias e, por arrastamento, a competitividade das pessoas, das organizações e das próprias cidades enquanto aglomerações ou conurbações motoras de riqueza regional;*
- 3) *Risco de insistência na dotação infra-estrutural descurando-se a necessidade de investir na organização de serviços e facilidades, a par com a consideração do financiamento sustentável da sua exploração, assim como da manutenção das infra-estruturas existentes.*

O subterritório do EDV cruza com clareza as suas necessidades com as orientações plasmadas no PROT.

Destaca-se a grande distância a necessidade de viabilização do trecho rodoviário Arouca-Feira que, muito para além da correcção das assimetrias de coesão física territorial, contribuirá decisivamente para uma optimização do aproveitamento do potencial endógeno do concelho sobretudo ao nível turístico, agro-florestal e indústria de transformação de madeira e derivados.

Poder-se-á ainda defender a optimização dos traçados de hierarquia superior, vantajosos ainda que não prioritários, como será o caso da ligação do sul da A32 à A1, nomeadamente através da melhoria da EN224 e do aumento da sinalização.

Por outro lado é clara a vantagem de completar a malha viária interna sobretudo no contexto do escoamento logístico associado às várias áreas industriais.

São os casos da finalização do “eixo da cortiça” em Sta. Maria da Feira, do nó do IC2 à zona industrial das Travessas em S. João da Madeira, da conclusão do Via do Nordeste e da criação da Via do Sudoeste (acesso à Zona Industrial de UI-Loureiro) em Oliveira de Azeméis.

Por outro lado ainda será necessário equacionar de frente o modelo de sustentabilidade das várias redes municipais existentes (mais de 1000 KM por exemplo em Vale de Cambra) que fruto da grande dimensão dos territórios e dispersão do povoamento ou ainda de desclassificações financeiramente desvantajosas para os Municípios se transformaram num activo incontornável mas cuja requalificação ultrapassa as dimensões orçamentais de investimento dos territórios em causa.

Já a potenciação por exemplo das infraestruturas logística instaladas, como sejam os vários pólos de acolhimento industrial será um acto de gestão possível e desejável com fortes impactos ao nível da capacidade de atracção de empresas e criação de emprego, do ordenamento do território e da qualificação ambiental, desde que, em nossa opinião, assumido à escala supra-municipal. A dotação de serviços às empresas bem como a optimização das infra-estruturas já em funcionamento deveriam constituir prioridade, em consonância aliás com os objectivos maiores de promoção da competitividade económica acrescida da sub-região.

De ressaltar ainda ao nível da rede urbana de transportes que no EDV, tal como na região e no país é ainda excessiva a dependência que o sistema de transportes demonstra em todos os indicadores relativamente ao “carro próprio” o que para além de favorecer o espaço prioritário com que deve ser considerada a rede ferroviária inter-regional de médio alcance, sublinha igualmente a necessidade de um esforço acrescido ao nível da interoperabilidade e intermodalidade dos transportes públicos. Destaca-se a este nível no subterritório do EDV a importância acrescida do projecto “Centro Coordenador de Transportes” a instalar no município de Sta. Maria da Feira que funcionaria como porta de entrada e saída na sub-região e ainda de ponto de distribuição relevante sobretudo nos fluxos interior/litoral do EDV.

O caso especial da Linha do Vouga



A justificação na prioridade de arranque do projecto de reabilitação da Linha do Vouga é liminarmente defendida no PROT não sendo necessário qualquer desenvolvimento adicional para se perceber o seu alcance.

Se por um lado, logo na definição das orientações se pode ler que “o risco de concentração da procura num único modo de transporte e a falta de alternativas, penalizam fortemente a mobilidade das pessoas e mercadorias e, por arrastamento, a competitividade das pessoas, das organizações e das próprias cidades enquanto aglomerações ou conurbações motoras de riqueza regional;”, por outro – continua o mesmo documento – “os piores indicadores de mobilidade, verificados no Entre-Douro-e-Vouga, (com uma excessiva dependência do automóvel) aconselham até a equacionar com prioridade a remodelação da Linha do Vouga e a sua relação com o núcleo central da área metropolitana, que poderá assumir diferentes hipóteses de solução, designadamente em articulação com um reforço da parte final da Linha do Norte permitindo uma ligação directa a Campanhã e servindo ainda a zona nascente do concelho de Gaia”.

À semelhança do que se conseguiu na linha de Guimarães com a sua modernização e incorporação nos Urbanos do Porto, que permitiu um aumento de passageiros de 300 000 para cerca de 2 000 000 em apenas oito anos, a Linha do Vouga tem potencial para aumentar a sua procura, desde que modernizada a infraestrutura e conseguida uma maior atractividade do serviço.

Estamos essencialmente a falar da transformação da via em Via Larga (para permitir a sua ligação à Linha do Norte), a correcção de alguns traçados que permitam uma melhor performance em termos de tempo médio de viagem e ainda a reorganização de algumas estações e apeadeiros, essencialmente da estação de Sta. Maria da Feira que deverá transformar o apeadeiro do Cavaco na sua estação central, conforme estudo promovido em 2010 pela REFER com a participação dos Municípios.

Recorde-se que esta linha já foi alvo de um melhoramento significativo no âmbito do Plano Nacional para a Eliminação de Passagens de Nível, no valor de 3,7 Meuros que se perderá caso a linha seja fechada. De recordar também que estamos a falar de uma matriz de custos por passageiro muito inferior aos verificados em linhas entretanto encerradas como as da Figueira da Foz, do Tâmega ou do Tua. Os 2 Euros por passageiro verificados nestas linhas são bastantes superiores aos 0,75 Euros registados para a linha do Vouga.

A Área Metropolitana do Porto, tendo em conta a necessidade de basear a defesa deste investimento em fundamentos técnicos rigorosos e racionais, encomendou recentemente um estudo cujas premissas e conclusões devem obrigatoriamente ser levadas em consideração.

Os cenários propostos assentam em dois parâmetros fundamentais. Que o investimento será suportado por uma comparticipação comunitária de 85% do valor total previsto de 68 milhões de Euros e que os 15% necessários à contrapartida nacional serão assegurados por um investidor privado que assumirá a concessão por 30 anos.

Foram estabelecidos 4 cenários que na verdade são apenas dois em termos de serviço a disponibilizar: um que prevê a ligação Oliveira de Azeméis – Porto (15 ao dia em cada sentido) e outro que prevê esta ligação mais um reforço local Oliveira de Azeméis – Espinho (com 7 ligações/dia em cada sentido). O Cenário 1 é desdobrado em 2 com a variação da tarifa (Cenário A – tarifa 10% superior aos Urbanos do Porto e Cenário B com tarifa 20% superior aos Urbanos do Porto). O Cenário 2 é igualmente desdobrado nos Cenários C e D com igual variação nas tarifas consideradas.

São as seguintes as conclusões a que se chegou:

8. CONCLUSÕES

Os resultados obtidos a partir da simulação utilizando modelo de avaliação criado demonstram que existem soluções de viabilidade para a reconversão da Linha do Vouga, caso sejam cumpridos determinados pressupostos.

Os cenários simulados consubstanciam uma reformulação total do serviço, com um investimento de reconversão do troço Oliveira de Azeméis – Silvalde (Vouga) para Via Larga, e posterior ligação à estação de Espinho da Linha do Norte, permitindo a criação de um serviço Oliveira de Azeméis – Porto que se propõe integrar na operação dos Urbanos do Porto, serviço que irá ser brevemente privatizado. A solução simulada implica o investimento e operação por parte de um agente privado, com as vantagens em termos de racionalização de custos que daí advêm.

Conclui-se que existe um potencial forte de procura captada para este serviço, tendo em conta as importantes ligações que iria permitir, e a procura em modos alternativos atualmente existente nestas ligações, mas o sucesso desta solução está dependente de algumas variáveis, das quais se destacam o nível de investimento, a operação prevista e os custos dela decorrentes, o tarifário definido para o serviço e o nível de comparticipação comunitária do projeto.

Assim, Cenários como o C e o D, para os quais é considerada operação semelhante contemplando apenas um serviço direto Porto – Oliveira de Azeméis, com frequência de 15 circulações/dia, bem como um aumento tarifário (para as ligações com origem ou destino nas estações pertencentes a este troço da Linha do Vouga) de 10% e 20%, respetivamente, revelam-se cenários de viabilidade para este projeto, tendo registado valores do VAL positivos, e apresentando um prazo de recuperação do capital de 18 e 13 anos, respetivamente. Esta conclusão sustenta-se no pressuposto de que é obtido um financiamento comunitário para o projeto de 85%. Assumindo que não se pretende onerar o Estado com este projeto, criando uma solução independente que requalifica a Linha do Vouga evitando o seu encerramento, dos cenários simulados, estes são os dois cenários possíveis. Tendo em conta que a diferença entre estes dois cenários está apenas ao nível do tarifário, a decisão acerca do preço dos bilhetes ficaria a cargo do agente privado que iria investir e gerir o serviço.

Por outro lado, aumentando a oferta de âmbito local na linha, com adição de um serviço de reforço, principalmente para aliviar capacidade dos veículos em hora de ponta, entre Oliveira de Azeméis e Espinho, com 7 circulações/dia em cada sentido, o acréscimo de custos operacionais gerados por uma produção quilométrica superior faz com que os Cenários A e B, em tudo semelhantes, respetivamente, aos cenários B e C, exceto neste parâmetro da oferta, se revelem inviáveis em termos de recuperação do investimento efetuado. Para que estes cenários fossem economicamente viáveis, seria necessário que o nível do financiamento subisse, designadamente para 91,17% no Cenário A e para 86,82% no Cenário B, uma vez que se pretende uma sustentabilidade total, isto é, não é opção, dada a circunstância presente, que o serviço funcione sustentado em parte por indemnizações compensatórias.

Considera-se que para solução traçada, a qualidade do serviço de transporte disponibilizado, que cria um novo eixo ferroviário de âmbito metropolitano entre Porto e concelhos relevantes, em termos de densidade populacional e emprego, da Área Metropolitana do Porto, como são Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, passa a ser indiscutivelmente superior ao serviço prestado atualmente, que não só é insustentável, como não é atrativo, devido às fortes limitações da infraestrutura e respetivas consequências nos tempos de viagem garantidos.

Julga-se, por isso, que este projeto, a cumprir os pressupostos assumidos em termos de oferta, procura potencial mínima e financiamento comunitário, representa uma alternativa de viabilidade para reconversão total de uma infraestrutura ferroviária que nos dias de hoje não é viável e que será encerrada a muito curto prazo. Esta alternativa não só tem um fundamento em termos de viabilidade, como também não onera o Estado em qualquer quantia, representando um salto muito qualitativo na melhoria das acessibilidades em transporte público para a população abrangida.

Caixa nº 3 – Viabilidade da Linha do Vouga – TRENMO 2012

2.4. Conectividade Digital

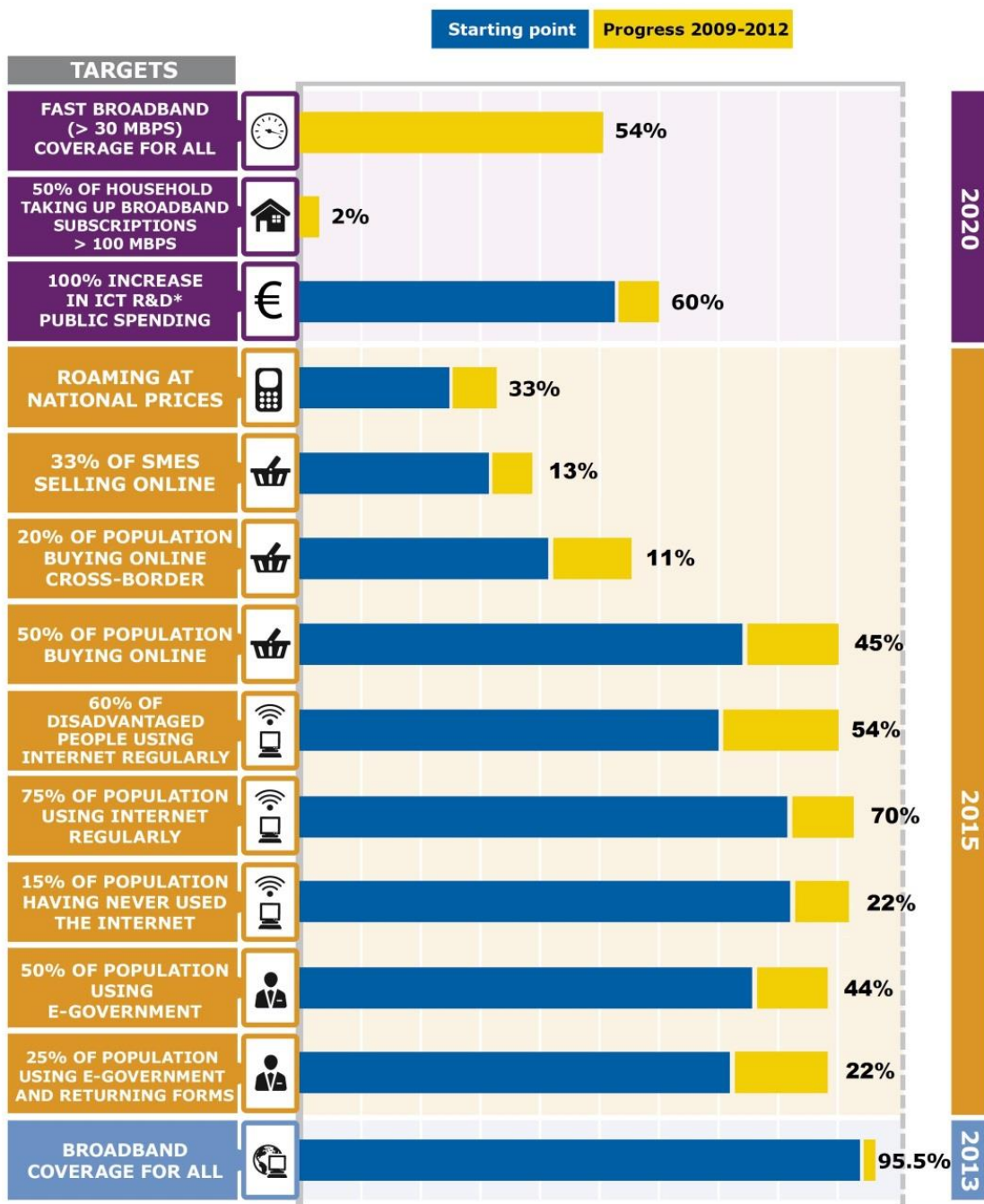
Tão ou mais importante do que a rede de conectividade e mobilidade física é a rede de infraestruturas e a intensidade de interligação dos cidadão, Administração e empresas.

Numa primeira instância, será necessário rever e racionalizar a conectividade das redes, dos cabos e das ligações via rádio (o que implica uma liderança pública na negociação com os operadores privados) e incrementar o grau de ligação entre as várias comunidades (social, empresarial e governação).

Mas, na realidade, o desafio colocado à sub-região e, em boa verdade, a todo o país, centra-se numa mudança desde logo do lado da administração pública, local de um “(...) repensar das organizações e dos processos e a alteração de comportamentos para que os serviços públicos sejam disponibilizados mais eficientemente. Se bem implementado o e-gov proporciona aos cidadãos e às empresas e organizações um desempenho mais qualificado, mais rápido e mais barato.” (Agenda Europeia Digital)

Num território tão denso do ponto de vista empresarial e tão disperso do ponto de vista do povoamento, são inúmeras as hipóteses de desenvolvimento neste campo desde logo nos serviços prestados às empresas ou na acção social.

Não podemos, no entanto, deixar de realçar como pilares fundamentais para um desenvolvimento mais sustentado neste domínio as acções de incremento da literacia electrónica e a negociação ao mais alto nível com os responsáveis pelas redes de operadores procurando garantir um equilibrado nível de acesso a todos as áreas do território.



*R&D: Research & Development

Source: European Commission, Digital Agenda Scoreboard 2012

Figura nº 8 – Agenda Digital Europeia

2.5. Dinâmicas Populacionais

NUTS e Concelhos	Área (2011) km ²	População Residente (2011) indivíduos	Densidade Populacional (2011) hab./km ²	Crescimento Populacional		Taxa Bruta de Natalidade (2011) ‰	Taxa Bruta de Mortalidade (2011) ‰	Jovens (0-14 anos) (2011) %	Maiores de 64 anos (2011) %	Índice de Envelhecimento (2011) nº	Saldo Migratório 2011 nº	Projeção da População residente em 2020 segundo o cenário base 000 indivíduos
				1991-2001	2001-2011							
				%	%							
Portugal	92.212,0	10.562.178	114,5	5,0	2,0	9,2	9,7	14,9	19,0	131,3	-24.331	10.489
Região Norte	21.285,9	3.689.682	173,3	6,2	0,1	8,6	8,6	15,1	17,1	117,6	-6.307	3.725
Entre Douro e Vouga	861,4	274.859	319,1	9,7	-0,7	8,4	7,9	15,0	16,4	114,3	75	283
Arouca	329,1	22.359	67,9	1,4	-7,7	8,7	9,6	15,5	18,0	120,4	-128	x
Oliveira de Azeméis	161,1	68.611	425,9	5,8	-3,0	7,6	8,9	14,1	17,6	130,1	-46	x
Santa Maria da Feira	215,9	139.312	645,3	14,6	2,5	9,0	6,8	15,8	14,8	98,0	303	x
São João da Madeira	7,9	21.713	2.748,5	14,4	2,9	8,6	7,6	14,4	16,5	118,3	4	x
Vale de Cambra	147,3	22.864	155,2	1,1	-7,8	6,7	10,0	12,7	21,1	174,5	-58	x

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); Recenseamento geral da população

Notas: O saldo migratório é a diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

(X) Dado não disponível

Figura nº 9 – Dinâmicas populacionais

A sub-região do EDV regista no último exercício censitário 274 859 habitantes, o que corresponde a um crescimento populacional de -0.7 no período contrastando fortemente com a taxa de +9.7 registada entre 1991 e 2001.

Destacam-se nos resultados de 2011 os contributos de S. João da Madeira e Sta. Maria da Feira tendo todos os restantes concelhos apresentado taxas de crescimento populacional negativas com particular destaque para Arouca onde o fenómeno (e)imigratório atingiu especiais proporções.

O índice de envelhecimento segue a tendência da região e do País sendo no entanto em termos absolutos mais favorável. Ressalta a este nível pela positiva Santa Maria da Feira mas, em termos genéricos, o problema coloca-se igualmente em todos os cinco concelhos ao nível da renovação geracional medida pela modesta taxa de população entre os 0-14 anos. Não obstante a projecção do INE para 2020 aponta, segundo o cenário base, para um ligeiro acréscimo da população residente, o que justifica uma valorização de todas as condições que possam ampliar a bolsa de trabalho disponível.

2.6. Educação e Qualificação

Na última década, Portugal acelerou o ritmo de melhoria dos resultados em educação, sobretudo entre os mais jovens. Em boa parte dos indicadores, o progresso na Região do Norte e nos seus subespaços é superior à média do progresso nas outras regiões, contribuindo decisivamente para a melhoria dos resultados no país. Apesar da redução das disparidades inter-regionais (NUTS II) e intra-regionais (NUTS III da Região do Norte), há espaços, como a NUTS III Tâmega, que continuam a apresentar os resultados mais problemáticos, em especial nos níveis de formação mais elevados.

Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte – 2014 – 2020

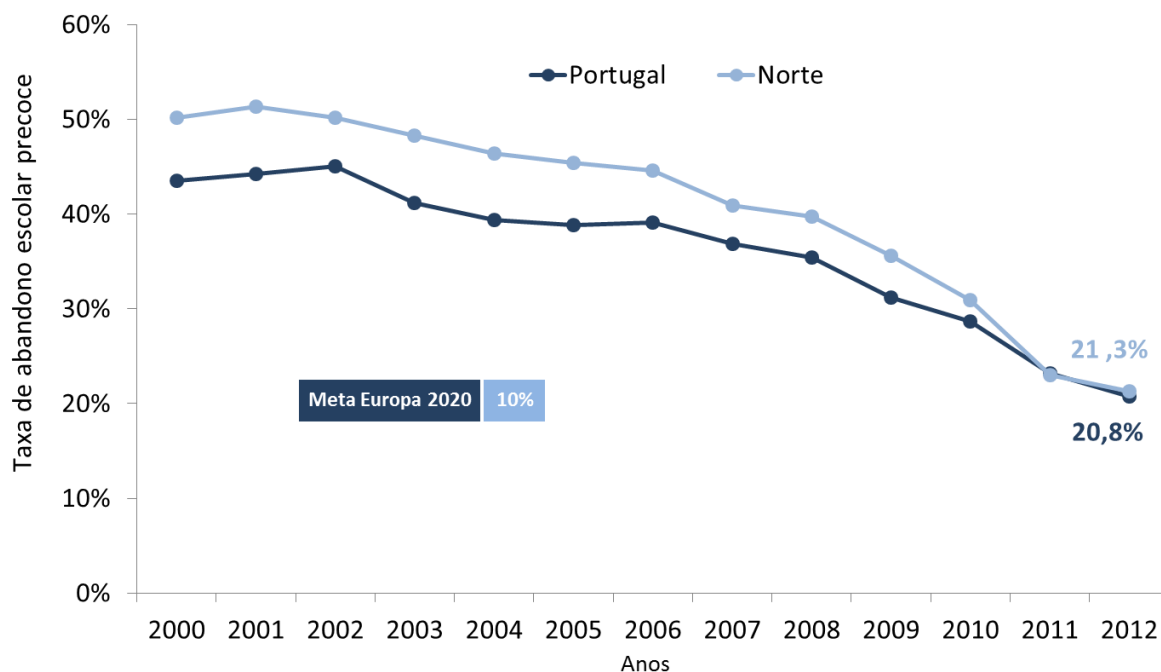


Figura nº 10 – Saída precoce da escola no grupo etário de 18-24 anos (Fonte: INE, Estatísticas do emprego)

Os números acima evidenciam um grande esforço de alteração de um indicador incompatível a nível nacional com a sistemática aposta da União na qualificação dos seus recursos humanos.

O Entre-Douro-e-Vouga acompanhou este esforço de forma também significativa ainda que o potencial de melhoria continue elevado. Se é verdade que as taxas de abandono escolar (na população 18-24) se ficaram pelos 27% ainda é reduzido o número de alunos inscritos no ensino superior ou o volume de quadros médios e superiores a trabalhar nas empresas aí localizadas.

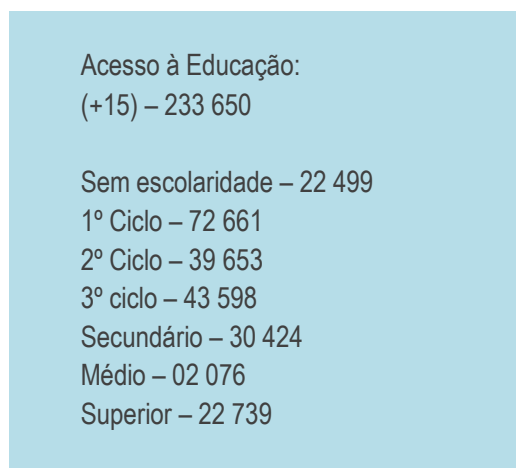


Figura nº 11 – Acesso à Educação
INE, Estatísticas do Emprego

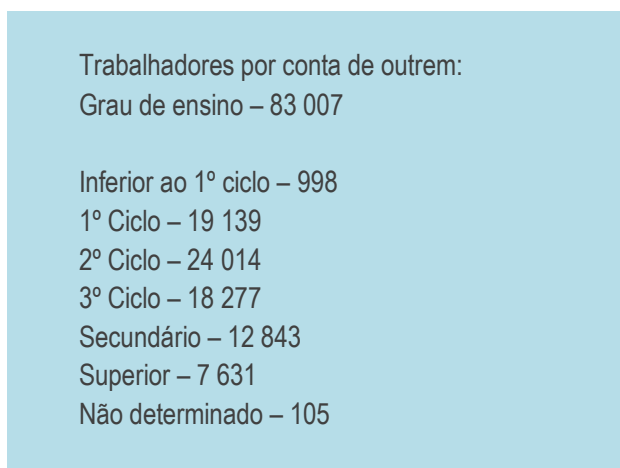


Figura nº 12 – Trabalhadores por conta de outrem
INE, Estatísticas do Emprego

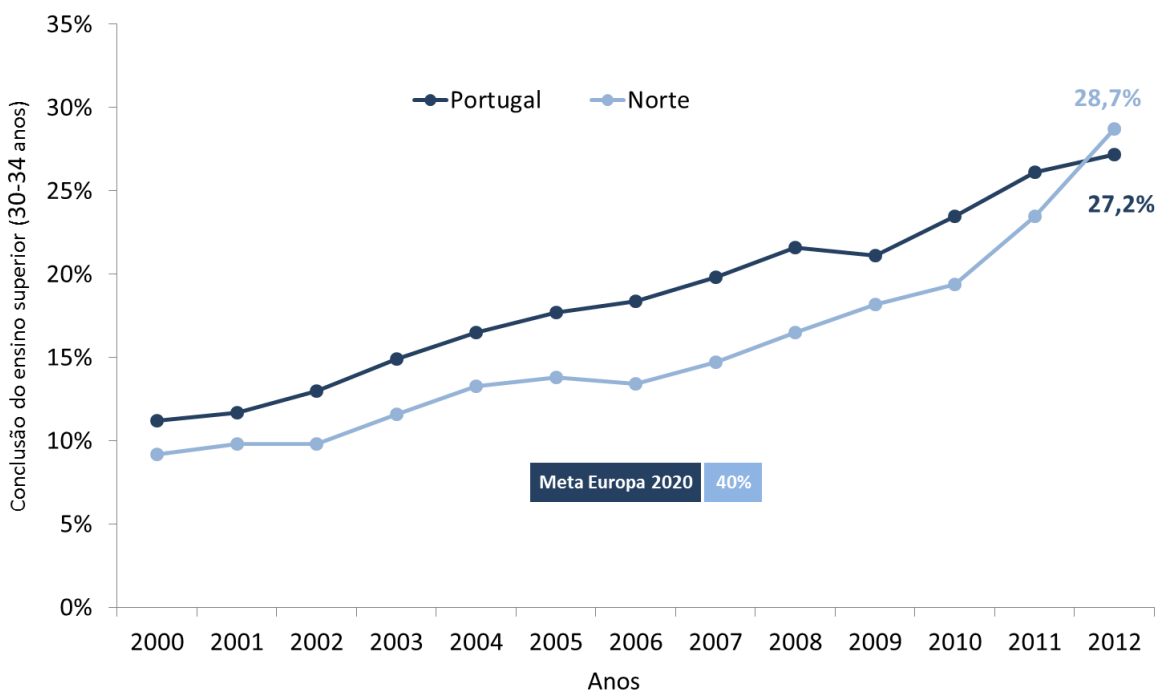


Figura nº 13 – Conclusão do ensino superior no grupo etário de 30-34 anos (Fonte: INE, Estatísticas do emprego)

Nesta matéria, o subterritório (designadamente os seus agentes de governo local) ganhará em potenciar margem de manobra ao nível da correcta implementação das directivas de política regional que passam por:

- Promover a diversidade de oferta formativa no nível secundário, com reforço da orientação escolar e profissional;
- Valorizar o ensino superior como agente de desenvolvimento do país e das suas regiões, com uma reestruturação da rede que promova a concertação e os efeitos de escala, sem descurar a importância das instituições do ensino superior no equilíbrio entre cidades e territórios, e com diversificação das formas de acesso e de frequência;
- Alargar a acção social escolar em todos os níveis de ensino, tendo em vista a promoção de condições dignas de frequência da escola para todos;
- Garantir a formação ao longo da vida, com recurso a dispositivos de reconhecimento de qualificações e competências e a valorização das modalidades de dupla certificação;
- Valorizar a dimensão profissional da educação e da formação e da relação com as necessidades do mercado de trabalho;
- Fomentar a dimensão internacional, em vertentes como o incremento da aprendizagem das línguas, os intercâmbios, os estágios e a formação no estrangeiro;
- Intensificar o trabalho das instâncias de cooperação dos agentes que intervêm na educação e na formação a nível local e sub-regional;
- Melhorar os dispositivos de monitorização e de avaliação das organizações e das medidas de política.

2.7. Recursos naturais e simbólicos

O EDV tem características físicas, culturais e simbólicas complementares o que lhe confere um potencial designadamente em termos turísticos muito significativo.

Assim, ao turismo de negócios particularmente relevante em Sta. Maria da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, tendo em conta a quantidade de empresas industriais exportadoras existentes, juntamos o turismo de natureza passível de franco desenvolvimento nas zonas mais rurais de Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis, mas sobretudo impressionante no concelho de Arouca. Por outro lado, e numa rede que une de forma mais expressiva S. João da Madeira, Sta. Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra a rede equipamentos e a programação consolidada ao nível das indústrias culturais e criativas funcionam mesmo como porta de entrada turística no território já que se trata de uma rede polinucleada e com hierarquia semelhante à dos vários equipamentos e programas culturais da área mais a Norte do arco metropolitano.

Isolamos a análise sobre estes três aspectos diferenciadores e de grande qualidade, o turismo de natureza, o turismo cultural e criativo e o turismo de saúde por nos parecer serem os que têm mais potencial de desenvolvimento e efeito multiplicador. Diga-se no entanto que o estímulo à instalação de equipamentos hoteleiros de qualidade em Sta. Maria da Feira e S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis ou Vale de Cambra seria bem vindo uma vez que a escassez ou limitação dos mesmos desvia o fluxo de estadias dos empresários e agentes económicos visitantes para a cidade do Porto.

Por outro lado estas estadias poderiam ver a sua duração aumentada se nas mesmas fossem integrados recursos culturais, propostas de itinerários e oferta de experiências, incluindo eventos, que podem inclusivamente (e como refere o PENT 2013-2015) promover a atractividade das cidades e zonas envolventes.

Outro tipo de fluxo turístico, ainda dentro do segmento profissional ou corporativo, é o turismo dito de Congressos que com muita relevância em cidades como Lisboa e progressivamente o Porto poderá, sobretudo na sua vertente de Viagens de Incentivo (com grupos entre 20 e 50 participantes) vir a aproveitar das belezas naturais e paisagísticas de concelhos do Entre Douro e Vouga, sobretudo, Arouca.

2.7.1. Recursos naturais e simbólicos

São as seguintes as orientações gerais contidas no PENT 2013-2015 para este segmento turístico:

Estruturar a oferta de turismo de natureza, nomeadamente em meio rural, em particular para os segmentos de passeios (a pé, de bicicleta ou a cavalo), de observação de aves ou do turismo equestre, melhorando as condições de visitação e a formação dos recursos humanos.

Subjacente à estratégia está a constatação de que um turista de natureza procura a tranquilidade, o repouso e a autenticidade e realiza múltiplas atividades no destino. Como nichos de mercado destacam-se os passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo, assim como a observação de aves. Antecipa-se para este produto um crescimento anual de 5% nos próximos anos.

Os principais mercados emissores de turismo de natureza a nível europeu são a Alemanha, Reino Unido, Holanda, Escandinávia, França e Itália (91% do mercado europeu).

Foram identificados os seguintes fatores de competitividade de Portugal para este produto:

- i) 23% do território português é formado por Áreas Protegidas e Rede Natura, revelador de fortes valores naturais e de biodiversidade ao nível da fauna, flora e da qualidade paisagística e ambiental;
- ii) Variedade de paisagens e elevada diversidade de habitats naturais a curta distância - habitats de montanha e floresta, rios e estuários, sapais, escarpas, montados de sobro, planícies cerealíferas, lagoas e arribas costeiras, pauis, ilhas e ilhas barreira, etc;
- iii) Elementos qualificadores do destino - raça de cavalos lusitanos e de garranos no Gerês, coudelaria de Alter, observação de mamíferos marinhos, diversidade de aves, algumas de visualização quase exclusiva, levadas e floresta laurissilva da Madeira e paisagens da serra de Sintra e Douro, classificadas como património mundial natural UNESCO.

O Arouca Geoparque

Embora não destacado ao nível do documento nacional de orientação da estratégia turística é crescente a diferenciação e a qualidade do Arouca Geoparque com 32.190 hectares, pertencente à Rede Europeia de Geoparques e à Rede Global de Geoparques da UNESCO e reconhecido pelo seu excepcional Património Geológico de relevância internacional.

Um Geoparque é um território de limites bem definidos que possui um notável património geológico, aliado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que abrange um determinado número de sítios de importância geológica (geossítios) com especial relevância científica, pedagógica e turística, aos quais se associam os valores históricos e culturais.

O seu excepcional património geológico, com particular destaque para as afamadas Pedras Parideiras e as Trilobites Gigantes, levou à criação em 2007 do Arouca Geoparque. Desde Abril de 2009, o Arouca Geoparque é um território integrante das Redes Europeia e Global de Geoparques sob os auspícios da UNESCO, vendo os seus valores geológicos reconhecidos ao mais alto nível. Correspondendo à área administrativa do concelho de Arouca (32.910 ha), estão inventariados e caracterizados 41 geossítios que simbolizam o valioso e singular Património Geológico da região. Cada geossítio representa uma mais-valia da geodiversidade da região. A Associação Geoparque Arouca é a entidade responsável pela gestão do território do Arouca Geoparque.

Ambiente e Geoconservação, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e o Turismo constituem os pilares do Arouca Geoparque. Progressivamente mais qualificado quer ao nível dos fluxos turísticos quer ao nível dos produtos e serviços disponibilizados, realçando a forte actividade do serviço educativo essencialmente dedicado às Escolas, o Arouca Geoparque tem ainda um caminho de consolidação pela frente com forte potencial de resultados. Isso mesmo pode ler-se no dossier de candidatura à Carta Europeia de Turismo Sustentável¹:

1. Localização, acessibilidade e mobilidade no território CETS

- O território e os seus agentes tomaram maior consciência do grande mercado de proximidade (mais de 5 milhões de pessoas) que cerca literalmente as Montanhas Mágicas², desde Vila Real até ao Litoral e desde Aveiro até Viseu, e ao que acresce ainda, numa segunda coroa, o mercado espanhol do interior, a Galiza e Lisboa.
- Realce ainda para o crescente número de passageiros que aterram no Aeroporto Francisco Sá Carneiro (6 milhões de chegadas internacionais);
- Aquilo que é percebido como uma dificuldade de acesso pelos residentes pode ser entendido pelo turista como uma acessibilidade bastante boa a um território com elevado valor turístico;
- Apesar da dificuldade de mobilidade interna no território, esta pode proporcionar uma oportunidade de realização de circuitos de grande beleza cénica, se se entender o território como um todo e se organizarem os fluxos internos nessa base e não apenas uma lógica centrífuga de entrada e saída do território pela mesma porta;
- A localização é assim uma vantagem fundamental deste território colocando-o como a zona de montanha mais acessível ao Grande Porto.

2. Património Natural, Histórico e Cultural do território CETS

- O património do território é uma mais-valia e apresenta, na maior parte das situações, uma

boa condição de conservação. É o recurso que mais valoriza o território como destino turístico a par do termalismo, da gastronomia e dos eventos. O rápido sucesso do Geoparque e o seu impacto na economia local são a melhor demonstração de resultados;

- A consciência de que o alargamento do Geoparque pode ser uma mais-valia para o resto do território e a percepção de que os Sítios da Rede Natura 2000, apesar de maioritariamente desconhecidos no dia-a-dia dos empresários, podem vir a ser um importante atrativo para o destino Turismo de Natureza;

- Crescente tomada de consciência de que não pode haver contradição, entre anunciar um destino de grande qualidade ambiental e ter uma oferta com deficiências graves, de que a mobilização à volta do Rio Paiva será o melhor exemplo, se e quando for entendida como algo que afeta a todos.

3. Infraestruturas e serviços turísticos do território CETS (alojamento, restauração, animação, pontos de venda, centros termais, etc.)

- Apesar de uma distribuição da capacidade hoteleira no território excessivamente concentrada nas Termas de São Pedro do Sul, o território tem uma capacidade de alojamento em quantidade e qualidade suficiente, particularmente na tipologia TER, que aguarda sobretudo uma melhor organização da oferta de atividades e serviços que possam ser colocadas à disposição dos turistas;

- No Território CETS das Montanhas Mágicas não há problemas de quantidade da oferta turística nas distintas tipologias de infraestruturas e serviços. Há, contudo, consciência da pequenez do mercado e da necessidade de cada vez mais se apostar na qualidade do serviço prestado. Os bons exemplos já existem dentro do território e a experiência positiva do Geoparque Arouca no reconhecimento de empresários aderentes é disso exemplo.

4. Equipamentos turísticos do território CETS (percursos pedestres, parques de merendas, miradouros, praias fluviais, museus, centros de interpretação, etc.)

- O Território não tem problemas de maior ao nível da oferta, nem carece de investimentos estratégicos que condicionem o seu desenvolvimento turístico;

- A maior surpresa é o desconhecimento que cada um tem do seu par na totalidade do território e do potencial de oferta e que apenas não é conhecida nem está organizada para ser vendida como um todo. A circulação de informação, o conhecimento do território e a sua divulgação junto de todos os atores é fundamental.

5. Organização, promoção e venda do território CETS

- A oferta turística do território CETS das Montanhas Mágicas não está de todo organizada e os seus produtos, com exceção do termalismo e do geoturismo, não estão consolidados;

- Esta é a área que exige um maior trabalho e uma melhor aposta do território, sendo necessário construir de raiz uma oferta do território como um todo e não individualmente como até agora se tentou fazer. A opção de promoção conjunta tem de ser assumida. Enquanto não houver produto não haverá venda e o ciclo de dependência do exterior manter-se-á;

- A conjectura atual incentiva a uma mobilização dos agentes, fazendo face a uma criatividade e uma solidariedade que permita a sobrevivência do território como um todo.

6. Enquadramento socioeconómico do território CETS das Montanhas Mágicas

- O território das Montanhas Mágicas é ainda um espaço vivo mesmo que fortemente ameaçado pelo abandono rural. Tem ainda um conjunto de produtos agroalimentares de grande

qualidade que integram a gastronomia local e são um dos motivos de visita ao território;

- Mais uma vez é do interior do território que se apresentam os exemplos que podem inverter este ciclo, de que a aposta no mirtilo é, porventura, o melhor exemplo;
- A aposta num ciclo curto e integrado da produção ao consumidor que possa envolver toda a cadeia de serviços é fundamental para garantir uma maior equidade no desenvolvimento deste território.

7. Cooperação interinstitucional e trabalho em rede

- Finalmente a tomada de consciência de que os resultados que este território pode obter por atuar como um todo são muito maiores do que a soma dos resultados individuais;
- Aquilo que foi uma surpresa para todos, o desconhecimento dos valores complementares que já existem no território e as vantagens de se procurarem soluções institucionais em rede (seja pelos resultados que se podem esperar pela maior visibilidade no mercado, seja pela clara economia de meios na construção de soluções partilhadas) foi fundamental e constitui, porventura, o principal ponto de viragem do território após o diagnóstico.

Caixa nº 5 – Carta Europeia de Turismo Sustentável (excerto)

Se pela sua dimensão e valia ambiental não pode deixar de se relevar a importância da Serra da Freita e respectivo Geoparque, a verdade é que outros municípios do EDV partilham valor acrescentado neste segmento turístico. É o caso de Oliveira de Azeméis com Rotas e Percursos de inegável beleza e valor cultural e histórico, de onde avulta o Parque Moniológico do UL, único no seu género em Portugal, com os seus 3 núcleos e respectivas frentes ribeirinhas, o Roteiro Literário Ferreira de Castro no vale do Rio Caima, em Ossela, os recursos gastronómicos genuínos e certificados (como é o caso do Pão de UL) ou o Turismo Equestre dinamizado a partir do Clube Equestre de Loureiro, de Santa Maria da feira e as bonitas margens do rio Uíma, ou, no território de Vale de Cambra a sua rede de aldeias típicas como Felgueiras, Lomba ou Trebilhadouro, esta última zona de microclima pois é abrangida dos ventos que sopram do Norte. Do alto pode ver-se o mar e a ria de Aveiro, todo o Vale de Cambra e a Serra da Freita.

No caso de Vale de Cambra é necessário não esquecer a função que desempenha de verdadeira porta de entrada da Serra da Freira e respectivo Geoparque compartilhado com Arouca o potencial de desenvolvimento turístico e as responsabilidades de promoção da sustentabilidade ambiental.

¹ Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, S. Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra são os municípios que conformam o território conhecido por “Montanhas Mágicas”, designação que, nos últimos anos, tem vindo a ser trabalhada como a sua imagem de marca, pelas entidades com competência direta na sua gestão.

2.7.2. Turismo de Saúde

São as seguintes as orientações gerais contidas no PENT 2013-2015 para este segmento turístico:

Qualificar e classificar a oferta de turismo de saúde, com vista ao desenvolvimento e crescimento deste produto de relevância estratégica para Portugal, nas componentes médica, termalismo, spa e talassoterapia, estimulando a estruturação e a promoção conjunta das valências médica e turística.

O objetivo é vocacionar a oferta do produto para os turistas cuja motivação primária é a obtenção de benefícios relacionados com os cuidados de saúde, articulando a valência médica com as valências turísticas que lhe estão direta e indiretamente associadas, desde o termalismo ao lazer e passando pelo bem-estar. Este produto, em termos integrados, tem registado um crescimento anual significativo na Europa, entre os 7% a 8% desde 2000, valores que se perspetivam similares até 2015.

Os principais mercados emissores de turismo de saúde a nível europeu são a Alemanha, Bélgica, Itália, Áustria, Suíça, Reino Unido, Escandinávia e Espanha (81% do mercado europeu), mercados de relevância estratégica no desenvolvimento do produto em Portugal, a par da Holanda, França e EUA, assim como da diáspora e dos países de língua portuguesa.

Tendo presente as principais características da oferta e procura mundial, sobretudo no espaço europeu, foram identificados os seguintes fatores de competitividade de Portugal para este produto:

- i) Sistema nacional de saúde de qualidade reconhecido internacionalmente, estando Portugal na 12ª posição no índice dos sistemas mundiais de saúde elaborado pela Organização Mundial de Saúde;
- ii) Profissionais com experiência internacional e com diminutas barreiras de comunicação nos idiomas dos potenciais mercados emissores para Portugal;
- iii) Existência de unidades hospitalares acreditadas por sistemas internacionais, designadamente pela Joint Commission International;
- iv) Abundantes recursos termais e de grande riqueza hidrogeológica, sobretudo no Norte e Centro;
- v) Marcas de *spas* (ex. Angsana Spa, Banyan Tree, ESPA Spa, la prairie Spa e Six Senses Spa) internacionalmente reconhecidas em unidades hoteleiras de referência no país;
- vi) Extensa linha de costa com águas do oceano atlântico que são das mais ricas para a prática de talassoterapia;
- vii) Amenas condições climáticas ao longo do ano, que favorecem a convalescença e que per si têm efeito terapêutico nalgumas patologias.

Com mais de 200 anos de existência as Termas de S. Jorge em Sta. Maria da Feira são um activo de inegável valia para em rede com as restantes unidades termais sobretudo da região Norte poder vir a consolidar a sua diferenciação em termos de oferta turística complementar ao tratamento ou à estadia de lazer potenciando a existência de recursos naturais, culturais e simbólicos tão valiosos como os existentes no território aonde se insere.

Num plano diferente, destaque-se ainda pela sua tradição terapêutica o sanatório de Macieira de Cambra (Vale de Cambra) situado numa zona de microclima com condições climáticas que favorecem a convalescença designadamente de doenças do foro respiratório. Seria favorável e complementar considerar o projecto (já em estudo) de recuperação das respectivas instalações.



Fig. 47 - Entrada principal
(Imagem do autor)

Figura nº 14 – Projecto de recuperação do sanatório (tese de mestrado)

2.7.4. Turismo Cultural e Criativo

São as seguintes as orientações gerais contidas no PENT 2013-2015 para este segmento turístico:

O que são Indústrias Criativas

Definição incluída no "Desenvolvimento de um Cluster das Indústrias Criativas na Região Norte - Estudo Macroeconómico":

As actividades que têm a sua origem na criatividade individual, habilidade e talento, com potencial de criação de emprego e riqueza, através da geração e exploração da propriedade intelectual.

O conceito, originalmente desenvolvido pelo Department of Culture, Media and Sports (UK DCMS), integra um alargado leque de actividades que normalmente se apresentam com grande diversidade entre si:

- Publicidade
- Arquitectura
- Artes Visuais e Antiguidades
- Artesanato e Joalheria
- Design
- Design de Moda
- Cinema, Vídeo e Audiovisual
- Software Educacional e de Entretenimento
- Música
- Artes Performativas
- Edição
- Software e Serviços de Informática
- Televisão e Rádio

O Cluster das Indústrias Criativas

O Cluster das Indústrias Criativas da Região do Norte foi um dos Clusters reconhecidos na categoria de "Outros Clusters". Os "Outros Clusters" assumem uma forte orientação para os mercados, mas a melhoria da competitividade resulta de forma mais vincada na partilha de activos comuns e na criação de massa crítica que permita o desenvolvimento de projectos inovadores e a indução da orientação das empresas para os mercados internacionais. Partilham com os Pólos de Competitividade e Tecnologia a necessidade de uma visão inovadora e orientada para as actividades de futuro, ainda que com eventual menor conteúdo de ciência e tecnologia.

Addict, Novembro de 2013

Caixa nº 7 – Indústrias Criativas – PENT 13-15

A sub-região do EDV tem vindo a construir ao longo dos últimos anos práticas consolidadas de programação cultural e criativa bem como a qualificar e mobilizar uma rede de equipamentos de primeiro nível cuja optimização se fará quando interligada mais consistentemente com equipamentos e agendas semelhantes no todo da Área Metropolitana do Porto.

Da Viagem Medieval aos Festival Internacional de Teatro de Rua – Imaginarius, e evento Terra de Sonhos em Santa Maria da Feira (só o primeiro evento acolheu este ano mais de 500 000 visitantes), ao Mercado à Moda Antiga de Oliveira de Azeméis, ou às celebrações à volta do Convento de Arouca, passando pela novíssima Casa da Criatividade de S. João da Madeira, ou pelo polo já em funcionamento da Oliva Creative Factory (polo este com características de divulgação artística e cultural muito diferenciadas, sendo o segundo, em acabamento, especificamente dedicado à instalação e apoio a empresas do cluster das indústrias culturais e criativas), ou pelo projecto em desenvolvimento do Centro de Criação e Teatro Artes de Rua - o EDV posiciona-se como um território com provas dadas e dividendos importantes a criar à escala regional.

Reforce-se ainda a importância deste sector considerando o grau de complementaridade que exerce sobre os sectores económicos industriais ditos tradicionais e com forte implementação em todo o território. Se, nesse caso se procurará sobretudo especializar e progredir na cadeia de valor incorporando um maior valor acrescentado, neste caso procura criar-se e consolidar-se um sector emergente mas com grande efeito multiplicador ao nível do conhecimento, inovação e mobilização de redes. Deve, assim, ser considerado um segmento prioritário no contexto da programação dos investimentos do conjunto dos municípios.

Pelas suas características emblemáticas, deixamos abaixo a caracterização sucinta de três elementos patrimoniais que, embora diferentes no tempo e no propósito, tão bem evidenciam a força dos homens e do seu território bem como a respectiva capacidade de readaptação e crescimento permanentes.

Castelo de Santa Maria da Feira

O Castelo de Santa Maria da Feira é um dos mais notáveis monumentos portugueses quanto à forma como espelha a diversidade de recursos defensivos utilizados entre os séculos XI e XVI.

O Castelo de Santa Maria da Feira tem a sua origem numa fase da Reconquista, anterior à formação da nacionalidade, identificado como sede administrativa e militar de uma vasta região situada na margem esquerda do rio Douro e que outrora se designava por Terra de Santa Maria, convertida por mercê de D. Afonso V, em Condado da Feira.

A sua atual estrutura arquitetónica é o produto de um longo processo evolutivo, marcado por sucessivas transformações e adaptações: primeiro enquanto fortificação de carácter militar, depois como residência senhorial dos Condes da Feira e finalmente como Monumento Nacional, classificado desde 1910.

O Castelo de Santa Maria, conjunto patrimonial notável, é sem dúvida, o símbolo representativo da história e do património desta região, transformado num polo de atração turística e cultural de grande reputação e considerado o ex-libris patrimonial do concelho de Santa Maria da Feira.

Recentemente, a Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, em parceria com o IGESPAR, desenvolveu um Projeto de Conservação e Remodelação do Castelo de Santa Maria da Feira, com o apoio de fundos comunitários, salientando-se as obras de Conservação e Restauro da Capela e da Torre de Menagem, para utilização em conferências e reuniões, espetáculos musicais, exposições e outros de natureza lúdica e turística, como o evento Terra dos Sonhos e a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria.

Relativamente a este último e pela importância militar que assumiu na época da reconquista e pela beleza da sua arquitetura medieval, as “Ceias medievais em Santa Maria da Feira” têm ocorrido no Castelo da Feira no decorrer da Viagem Medieval e em qualquer outra altura do ano. Dada a sua singularidade, as “Ceias medievais em Santa Maria da Feira” são uma ótima alternativa de turismo de férias, fim-de-semana ou ainda de turismo de negócios, sendo que tem sido recorrente a realização de Ceias Medievais organizadas por empresas, como atividades lúdicas para os seus quadros.

A Fábrica Oliva

Oliva: O império do ferro

Em 1925, António José Pinto de Oliveira fundou a empresa Oliveira, Filhos & C^a. Ld^a dedicando-se a criar um verdadeiro Império do Ferro que produziu os mais diversos produtos metalúrgicos, nomeadamente, alfaias agrícolas, forjas portáteis, equipamento para a indústria da chapelaria, máquinas de costura, tubos para canalizações, fogões em ferro fundido, ferros de engomar, autoclismos, prensas para bagaço, máquinas para padarias, radiadores e salamandras, equipamento para lavandarias industriais, tornos de bancada, banheiras e lavatórios colectivos, motores de explosão de pequena cilindrada, entre muitos outros.

Homem de grande visão estratégica, António José Pinto de Oliveira irá apostar na sólida formação dos seus quadros, numa política de bons salários acompanhada de interessantes estratégias de utilização eficiente da mão-de-obra e na racionalização do espaço da fábrica, quer do ponto de vista arquitectónico, quer do ponto de vista do layout das secções.

A empresa tornou-se verdadeiramente conhecida, em Portugal e no estrangeiro, através da máquina de costura OLIVA e de um arrojado plano de comercialização através do qual foram criados centenas de pontos de venda no País e nas ex-colónias portuguesas, todos eles devidamente sinalizados com grandes e luminosos reclamos publicitários da marca.

Paralelamente foi desenhado um plano de propaganda, objectivamente dirigido ao segmento de mercado das máquinas de costura, o feminino, que instituiu em todos os agentes a realização de cursos de corte, costura e bordados. Os cursos terminavam com uma festa de encerramento durante a qual eram entregues os diplomas às alunas finalistas e era realizada uma exposição dos trabalhos.

Simultaneamente, a empresa promove o concurso de “Vestidos de Chita” e o célebre concurso anual para eleição da “Miss Oliva”. Complementarmente é implementada uma grande campanha de propaganda, que vai da imprensa à rádio e mais tarde à televisão, fazendo ocupar a comunicação social com anúncios publicitários de grande qualidade gráfica. Em todas as cidades do País encontravam-se cartazes afixados nas paredes. São também criadas duas marchas, gravadas em disco, que eram oferecidas aos compradores das máquinas de costura e a empresa realiza publicidade cinematográfica nos filmes “A costureirinha da Sé” e “Sonhar é fácil”.

Outra preocupação foi a de garantir a presença da empresa nas principais feiras e exposições industriais realizadas a nível nacional e internacional.

A Fábrica Oliva é um ícone incontornável na história industrial portuguesa, e assumiu durante largo período uma acção preponderante na afirmação e desenvolvimento sócio-económico de S. João da Madeira.

Oliva Creative Factory: Inspiring talent

Herdeira de um passado industrial glorioso, a Oliva Creative Factory é hoje um projecto essencialmente empresarial mas que terá na formação artística bem como na atividade cultural e no lazer componentes muito importantes.

Instalada no interior da Oliva, uma das maiores e mais inovadoras fábricas da história industrial portuguesa, a Oliva Creative Factory tem como lema transformar a criatividade e o talento em negócios. Para tanto, disponibiliza uma incubadora para empresas do sector das indústrias criativas (design, moda, software, design de produto, webdesign, multimédia, entre outras) e um business centre para empresas maduras.

Para além das empresas, há na Oliva Creative Factory uma grande ala dedicada à arte contemporânea, a qual conta com uma exposição permanente, com exposições temporárias, com uma escola de dança, com oficinas de restauro e com uma sala de ensaios para as peças a apresentar no grande teatro da cidade, a Casa da Criatividade.

A Oliva é um espaço de excelência nas indústrias criativas, que tem como missão reunir e fomentar competências para a geração e capacitação de talentos criativos, em interligação com os centros de excelência e recursos existentes, e com significativa ligação à realidade empresarial regional, nomeadamente, ao nível dos sectores tradicionais em que a região tem grande especialização (calçado, vestuário, têxtil e moldes) e ao nível dos sectores emergentes, acrescentando assim valor aos sectores tradicionais através de subsectores como o design, a moda, o digital e o multimédia.

Centro da Indústria Vidreira

A ligação de Oliveira de Azeméis à história e tecnologia do vidro data do início do séc. XVI, altura em que se iniciou no Norte do País, e muito possivelmente em Portugal, a primeira actividade industrial associada ao vidro.

Com efeito, é em 1528 que D. João III concede um alvará a Pêro Fernandes, mestre de vidros, para construir um forno de vidro, não autorizando a construção de outros desde a "vila de Coruche até ao Reino da Galiza". Nasce assim uma actividade vidreira que se prolongaria, com a Fábrica de Vidros do Covo de Oliveira de Azeméis, até 1924, altura em que esta unidade encerrou actividade.

É já nos finais do século XIX e inícios do século XX, que novas empresas vidreiras surgem em Oliveira de Azeméis (Bohémia, Bustelo, Progresso, Cercal, Nossa Senhora de La Salette e Fábrica de Vidros da Pereira). A evolução destas empresas e muito em especial a da fábrica A Bohémia conduziu à formação do Centro Vidreiro do Norte de Portugal (Figura 1). Esta fábrica, que assumiu uma grande preponderância em toda a região, seria a última a encerrar a actividade (já na década de 90). Com este encerramento fechou-se um longo ciclo de actividade vidreira em Oliveira de Azeméis e da história da produção de vidro em Portugal.

"A Bohémia principiou a fabricar vidro no dia 7 de Agosto de 1902, às 8 horas da manhã num forno à portuguesa de 9 potes, sendo 4 a cristal e 5 a vidraça;...", conforme excerto do texto de uma notícia que assinala o início do fabrico de vidro na Bohémia.

Esta fábrica transformou-se numa escola, onde se formaram ou especializaram trabalhadores que alcançaram considerável nível técnico-profissional.



Figura 2 - Fábrica a Vapor de Cristais e Vidraça "A Boêmia", Lda. (1905).

Constituiu-se assim um verdadeiro Centro da Indústria Vidreira cuja memória se procura preservar e legar às gerações futuras através da refuncionalização de parte dos espaços (inseridos na área maior do Parque de La Salette) num programa ,promovido pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Universidade de Aveiro, a dez tempos :

- História
- Indústria
- Aplicações
- Vidros&Vidros
- Ciência & Cultura
- Experimenta
- Mãos no Vidro
- Anfiteatro Polivalente
- Berço Vidreiro
- Jardim Arte/Ciência

2.8. Análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Bolsa de recursos humanos satisfatória • Base industrial sólida, diversificada e exportadora • Existência de uma generalizada infraestruturização básica de zonas industriais <ul style="list-style-type: none"> • Recursos agro-florestais de excelente qualidade • Recursos culturais e simbólicos ricos e complementares • Programação cultural com eventos de projecção regional e nacional • Sistema regional de inovação (SIR) com adequada implantação no território • Boas acessibilidades da frente litoral aos eixos principais de escoamento de pessoas e bens • Complementaridade sectorial caracterizadas por um conjunto diversificado de agregados sectoriais que se complementam formando clusters 	<ul style="list-style-type: none"> • Grau e tendência de envelhecimento seguem padrão nacional e Europeu • Deficiente e sobretudo desadequada formação e qualificação da mão-de-obra <ul style="list-style-type: none"> • Deficiente infra-estruturização dos parques industriais e respectiva gestão integrada • Baixa sustentabilidade dos recursos e respectiva exploração <ul style="list-style-type: none"> • Deficiente percepção do grau de responsabilidade colectiva na manutenção do amplo espaço florestal • Incipiente abordagem ao mercado • Incipiente integração supraconcelhia e regional • Grau de fluidez entre os vários nós do SIR com necessidade de progressão <ul style="list-style-type: none"> • Deficiente mobilidade intra-regional, demasiado dependente do automóvel • Excessiva concentração no modo de transporte rodoviário privado • Deficiente mobilidade e conectividade digital
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Condição para atracção de recursos humanos • Dinamização das políticas de estímulo empresarial de vocação exportadora <ul style="list-style-type: none"> • Condições para atracção de empresas e emprego através de uma adequada política de gestão de acolhimento empresarial de alto nível em rede • Estímulo ao desenvolvimento de circuitos inter-concelhios de comercialização dos produtos locais • Valorização do património agro-florestal e respectiva preservação • Protecção, qualificação e divulgação dos recursos culturais e simbólicos • Estruturação de pacotes integrados virados para o mercado <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do incoming turístico via Aeroporto Sá Carneiro e novo terminal de Passageiros de Leixões • Valorização da posição da sub-região face aos territórios a Norte de Aveiro e a sul do Porto • Incremento do nível de atractividade via melhoria dos níveis de conectividade digital <ul style="list-style-type: none"> • Intensificar o conhecimento e a acção social à escala supra-municipal (dependência e envelhecimento activo) • Aperfeiçoar os interfaces indústria/natureza e urbano/rural • Intermediação positiva do sistema de oferta e procura de formação/qualificação • Intensificação entre os vários nós do Sistema de Inovação Regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Nível salarial e serviços de apoio familiares ainda deficientes <ul style="list-style-type: none"> • Áreas muito competitivas a nível internacional e sujeitas a mobilidade geográfica permanente • Políticas de gestão comercial dos solos disponíveis muito diferenciada e cultura de gestão supra-municipal pouco desenvolvida <ul style="list-style-type: none"> • Primazias das grandes superfícies limitam política de preços e sustentabilidade • Cultura da posse de terra contrária à acção colectiva <ul style="list-style-type: none"> • Limitação de fundos para investimento, normalmente elevado e processualmente complexo • Baixa articulação com a rede de operadores turísticos nacionais e internacionais • Dificuldade de captação de fluxos de destinos âncora na Região como o Porto/Douro/Fátima • Complexidade da organização política e administrativa dilui a vantagem da posição geográfica <ul style="list-style-type: none"> • Elevada dispersão de projectos, equipamentos e redes • Multiplicação de casos de isolamento humano e geográfico em vista da progressiva concentração da população nos núcleos urbanos <ul style="list-style-type: none"> • Deficiente implementação das políticas de ordenamento do território • Oferta impermeável à acção do poder local • Contracção dos recursos financeiros e instabilidade dos recursos humanos

Quadro nº 7 – Matriz SWOT EDV

III. EDV 2020 – Vocação para Crescer

Uma VOCAÇÃO, três CAMINHOS

Produto e Emprego

Visão

O EDV quer em 2020 ser a sub-região mais exportadora de Portugal, assente no desenvolvimento inovador e sustentado dos seus sectores de especialização, na atracção e fixação de uma mão-de-obra altamente qualificada, na valorização das condições de acolhimento empresarial e na promoção da internacionalização das suas empresas.

Sustentabilidade

Visão

O EDV quer em 2020 atingir um nível de desenvolvimento harmonioso do seu território, da exploração dos seus recursos e da protecção do seu ambiente, assim proporcionando um elevado grau de qualidade de vida aos seus cidadãos.

Coesão

Visão

O EDV quer, em 2020, afirmar-se como uma região socialmente coesa, com respostas sociais adequadas e inovadoras, promovidas a uma escala de concertação supramunicipal, que favoreçam a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, em especial dos idosos e dependentes, que reforcem a mobilidade e reconversão da população desempregada de longa duração e dos jovens à procura do 1º emprego, e que desenvolvam as capacidades e potencialidades da comunidade e suas organizações.

3.1. Produto e Emprego

Visão

O EDV quer em 2020 ser a sub - região mais exportadora de Portugal, assente no desenvolvimento inovador e sustentado dos seus sectores de especialização, na atracção e fixação de uma mão-de-obra altamente qualificada, na valorização das condições de acolhimento empresarial e na promoção da internacionalização das suas empresas.

3.1.1. Introdução

Tendo em conta a absoluta necessidade de ajustamento da balança comercial nacional, em termos estruturais, compreende-se a orientação geral da nossa política económica, em torno do potencial exportador do País, em particular reforçando as condições para que possa ser de cada vez maior valor acrescentado.

Esta orientação geral procura ultrapassar um conjunto de constrangimentos de há muito diagnosticados embora não cabalmente resolvidos.

Estamos sobretudo a falar da relevância internacional da actividade exportadora da maioria das nossas empresas, da baixa propensão ao risco (no que diz respeito ao iniciar de novas actividades de maior valor acrescentado), do deficiente grau de cooperação, dos baixos níveis de I&D empresarial, da falta de quadros ou de recursos para contratação de quadros para o desenvolvimento dessas actividades de I&D, da falta de meios para suportar as actividades de exportação ou internacionalização, da estrutura de financiamento ou do acesso a capital alheio, da rede de transportes ou de infraestruturas disponíveis ou mesmo da alta entropia a que a comunidade empresarial está sujeita por parte do Estado.

Entendidas como um refinamento à aplicação dos fundos estruturais no apoio à inovação empreendido de forma mais significativa nos últimos 15 anos, a União Europeia apela ao desenvolvimento de Estratégias de Especialização Inteligente dos Países, Regiões e Territórios.

Quer isto dizer que as orientações de política aplicada bem como as prioridades de investimento são definidas à luz dos activos e apostas territoriais (regionais/nacionais) e respectivas necessidades de desenvolvimento com base na inovação.

Será, portanto, necessário identificar as vantagens competitivas existentes em cada território estudado, verificar o potencial de progressão das mesmas com base em inovação tecnológica ou com base na experiência, estimular o sector privado, envolver os principais parceiros, recolher evidências e monitorizar e avaliar resultados.

Chamam os textos programáticos à atenção que as vantagens competitivas de cada território e a respectiva contribuição para o estabelecimento de uma Estratégia de Especialização Inteligente devem poder enquadrar-se em quatro tipologias transversais de actividades económicas: a “economia verde” que privilegia a eco-inovação, a “economia do conhecimento” que valoriza a produção de conhecimento e o seu suporte preferencial em TIC, a “economia criativa” que transforma activos simbólicos em experiências com forte impacto nas actividades de turismo e lazer, ou a “economia azul” que aposta no potencial de exploração do mar e dos recursos haliêuticos.

Depois de identificada, a Estratégia de Especialização Inteligente deverá poder pôr-se em prática ou desenvolver-se por recurso a um conjunto de instrumentos, na sua maioria já existente no passado, mas agora estímulos de um plano credível e de resultados esperados objectivos.

Estarão assim à disposição incentivos directos às empresas, apoios indirectos às empresas, apoio à engenharia financeira, apoio à produção e difusão de conhecimento científico, apoio à formação empresarial, investimentos em infraestruturas de transportes e apoio à modernização da Administração Pública.

A Comissão obriga a que, previamente ao desenho e aprovação de um qualquer Programa Operacional cada Estado Membro apresente a sua Estratégia de Especialização Inteligente que deve resultar da integração, ao nível nacional, das estratégias desenvolvidas a nível regional.

Por isso a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte propôs em Julho de 2013 o seguinte ponto de partida:

Recursos do Mar e Economia, visando o estabelecimento de relações de articulação entre engenharias aplicadas (civil, mecânica, naval, robótica, energia, biociências e tecnologias de informação, materiais), recursos do mar (vento, ondas, algas, praias, etc) e atividades económicas que os valorizem (construção naval, produção de energia em offshore, construção de plataformas, turismo náutico, biocombustíveis, alimentação e aquacultura em offshore, etc.);

Capital Humano e Serviços Especializados, promovendo as competências acumuladas na área das TIC (em particular, no desenvolvimento de aplicações multimédia e na programação e engenharia de sistemas), para o desenvolvimento de soluções de governo eletrónico, a desmaterialização de processos e, em associação com a reconversão de capital humano, o aproveitamento das tendências para operações de *nearshore* Outsourcing (centros de engenharia, de serviços partilhados e de contacto);

Cultura, Criação e Moda, explorando as indústrias criativas (sobretudo nas áreas de design e arquitetura), de novos materiais e de tecnologias de produção inovadoras, na criação de novas vantagens competitivas em setores ligados à produção de bens de consumo com uma forte componente de design, nomeadamente têxtil e vestuário, calçado, acessórios, mobiliário, joalheria, etc.;

Indústrias da Mobilidade e Ambiente, aproveitando as competências científicas nas áreas das tecnologias de produção e dos materiais, potenciadas pelos contratos de fornecimento com a Airbus e Embraer, para a promoção do *upgrade* das indústrias de componentes de automóveis e de moldes, tendo em vista o fornecimento de clientes mais exigentes nas especificações técnicas, nomeadamente na área da aeronáutica;

Sistemas Agroambientais e Alimentação, procurando articular o potencial agrícola regional em produtos de elevado valor acrescentado (vinho, azeite, castanha, etc.) com competências científicas e tecnológicas (enologia, engenharia, biologia, biotecnologia, etc) e empresariais (leite e derivados, vitivinicultura, etc.) para o desenvolvimento de produtos associados, nomeadamente à alimentação funcional e à gastronomia local, e destinados a segmentos de procura mais dinâmicos;

Ciências da Vida e Saúde, consolidando as dinâmicas de articulação entre a investigação regional (nomeadamente, ao nível da engenharia de tecidos, do cancro, das neurociências e do desenvolvimento das técnicas cirúrgicas) e as empresas nas indústrias e serviços na área da saúde em sentido amplo (farmacêutica, dispositivos médicos, prestação de serviços saúde, turismo de saúde e bem-estar e cosmética);

Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo, valorizando recursos culturais e intensivos em território e aproveitando as capacidades científicas e tecnológicas, nomeadamente nas áreas da gestão, marketing e TIC, e a oferta turística relevante, para a promoção de percursos e

itinerâncias como forma de aproveitamento das principais infraestruturas de entrada de visitantes e turistas;

Tecnologias de Largo Espectro procurando desenvolver fileiras associadas às Tecnologias de Largo Espectro (*KeyEnabling Technologies*), nomeadamente os Sistemas de Produção Avançados, Nanotecnologias, Materiais e TICE, conjugando a existência de capacidades e infraestruturas científicas e tecnológicas, e de setores utilizadores relevantes, através do reforço do tecido empresarial existente (no caso das tecnologias de produção e das TICE) ou da criação de novas empresas (sobretudo na área da nanotecnologia e da produção de novos materiais).

Caixa nº 8 – Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte – 2014 – 2020

3.1.2. EDV 2020 – Crescimento Inteligente

3.1.2.1. Estrutura Económica e Internacionalização

PIB a preços correntes												
Unidade: milhões de euros												
NUTS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 P
Portugal	127	134	140	143	149	154	160	169	171	168	172	171
	317	471	567	472	313	269	855	319	983	504	835	040
Região Norte	36	38	40	40	41	42	44	47	48	47	48	48
	379	786	056	125	424	915	593	385	488	205	836	403
Entre Douro e Vouga	2 884	3 149	3 375	3 211	3 304	3 386	3 487	3 712	3 704	3 560	3 765	3 810

Figura nº 15 – PIB a preços correntes – INE

Estrutura Regional do PIB (%)												
NUTS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 P
Portugal	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Região Norte	28,6	28,8	28,5	28,0	27,7	27,8	28,0	28,2	28,0	28,3	28,3	28,3
Entre Douro e Vouga	2,3	2,3	2,4	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,2	2,2

Figura nº 16 – Estrutura Regional do PIB – INE

O PIB a preços correntes do EDV, é de cerca de 3,8 mil milhões de Euros – valores estimados para 2011 – o equivalente a 2,2% do PIB nacional e cerca de 7,8% do total da Região Norte.

O principal contributo para este desempenho é dado pela respectiva base industrial, essencial na formação do seu Valor Acrescentado Bruto, sustentável (taxa de cobertura das entradas pelas saídas superior à média regional e nacional (valores de 2009)) e exportadora (as exportações são a componente mais importante do PIB desta sub-região).

Especialização da Base Produtiva do EDV ³	
Actividades Industriais / VAB	45%
Produtos Industriais/VAB	24%
Taxa de cobertura das entradas pelas saídas	226%
Contributo das exportações para o PIB da sub-região	48%
População empregada	100 000 (aprox.)
Sectores de Actividade (empregados/emprego total)	
Indústria do Couro e dos Produtos do Couro	17%
Indústria da Madeira e Cortiça	11%
Comércio por grosso e retalho	11%
Construção Civil	9%
Emprego Industrial	
Indústria do Couro e dos produtos do couro	33%
Indústria da madeira e cortiça	21%
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	9%

Figura nº 17 – Especialização da Base Produtiva – Ano de referência: 2009

Apesar dos dados acima confirmarem o perfil industrial da base económica e de emprego do EDV, é de realçar a evolução muito significativa do sector terciário que (em 2009) representava já cerca de 44% do emprego da região.

Em termos de realidade empresarial é a seguinte a caracterização do Entre-Douro-e-Vouga:

Empresas

2009	Empresas Nº		Pessoal ao Serviço (Nº indivíduos)		Volume de Negócios (milhares euros)	
	Total	Ind. Transf.	Total	Ind. Transf.	Total	Ind. Transf.
Portugal	1.060.906	74.234	3.717.920	718.507	335.887.312	70.629.521
Norte	342.044	34.888	1.222.869	368.691	91.449.328	25.607.752
Entre Douro e Vouga	27.343	4.378	105.124	53.407	7.329.097	3.942.609
Arouca	1.824	233	5.633	2.027	287.763	80.929
Oliveira de Azeméis	6.480	1.277	26.825	15.953	1.784.636	1.113.979
Santa Maria da Feira	13.891	2.146	50.574	22.495	3.567.582	1.713.783
São João da Madeira	3.043	401	13.828	8.111	1.044.273	629.458
Vale de Cambra	2.105	321	8.264	4.821	644.843	404.460

Fonte: INE

2,2 % do volume de negócios das empresas portuguesas (2009)



Figura nº 18 – Tecido empresarial do EDV – Fonte: INE/Universidade de Aveiro

3.1.2.2. Sectores Industriais Relevantes

Como se pode ler no Diagnóstico Prospectivo da região Norte publicado pela CCDR-N, “A construção de uma estratégia de especialização inteligente passa, por um lado, pela Clusterização de uma variedade relacionada de actividades e, por outro lado, pela criação e aproveitamento de triângulos virtuosos envolvendo entidades regionais do SCT, produtores de tecnologia e utilizadores avançados dessa tecnologia num contexto institucional promotor de interações entre esses três vértices”.

A essa luz é obrigatório considerar como alavancas consistente de uma estratégia de especialização inteligente quatro sectores de actividade industrial que não só têm uma importância fundamental na geração de renda e de postos de trabalho como apresentam uma concentração territorial no EDV absolutamente evidente.

Estamos naturalmente a falar do sector da **Cortiça** que concentra no Concelho de **Sta. Maria da Feira 485 das 592 empresas do sector**, dando emprego neste subterritório **a 6814 do total de 8593 de trabalhadores no sector**, do sector dos **Moldes** que concentra **as 450 empresas e os 7640 trabalhadores** entre os dois distritos contíguos de **Aveiro** (no qual se destaca o concelho de **Oliveira de Azeméis**) e Leiria, do sector do **Calçado** que apresenta **651 das 1576 empresas** do sector no EDV (**SJM, SMF e OAZ**) bem como **12 541 do total de 38 791 trabalhadores**, ou do sector da **Metalomecânica** que **contribui com perto de 1,7 mil Meuros** para o volume de negócios do sector **apesar de concentrar apenas 3% do tecido empresarial e 7% do capital humano do sector** o que ilustra bem a produtividade e o valor acrescentado que assumem.

Igual entendimento, quando à relevância de uma aproximação integrada que favoreça fenómenos de clusterização ou densificação dessa clusterização, se depreende dos testemunhos institucionais que a respeito pudemos recolher.

Indústrias da Mobilidade e Ambiente

O Setor Metalúrgico e Metalomecânico na Região de Entre Douro e Vouga

O setor metalúrgico e metalomecânico é um setor basilar para o desenvolvimento económico do país desde logo por ser o principal fornecedor de bens de equipamento para as restantes atividades económicas. Acresce ainda que este setor é simultaneamente impulsionador da introdução e do desenvolvimento de novas tecnologias contribuindo para aumentar o valor acrescentado dos seus produtos bem como dos produtos e serviços de outros sectores.

Na verdade, o sector beneficia de um efeito *spillover* semelhante ao da manufactura em geral: *a manufactura tem um efeito alavanca nos outros setores – um aumento da procura na manufactura gera um aumento em cerca de 50% na procura final no resto da economia.*

É importante notar que o setor metalúrgico e metalomecânico compreende inúmeras atividades sendo de destacar a fabricação de máquinas e equipamentos, veículos automóveis e outro material de transporte e seus componentes e ainda a fabricação de produtos metálicos sem esquecer a metalurgia de base.

Neste contexto, o setor tem um peso significativo na actividade económica portuguesa uma vez que é responsável por **18% do PIB nacional, 28% das exportações nacionais** e cerca de **32%** das empresas, emprego e volume de negócios da indústria transformadora.

O setor metalúrgico e metalomecânico tem-se superado continuamente no que comércio internacional diz respeito e aproxima-se rapidamente do equilíbrio da balança comercial. As exportações em 2012 atingiram **12,7 mil milhões de euros (crescimento de 5% face a 2011)** acompanhadas por um decréscimo nas importações de aproximadamente 15% (fixando-se em 13,1 mil milhões de euros).

Geograficamente é importante destacar a **região de entre o Douro e Vouga** pela fortíssima vertente exportadora em que cerca de **60% da faturação** do sector é proveniente de vendas para o mercado externo.

Esta região é responsável isoladamente por **8% do total das exportações do setor metalúrgico e metalomecânico** (cerca de 1,02 mil milhões de euros) sendo a atividade económica predominante a fabricação de produtos metálicos.

Mais concretamente, a região de entre o Douro e Vouga contribui com perto de 1,7 mil milhões de euros para o volume de negócios do SMM apesar de concentrar somente 3% do tecido empresarial e 7% do capital humano do setor.

Depreende-se portanto que as empresas do setor metalúrgico e metalomecânico desta área geográfica são altamente produtivas e inovadoras, com forte capacidade de engenharia e *time to market*, para além de deterem grande experiência de internacionalização para mercados muito exigentes e diversificados.

É dentro desta lógica que se justifica plenamente uma maior aposta de investimento nas empresas do sector metalúrgico e metalomecânico presentes na região potenciando simultaneamente o desenvolvimento das restantes actividades económicas decorrente do efeito *spillover* já referido. Entende-se que esta abordagem teria efeitos significativos na criação de emprego e valor para a região de Entre Douro e Vouga dado o potencial de crescimento existente.

*AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos e Afins de Portugal
O Setor Metalúrgico e Metalomecânico na Região de Entre Douro e Vouga
3 de dezembro de 2013*

Caixa nº 9 – O Sector Metalúrgico e Metalomecânico no EDV

Indústria Portuguesa de Moldes e Ferramentas Especiais: Propostas de Acção

A *Indústria Portuguesa de Moldes e Ferramentas Especiais*, é uma indústria que actua à escala global de forma competitiva e diferenciadora, pois:

- É uma Indústria Infraestruturante da Economia;
- É um activo no suporte à captação de Investimento Directo Estrangeiro, pois integra um conjunto de competências alargadas que permitem a industrialização em Portugal de produtos globais;
- Diferencia-se competitivamente, pela cadeia de valor e oferta que apresenta em Portugal, desde o design, conceção, engenharia e prototipagem, fabricação de moldes e de ferramentas, até à injeção e montagem de produtos e componentes;
- Integra um Cluster de conhecimento e capital intensivo, fortemente internacionalizado, com impactos multi-disciplinares e multi-sectoriais;

- Suporta o seu desenvolvimento em tecnologia, Inovação e Conhecimento, integrando Redes nacionais e internacionais de conhecimento;
- Sendo uma Indústria de Capital e Conhecimento intensivo, contribui decisivamente para acelerar o desenvolvimento económico, promove empresas de vanguarda tecnológica e promove o emprego qualificado;
- Assume a Cooperação e a “Co-opetição” como elementos centrais do seu desenvolvimento, suportado na afirmação internacional da marca colectiva “**Engineering & Tooling from Portugal**”;
- Integra instituições âncora para o seu desenvolvimento (CENTIMFE e CEFAMOL), nos domínios da I&D, da Internacionalização e da Promoção;
- Reconhecido pelos seus concorrentes internacionais. lidera a **EuropeanToolingPlatform** (Sub-Plataforma Tecnológica do EU MANUFUTURE), na definição estratégica do Road-Map tecnológico do Tooling Europeu e para o suporte à definição dos programas de I+D+i da UE (7ºPQ + HORIZON 2020);

Assim, o posicionamento de fronteira desta Indústria, tem permitido acompanhar de forma consistente e integrada os movimentos dos mercados, facilitando a antecipação de mudanças, a diferenciação e o reconhecimento. A consolidação desta linha de desenvolvimento, impõe a continuidade na acção, e neste sentido, apresentamos seguidamente um conjunto de propostas que consideramos estruturantes para o desenvolvimento futuro da nossa indústria:

- Reforço da Diplomacia Económica através de maior articulação entre as Embaixadas, a Rede Externa da AICEP e as instituições representativas do Cluster de Engineering&Tooling;
- Dinamizar e apoiar a promoção da Marca Colectiva - “**Engineering & Tooling from Portugal**” - no mercado internacional – estímulo às exportações e à atracção de investimento directo estrangeiro para Portugal;
- Integração do Cluster de Engineering&Tooling em ações específicas de promoção da capacidade tecnológica e de produção nacional (ex. visitas oficiais, mostras nacionais, *roadshows*, entre outros);
- Promoção de incentivos, nomeadamente fiscais, à internacionalização e a empresas exportadoras;
- Negociar, a nível bilateral e/ou no âmbito da União Europeia, a redução/anulação de taxas alfandegárias que limitam ou impedem a exportação de produtos nacionais, nomeadamente moldes e ferramentas especiais para países terceiros (ex: Brasil);
- Desenvolvimento e integração de uma rede de inteligência económica que disponibilize informação estratégica sobre os mercados e oportunidades de negócio, permitindo que as empresas do Cluster, ajustem a sua oferta à evolução da procura mundial (envolvendo, gabinetes de estudos económicos, INE, Associações, clusters, etc);
- Apoio à promoção e integração de empresas do Cluster em consórcios nacionais e/ou europeus (ao nível do negócio e ao nível da I&D+I – Programas Quadro Europeus);
- Dinamização e disponibilização de instrumentos financeiros, com características específicas para suporte ao Cluster que permitam ultrapassar os constrangimentos actuais da Indústria(proporcionados pelo arrefecimento da economia mundial, pelas alterações das condições de pagamento e do modelo de negócio);
- Reforço das linhas de financiamento (e seus plafonds) específicas para suporte ao investimento tecnológico e ao reforço da internacionalização das empresas;
- A necessidade de promover um acesso mais fácil e rápido à recuperação do IVA, permitindo

assegurar às empresas uma melhor gestão da sua tesouraria;

- Facilitar acesso aos seguros de crédito por parte das empresas exportadoras nacionais visando melhores condições de preço e de disponibilidade de plafonds;
- Maior celeridade na liquidação dos incentivos no âmbito do QREN, majorando apoios a ações inseridas na Estratégia de Eficiência Coletiva do Cluster, destacando-se os que têm características de projectos conjuntos e/ou mobilizadores;
 - Reforçar a dinâmica dos Pólos de Competitividade e Clusters nas estratégias de cooperação efectiva entre as empresas, entre a Indústria e o Sistema Científico e Tecnológico, assim como com outros dos seus *stakeholders*, criando uma intervenção articulada, que contemple desde a investigação fundamental até à incorporação da inovação em novos produtos e à dinamização do emprego qualificado;
 - Criação de programas que visem reforçar competências e estratégias de inovação das empresas, que resultem em novos produtos e serviços baseados em conhecimento, tecnologia e processos mais eficientes (ex: projectos conjuntos e iniciativas colectivas ou co-promoção nestas áreas);
 - Apoio à dinamização de sistemas de *intelligence* e vigilância tecnológica e de mercado que apoiem as estratégias de diferenciação, diversificação e consolidação das empresas nacionais no mercado externo;
 - Acelerar processos de análise e, principalmente, a liquidação de incentivos nos projectos conjuntos integrados na EEC, limitando a carga burocrática e administrativa a que estes estão sujeitos e reduzindo as dificuldades de tesouraria inerentes;
 - Criação de um instrumento plurianual de suporte às actividades pré-competitivas desenvolvidas pelos Centros Tecnológicos e outras Infra-estruturas Tecnológicas nacionais, as quais têm um papel fundamental no que se refere à monitorização, vigilância e antecipação tecnológica;
 - Ajustamento do “Vale de Empreendedorismo”, apoiando os empreendedores ainda na fase da ideia e da validação do negócio, como estímulo ao desenvolvimento e à criação de novas empresas de base tecnológica e dando coerência à sua estratégia de desenvolvimento em torno das incubadoras já existentes, premiando e majorando as empresas que nelas se instalam;
 - Dinamização de programas plurianuais de sensibilização de jovens para a Indústria e para o Empreendedorismo, com especial enfoque na continuidade do Projeto “PENSE INDÚSTRIA”, uma ação do tipo “voluntarista” e pré-competitiva que no seio do Setor tem apresentado excelentes resultados, incentivando alunos do ensino secundário a prosseguir os seus estudos em áreas tecnológicas e estimulando a criação de novas ideias, conceitos e produtos nos jovens;

Joaquim Menezes, Presidente do CENTIMFE e Vice Presidente da POOL_NET

A indústria da Cortiça

O Futuro. Perspectiva de crescimento

A Indústria da Cortiça possui um plano de acção que prevê, no cenário dos próximos dois a cinco anos, um aumento das nossas exportações. Pretendemos alcançar os mil milhões de euros, sendo que este crescimento se deverá reflectir na totalidade dos produtos exportados.

Preveremos um crescimento das vendas do seguinte modo: aumento de 85 milhões de euros garantidos pelo produto rolha, 35 milhões de euros pelos materiais de construção e 35 milhões de euros serão garantidos pela totalidade dos outros produtos / novas aplicações de cortiça.

Deste modo, reunimos as condições de crescimento pela aposta de promoção de todas as soluções de cortiça – produtos tradicionais como a rolha de cortiça e isolamentos e revestimentos – pelas novas aplicações de cortiça destinadas a múltiplas aplicações como o vestuário, calçado, saúde, cosmética, material desportivo, instrumentos musicais, entre muitas outras soluções.

Complementarmente, a estratégia em curso salvaguarda duas opções táticas: opção crescimento em valor e opção crescimento em quantidade.

A primeira opção vai de encontro a uma via de aumento de valor dos produtos de cortiça sobretudo nos segmentos mais altos onde o factor “premium” é decisivo. Simultaneamente, tentaremos recuperar valor nos segmentos mais baixos onde somos mais competitivos face a alguns alternativos de mercado.

A segunda opção vai na linha de, designadamente no mercado dos vedantes, recuperar quota aos vedantes alternativos (nomeadamente nos alternativos de plástico onde admitimos uma recuperação de 100% e nas roscas de metal uma recuperação mais contida).

1. As necessidades do sector no período 2014 – 2020

A estratégia sectorial em curso e iniciada no ano 2000 considera um plano de acção ambicioso e que se apresenta diversificado. Qualidade, inovação e internacionalização são as três dimensões prioritárias desse plano e que se materializa num conjunto alargado de acções que são, por um lado, assumidas individualmente pelas empresas e, por outro lado, desenvolvidas pela rede associativa sectorial em ligação directa com as empresas.

O exemplo de referência do trabalho em curso nos doze últimos anos passa pela implementação do Systecode – Sistema de Acreditação das empresas mediante o CIPR, Código Internacional das Práticas Rolheiras. Em doze anos, temos mais de 300 empresas aderentes ao sistema que sendo voluntário, tem evidenciado uma forte adesão. No período de 2014 e 2020 preconizamos um quadro de medidas de apoio ao sector que, dando continuidade ao trabalho em curso, vão potenciar as condições de sustentabilidade do sector no médio e longo prazo.

Identificamos os seguintes eixos:

Qualidade	Internacionalização
Inovação (Processo e Produto)	Qualificação
Investigação e Desenvolvimento	Apoio directo às empresas

Qualidade

O investimento efectuado pelo sector em torno da qualidade deve permanecer. A melhoria dos processos de fabrico / gestão com vista a melhoria da qualidade dos produtos finais é a melhor salvaguarda que temos face às crescentes exigências de mercado.

Inovação (Processo e Produto)

Inovar para crescer. Este mote tem levado a APCOR a promover e a incentivar a inovação e o desenvolvimento como factores de sucesso do sector e, conseqüentemente, das empresas. A criação de um centro de desenvolvimento de novas aplicações de e com cortiça é uma aspiração. Juntamente com centros de investigação, universidades e as nossas empresas, acreditamos que este centro possa vir a ser uma realidade em prol do futuro da utilização desta matéria-prima impar que é a cortiça.

Investigação e Desenvolvimento

Em articulação próxima com o eixo anterior, preconizamos uma aposta forte em Investigação e Desenvolvimento. Quer na via florestal, quer industrial existe um quadro de prioridades de investigação que já estão identificados e que tentam dar resposta a necessidades colocadas ao sector e, simultaneamente, tentam antecipar cenários.

Internacionalização

A APCOR aposta fortemente em campanhas de comunicação e informação da cortiça nos mercados externos, passando pela Europa, Ásia, América e Oceânia. Para além de promover e defender a cortiça - na sua componente rolha e materiais de construção, decoração e isolamento; a actividade centra-se, ainda, no apoio à internacionalização das empresas, através, por exemplo, da participação em feiras, seminários e outros eventos de relevo. Este trabalho deve continuar, estando já salvaguardado uma campanha para 2014 num valor de 7 milhões de euros.

Qualificação

Face o défice de qualificações registadas no sector, a aposta na formação dos activos continua a ser uma prioridade.

A APCOR foi uma das entidades promotoras e que esteve na criação do Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça (Cincork), por considerar que uma entidade deste género seria fundamental para o apoio às empresas do sector, mas também à região onde o mesmo está inserido.

Apoio Directo às Empresas

No período que se aproxima 2014-2020 a competitividade da maioria das empresas terá de ser sustentada na inovação de produtos, processos e equipamentos, que lhes permita reforçar o sector exportador e os seus recursos humanos tem de aumentar as suas competências para poderem responder capazmente a estes desafios.

Os incentivos ao investimento empresarial para o período de 2014-2020 deverão visar o acréscimo de produtividade e de competitividade das empresas e a melhoria do perfil de especialização de Portugal, favorecendo o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia e priorizando o apoio a projetos de investimento em atividades de produção de bens e serviços transaccionáveis ou internacionalizáveis, como é o caso da cortiça.

Acções transversais

Gestão da Informação

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que a área da informação deve continuar a ser uma prioridade na nossa actuação, sendo necessário continuar a realizar estudos e publicações e outros meios de divulgação de informação.

Cooperação Institucional

A aposta na criação de uma rede associativa vocacionada para o sector deve merecer a nossa atenção. De momento, estamos comprometidos na criação de um polo de representação da fileira florestal portuguesa através da AIFF – Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal. Do mesmo modo, estamos envolvidos na criação de uma OIF – Organização Interprofissional Florestal, a FILCORK – Associação Interprofissional da Fileira da Cortiça. A promoção cruzada da cortiça com outros produtos portugueses como o vinho e o azeite, ou o desenvolvimento de actividades relacionadas com a floresta, o ambiente, o design e as novas aplicações, levam a APCOR a estabelecer parcerias de colaboração com um conjunto de entidades nacionais e internacionais. Esta linha deve continuar e ser potenciada através de projectos conjuntos entre as diversas organizações. Somente deste modo, poderemos criar condições de desenvolvimento sectorial, criar o sentido de Fileira da Cortiça em prol do nosso objectivo prioritário – melhor floresta | melhor cortiça | melhor indústria | melhores produtos de cortiça.

APCOR, Associação Portuguesa de Cortiça

Cultura, Criação e Moda

Indústria de Calçado e Componentes para Calçado

Portugal 2020 no Entre Douro e Vouga

Uma opinião à luz da experiência da indústria do calçado

As indústrias representadas pela APICCAPS têm um peso muito significativo na economia do Entre Douro e Vouga. De acordo com os Censos 2011, as indústrias do couro e dos produtos de couro – que, no Entre Douro e Vouga, correspondem essencialmente ao calçado e outros artigos de pele – representam 11,2% do emprego regional. Por sua vez, o Sistema de Contas Integradas das Empresas mostra que as mesmas atividades representam 10,2% do VAB desta NUT III.

Por outro lado, é por demais conhecido que o Entre Douro e Vouga, particularmente os concelhos da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, é um dos polos estruturantes da indústria portuguesa de calçado, representado aqueles três concelhos cerca de 30% do emprego sectorial. A indústria tem, no entanto, outro polo de grande relevo, mais a norte, entre o Ave e Tâmega, onde se destaca a importância dos concelhos de Felgueiras e Guimarães que representam 45% do emprego da indústria.

Os mesmos dois polos geográficos têm grande expressão na indústria dos componentes para calçado, tendo neste caso o polo do Entre Douro e Vouga um peso relativo superior ao de Felgueiras/Guimarães.

Também o tecido institucional de suporte da indústria se encontra representado nas duas zonas, existindo delegações do CTCP – Centro Tecnológico do Calçado Português e do CFPIC – Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado quer em São João da Madeira quer em Felgueiras. Fora destes polos de maior dimensão, as indústrias do calçado e dos artigos de pele têm ainda uma expressão

económica relevante noutras zonas do país como, por exemplo, o concelho de Alcobaça e, especialmente, a sua freguesia da Benedita.

Neste contexto, enquanto representante da indústria, a APICCAPS tem sempre adotado uma perspetiva integrada e nacional, entendendo que os dois polos se complementam de forma virtuosa. Simplificando ao extremo uma realidade complexa, poderia dizer-se que no polo de Felgueiras/Guimarães têm maior peso relativo empresas de maior dimensão e com uma maior orientação para o calçado de homem, enquanto no polo do Entre Douro e Vouga há uma maior representação de empresas mais pequenas e uma maior orientação para o calçado de senhora. Esta diversidade é uma força da indústria portuguesa de calçado, dando-lhe uma flexibilidade que nem sempre se encontra noutros países produtores.

É à luz da leitura integrada da realidade setorial que a APICCAPS faz que se devem entender os meus comentários relativos aos apoios comunitários e à sua incidência no Entre Douro e Vouga.

Estando a terminar o período de vigência do Plano Estratégico da Indústria de Calçado 2007-2013, que coincidiu com o QREN, é possível fazer uma primeira avaliação dos resultados obtidos. Apesar de o período ter sido marcado, a nível internacional, pela crise económica mais séria das últimas décadas e, a nível nacional, por uma debilidade económica persistente e por uma grave crise financeira, os indicadores da indústria de calçado são claramente favoráveis: as exportações cresceram significativamente e atingiram novos máximos históricos permitindo que a indústria continuasse a ser um baluarte das contas externas portuguesas; o preço médio de exportação do calçado português continuou a aumentar, sendo dos mais elevados a nível mundial; a indústria manteve sensivelmente os seus níveis de emprego dando, no contexto de uma crise económica generalizada, um importante contributo para a coesão social nas suas zonas de implantação preferencial, como aliás é visível nos números de emprego que começamos por citar. De acordo com a avaliação que fazemos na APICCAPS, esta evolução positiva no período 2007-2013 foi comum aos dois polos geográficos da indústria, refletindo a adequação da estratégia que adotámos.

A performance favorável da indústria resulta, em grande parte, do reforço da imagem internacional do calçado português, alicerçada, por um lado, no desenvolvimento da capacidade de criação, *design* e moda das nossas empresas e, por outro, na renovação radical da imagem coletiva a que a indústria procedeu através de uma agressiva campanha de marketing.

O QREN, particularmente o Programa Operacional Fatores de Competitividade, foi um instrumento de grande importância para a concretização da estratégia da indústria de calçado, permitindo alavancar a sua capacidade de investimento e concretizar iniciativas que dificilmente poderiam ter sido promovidas sem o seu apoio. Particularmente importante foi a abertura que o POFC mostrou ao apoio às atividades de internacionalização. É a esse nível, em grande medida, que se joga hoje a competitividade internacional, uma vez que a eficiência produtiva é já quase um “adquirido” para quem quer ser um ator relevante no palco mundial. A existência desses apoios foi particularmente relevante para as empresas de menor dimensão – e, portanto, para as regiões, como é o caso do Entre Douro e Vouga, onde se localizam – uma vez que, na sua ausência, veriam muito coartada a sua capacidade de atuação nos mercados internacionais.

De acordo com os elementos mais recentes, a indústria do calçado (CAE 15201 e 15202) viu aprovados, no POFC, quase 150 projetos, com um montante de investimento elegível da ordem de 111 milhões de euros, a que correspondeu um incentivo de 64 milhões. Em termos numéricos, a maioria destes projetos relacionavam-se diretamente com a temática da inovação, o que demonstra como esta foi interiorizada pelas empresas da indústria de calçado e constitui hoje uma pedra de toque das suas estratégias. De

referir que cerca de 30% dos projetos de Vales Inovação foram originários do Entre Douro e Vouga que foi também responsável por 41% dos Projetos Individuais e de Cooperação aprovados. Em termos de montantes envolvidos, destacam-se, no entanto, os 8 Projetos Conjuntos no âmbito do SI Qualificação PME, promovidos pela APICCAPS, com um investimento elegível de 73 milhões de euros e incentivos de 44 milhões, que suportaram os esforços de internacionalização efetuados pela indústria. Embora formalmente estes projetos estejam associados ao concelho do Porto, onde a associação tem a sua sede, os seus efeitos fazem-se sentir essencialmente nas zonas de implantação geográfica da indústria, nomeadamente no Entre Douro e Vouga.

Apesar da sua expressão absoluta, os apoios ao abrigo do QREN representam uma ínfima parcela dos cerca de 10 mil milhões de euros que a indústria de calçado exportou no período 2007-2013, denotando uma elevadíssima capacidade de alavancagem. Numa fase da vida nacional em que o reforço da capacidade exportadora é mais vital do que nunca, julgo que não podem deixar de se dar por bem empregues.

A APICCAPS apresentou muito recentemente o plano estratégico FOOTURE 2020. Para a concretização deste plano, que pretende dar continuidade ao rumo de internacionalização e progressão na cadeia de valor que a indústria vem prosseguindo de forma obstinada nas últimas décadas, confiámos que o programa Portugal 2020 mantenha, e se possível reforce, o grau de apoio a temáticas tão importantes como são a inovação, a qualificação e a internacionalização que existiu no QREN.

Em benefício da coesão económica, social e territorial, é indispensável que esses apoios sejam configurados em moldes que não excluam o acesso das PME que constituem o essencial do tecido produtivo do Entre Douro e Vouga, da indústria do calçado e do país. Mas importa, também, que sejam configurados em moldes que garantam a coerência estratégica na sua aplicação e, portanto, a eficácia e a eficiência na utilização dos apoios disponíveis, evitando uma excessiva dispersão e pulverização. A história de sucesso da indústria portuguesa de calçado mostra que é possível compatibilizar estas exigências que podem parecer contraditórias. As iniciativas que protagonizámos no domínio da imagem e internacionalização, assim como as experiências do CTCP no domínio da inovação, demonstram que é possível ter apoios acessíveis às PME sem perder as vantagens da coordenação e escala, em proveito de toda a indústria portuguesa de calçado.

No FOOTURE 2020 assumimos a densificação do *cluster* do calçado como um dos nossos propósitos fundamentais para os próximos anos: precisamos de novos parceiros que possam acrescentar valor ao que já fazemos. A aposta do Portugal 2020 na coesão territorial pode dar aqui um importante contributo. Embora sempre tenha existido um espírito de colaboração entre a indústria e os atores locais, esse é um dos domínios em que a rede de relações do *cluster* pode ser alargada e fortalecida: a título de exemplo, na grande iniciativa estratégica que o FOOTURE 2020 prevê no domínio da qualificação e rejuvenescimento da indústria, que passa por temas como a qualificação, a formação e o empreendedorismo, a APICCAPS precisa de parceiros com conhecimento dos territórios e das pessoas. Na APICCAPS, veríamos, por isso, com bons olhos que o Portugal 2020 criasse condições que permitissem esta convergência de esforços com parceiros de índole territorial em torno do nosso plano estratégico para os próximos sete anos. Acredito que o que se faça neste domínio possa dar um contributo relevante em termos de coesão territorial.

Porto, 7 de Dezembro de 2013 - Manuel Carlos, Director Geral da Apiccaps

3.1.2.3. Outros Sectores Relevantes

Ainda que sem a implantação histórica dos quatro sectores industriais antes referidos ou sem o correspondente efeito em termos de criação de renda e de emprego, vale a pena ressaltar dois outros sectores de actividade que, pelo potencial de sustentabilidade e efeitos multiplicadores, podem vir a cumprir um papel importante na especialização inteligente do território.

Cultura, Criação e Moda

INDÚSTRIAS CRIATIVAS 2020

A Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas (ADDICT) assume-se como uma plataforma de representação, promoção e coordenação do Cluster das Indústrias Criativas do Norte de Portugal.

Atenta às mudanças culturais, económicas, sociais, organizacionais, tecnológicas e educacionais que marcam o tempo presente, a ADDICT, tem vindo a promover junto dos seus associados uma reflexão acerca das políticas públicas de âmbito nacional, regional e sub-regional mais adequadas, não apenas para promover as dinâmicas do sector, mas, especialmente, para potenciar o seu impacto noutros setores da economia nacional, contribuindo para a geração de riqueza e a criação de emprego.

Neste sentido, e à luz das orientações europeia para as políticas de clusters, designadamente no que respeita aos sectores cultural e criativo, a estratégia de consolidação do Cluster para o período 2014-2020 passa, em nossa opinião, por intervenções em três níveis distintos.

O primeiro, prende-se com a melhoria do contexto onde operam os agentes do sector. Neste âmbito, julgamos fundamental ampliar a sensibilização dos organismos públicos e privados quanto à importância da cultura e da criatividade nos processos de inovação e de reforço da competitividade regional. Esse esforço deverá ser complementado por uma aposta séria na transformação dos sistemas educativos, de formação profissional e de aprendizagem ao longo da vida, abrindo-os a uma maior presença da arte, cultura e criatividade nos respectivos currícula.

Por outro lado, acreditamos que será fundamental a criação de uma marca regional (declinada subregional e subsectorialmente) que reforce a identidade coletiva da comunidade criativa do Norte de Portugal, demonstrando a diversidade e qualidade dos seus recursos e agentes, favorecendo a criação de um discurso integrado e posicionando a imagem do Norte enquanto Região Criativa de relevância internacional.

Como condição de contexto, entendemos ser também pertinente a promoção de um sistema fiscal competitivo que favoreça a atração de investimentos internacionais para o sector, à semelhança do que outras regiões europeias estão a fazer com reconhecido sucesso.

O segundo campo de intervenções refere-se às medidas para reforço dos sectores criativos, nomeadamente o estímulo ao seu crescimento e internacionalização.

A este propósito, julgamos justificar-se um esforço regional na capacitação e sustentação dos

programas de promoção do empreendedorismo, designadamente aqueles que se encontram associados à rede de espaços de incubação sectorial gerada no QREN 2007-2013. No caso do EDV será fundamental consolidar os projetos da Oliva Creative Factory e do Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua.

Importância vital terá o reforço do sector audiovisual e dos novos media na região, bem como o esforço de internacionalização dos negócios criativos, promovendo a sua visibilidade e a integração dos seus conteúdos, produtos e serviços em redes globais de marketing e distribuição.

Por último, acreditamos que o contributo dos sectores culturais e criativos para a competitividade da região se fará, acima de tudo, pelo reforço dos efeitos de spill-over sobre outros sectores da economia regional, nomeadamente o turismo, as tecnologias de informação e comunicação, o património e sectores industriais com incorporação de design (ex: vestuário, calçado, acessórios, joalharia e mobiliário).

Recordamos, a este propósito, a seguinte referência feita no **Diagnóstico Prospetivo da Região do Norte 2014-2020**:

“Assim, a construção de uma estratégia de especialização inteligente assenta no aproveitamento de triângulos virtuosos envolvendo entidades regionais do SCT, produtores de tecnologia e utilizadores avançados dessa tecnologia num contexto institucional promotor de interações entre esses três vértices. Podem constituir-se como apostas regionais, nomeadamente os seguintes domínios prioritários: (...)”

Cultura, Criação e Moda

Explorando as indústrias criativas (sobretudo nas áreas de design e arquitetura), de novos materiais e de tecnologias de produção inovadoras, na criação de novas vantagens competitivas em sectores ligados à produção de bens de consumo com uma forte componente de design, nomeadamente têxtil e vestuário, calçado, acessórios, mobiliário, joalharia, etc. (...)

Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo

Valorizando recursos culturais e intensivos em território e aproveitando as capacidades científicas e tecnológicas, nomeadamente nas áreas da gestão, marketing e TIC, e a oferta turística relevante, para a promoção de percursos e itinerâncias como forma de aproveitamento das principais infraestruturas de entrada de visitantes e turistas.”

Estamos pois confiantes que a região Norte (e em particular o Entre Douro e Vouga) não desperdiçará esta decisiva oportunidade e saberá aproveitar os seus recursos territoriais e a visão, competências e dinâmicas das suas instituições culturais e dos seus talentos criativos, colocando-os no centro da sua estratégia de desenvolvimento, de forma inteligente, sustentável e inclusiva.

Carlos Martins, Presidente da ADDICT

Sistemas Agro-ambientais e Alimentação

ESTRATÉGIA 2014-2020

A região de Entre Douro e Vouga, com uma área de 86 262 hectares, apresenta uma ocupação do sector agro-florestal de 69 418 hectares, ou seja, 80 % do seu território. Este grau de ocupação evidencia uma das prioridades a ter em conta na estratégia de desenvolvimento dos Programas Operacionais Regionais, não só ao nível da melhoria estrutural, bem como na interligação entre as diferentes ocupações do solo.

De forma a valorizar e aproveitar estas características tão próprias do Entre Douro e Vouga, é necessário agir de forma directa e eficiente no sector agro-florestal, com as seguintes medidas:

- Promover a melhoria das infraestruturas florestais, de modo a contribuir para uma melhoria do ordenamento florestal, bem como a auxiliar na prevenção e no combate aos fogos florestais;

- Incentivar o aumento da área florestal certificada, de forma a promover o ordenamento florestal e aproveitar as mais-valias de uma gestão segundo critérios e indicadores de sustentabilidade ambiental, económica e social;

- Estimular a mudança da indústria florestal de 1ª transformação para uma gestão e funcionamento segundo critérios de sustentabilidade, nomeadamente na implementação de sistemas de cadeia de custódia, que permitem aproveitar o valor acrescentado do material lenhoso gerado pela florestal gerida de uma forma sustentável;

- Impulsionar a dinamização da fileira da castanha, em que a região de Entre Douro e Vouga tem boas condições edafo-climáticas, para a diversificação de produtos e com uma clara aposta na transformação agro-alimentar;

- Promover uma estratégia integrada de recuperação de áreas ardidas do Entre Douro e Vouga, em que se promova um reordenamento da floresta e um planeamento estratégico para a sua defesa.

- Estimular a diversificação de produtos da floresta, nomeadamente a biomassa, para um uso eficiente na região. Neste aspecto têm especial importância os equipamentos públicos, uma vez que deverão promover o uso de fontes renováveis de energia que a região pode providenciar e fornecer.

- Melhorar as infra-estruturas agrícolas, com entrada de novos produtores agrícolas qualificados, com melhoria da produtividade e aumento do grau de transformação dos produtos;

- Defender e incentivar os circuitos curtos, com preferência pela produção e o consumo local, gerando emprego e uma relação mais directa entre o produtor e o consumidor;

- Recolher, conservar e divulgar o espólio de variedades regionais, tanto vegetais como animais;

- Formação e informação dos produtores agrícolas, integrada numa perspectiva de polivalência e multifuncionalidade, com vista ao incremento da valorização agro-alimentar;

- Promover a expansão do modo de produção biológico, bem como de sistemas de agricultura orientados para a conservação da natureza e da biodiversidade, como o reforço da diversificação do tecido económico e social das zonas rurais;

- Incentivar a criação de redes de cooperação agrícola, com aumento da partilha de conhecimentos e interligação do sector com os centros de inovação e desenvolvimento;

Deste modo, pretende-se um desenvolvimento equilibrado e sustentável do sector agro-florestal para que este se possa tornar um pilar essencial da economia do Entre Douro e Vouga.

Pedro Quaresma

Associação Florestal de Entre Douro e Vouga

3.1.2.4. Sistema de Inovação de Base Regional (SRI)

Para além da representatividade territorial e do valor acrescentado e exportador que todos os sectores, sobretudo os industriais, acima evidenciam há que verificar ainda a sua sustentação num sistema de inovação eficazmente conectado e preferencialmente localizado na região onde operam os agentes económicos.

Também aqui o Entre Douro-e-Vouga apresenta especificidades próprias de um território claramente detentor de uma Vocação e de uma Especialização.

Do ponto de vista da oferta é consistente o número e grau de complementaridade das instituições em presença. Do Ensino Superior disponível na Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologia de Produção Aveiro Norte (ESAN)/Universidade de Aveiro (OAZ), ISVOUGA - Instituto Superior do Entre Douro e Vouga (SMF), Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha (OAZ), e Instituto Superior de Paços de Brandão (SMF) ao Ensino Profissional disponível na Escola Tecnológica de Vale de Cambra, Escola de Hotelaria e Turismo (SMF) ou o Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica - CENFIM (núcleo em Oliveira de Azeméis) ou ainda as instituições de interface capazes de garantir a progressão da inovação empresarial como sejam o Centro Tecnológico do Calçado, o Centro Tecnológico da Cortiça, o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDIT), a SANJOTEC o CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes Ferramentas Especiais e Plásticos ou o FEIRAPARK situado junto do Europarque.

Não menos relevante será a ligação estreita das empresas, que sobretudo no sector da Metalomecânica e Equipamentos mantêm com os polos de competitividade e tecnologia PoolNet e Produtech.

Este sistema de inovação de base regional é e será fundamental na ultrapassagem dos principais desafios da comunidade empresarial do EDV como sejam “ (...) continuar os esforços de formação profissional e qualificação de quadros de nível superior, garantir o reforço da capacidade de Investigação e Desenvolvimento das Empresas designadamente pela integração de Doutorados, promover a paulatina endogeneização de conhecimento científico e tecnológico, persistir na inovação ao nível dos processos, produtos e serviços (tecnologia, design, desenvolvimento de produto, “lean production”, a intensificação de cooperação entre o Sistema Científico e Tecnológico Nacional / Empresas e Centros Tecnológicos designadamente através de I&DT em consórcio, prestação de serviços, consultadoria, formação em ambiente empresarial, e mais frequente inserção em redes nacionais e internacionais no contexto de programas comunitários (Horizon 2020)).

Papel central deste SRI será desempenhado pela Escola Superior Aveiro Norte especialmente vocacionada para “promover a concertação de estratégias de oferta formativa entre diferentes agentes do sistema de ensino e formação, construindo uma teia de cooperação interinstitucional envolvendo as Escolas (Secundárias, Profissionais e Tecnológicas), os Centros de Formação, os Centros Tecnológicos, as Empresas e outros agentes dos sistemas de ensino, formação e inovação, e combater o abandono escolar precoce do ensino, promover a formação contínua e a requalificação profissional, preparar o público alvo para lidar com as mutações tecnológicas e organizacionais emergentes e, robustecer o tecido económico e administrativo.”



Um Programa de ensino/formação em Rede

- Curso Superior desde 2005>06: Licenciatura em Tecnologia e Design de Produto
- Cursos de especialização tecnológica, fisicamente deslocalizados, orientadas para as necessidades do tecido empresarial com a região
- Parcerias com os municípios
- Parcerias com o tecido o empresarial, associações empresariais, centros tecnológicos



Figura nº 9 – Programa de ensino/formação em rede da Universidade de Aveiro

A Universidade de Aveiro tem de resto desenvolvido um notável trabalho ao nível da organização do pilar da incubação e empreendedorismo, valorizando os esforços feitos por vários municípios a este respeito como o caso estruturante da Sanjotec em S. João da Madeira, numa aposta que será acompanhada por vários outros municípios como é o caso de Vale de Cambra que pretende instalar uma incubadora industrial, destinada a fomentar novos projectos empresariais na sua Zona Industrial do Rossio, ou de Oliveira de Azeméis que, para além dos espaços previstos no Parque do Cercal – Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado, prevê a oferta de espaços de pós-incubação na Área de Acolhimento Empresarial de UI-Loureiro

3.1.2.5. Estratégia de Acolhimento Empresarial

Se é verdade que os factores críticos para a construção de uma Estratégia de Especialização Inteligente são essencialmente a evidência de economias de aglomeração e de fenómenos de clusterização, devidamente ligados ao sistema de inovação, não menos importante será considerar os constrangimentos e / ou oportunidades decorrentes de um conjunto de externalidades.

Estamos a falar dos custos dos factores de produção, das condições de apoio logísticos (de onde se destacam o transporte) e ainda o acolhimento empresarial. Por considerarmos que o Entre-Douro-e- Vouga tem activos muito competitivos nesta área ainda que não optimizados, chamamos a atenção para a seguinte informação.

Os territórios e as suas condições de ordenamento estão para as actividades empresariais como, segundo a célebre teoria da comunicação, o «meio» está para a «mensagem»: a primeira dimensão condiciona e determina a segunda de tal modo que ambas se equivalem. A competitividade das actividades económicas, a atractividade de investimentos e a promoção do empreendedorismo e da inovação dependem hoje, decisivamente, dos factores de competitividade e de sustentabilidade postos à sua disposição pelos territórios e pelas suas formas de organização e aglomeração.

Hoje, como nunca no passado, territórios e actividades económicas reconhecem entre si uma total interdependência: um território competitivo e sustentável promove e concorre para actividades competitivas e sustentáveis, e o contrário é igualmente verdade.

Num contexto económico como o nosso contemporâneo – em que a internacionalização e a fácil integração em redes globalizadas de distribuição, o acesso a serviços e tecnologias avançadas, a sustentabilidade ambiental e energética das actividades, a capacidade de inovação e diferenciação dos bens e serviços e dos processos produtivos determinam a força competitiva das empresas e dos sectores económicos – o tema das políticas regionais de organização e do acolhimento empresarial adquire nova e maior relevância e complexidade.

Depois do verdadeiro surto das últimas décadas, em Portugal, associado às “áreas” e “parques industriais” – que deram um importante contributo ao nível do ordenamento territorial industrial e das prioridades de qualificação ambiental – reconhece-se hoje que as soluções e respostas por si oferecidas são, porém, insuficientes para dar conta dos novos desafios de eficiência, de inovação, de gestão e internacionalização que se colocam às empresas e às suas estruturas e instituições de suporte.

Pede-se às áreas de acolhimento empresarial muito mais do que organizar um condomínio de actividades, do ponto de vista infra-estrutural e do fornecimento de serviços básicos. Requer-se que forneçam contextos óptimos de acesso a serviços e bens de ciência e tecnologia, de interface e proximidade com os centros de saber, de desenvolvimento de economias de rede geradoras de sinergias e maior escala crítica, de incubação de actividades empreendedoras, bem como de marketing e promoção, num compromisso activo com o desenvolvimento regional ou local em que se inserem.

A concepção e o estabelecimento de uma rede de áreas de acolhimento empresarial de diferentes tipologias, numa região com as características e o potencial industrial, exportador, científico e criativo do Norte de Portugal, constituem, por isso, na perspectiva dos actuais desafios ligados à inovação, à eficiência e à competitividade, uma peça fundamental da actual estratégia de desenvolvimento regional.

Caixa nº 14 – Introdução Plano de Acolhimento Empresarial 2008-2010 – CCDR-N

A temática do acolhimento empresarial é relevante no quadro de toda a região Norte. Assume, no entanto, maior relevância naqueles territórios onde a base de especialização produtiva é industrial e onde o Sistema de Inovação se consegue desenhar com algum contraste.

Não podemos, no entanto, esquecer que o zonamento e acolhimento empresarial prosseguem variados fins e que a política de incentivos pode e deve ser diferente consoante a tipologia abordada.

Os quadros abaixo ilustra claramente as diferenças de natureza do espaço bem como dos objectivos que se procuram atingir:

Dimensões	Dimensões Específicas	Objectivos da AAE
ORDENAMENTO E AMBIENTE	<p>Micro zonamento</p> <p>Rede regional de AAE</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>Eco-eficiência</p> <p>Requalificação urbana</p>	<p>Responde à disciplina da procura por solo industrial; contribuição para a definição de um modelo urbano-territorial e para um modelo regional em termos de ordenamento; protecção de áreas sensíveis e planeamento de longo prazo na utilização do solo.</p> <p>Racionalização dos sistemas de águas, energia, resíduos.</p> <p>Reconversão de espaços urbanos e atracção de actividades e talentos.</p>
COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	<p>Economias de aglomeração</p> <p>Economias de rede</p> <p>Inovação</p>	<p>Ganhos de eficiência decorrentes da utilização de bens e serviços infra-estruturais comuns.</p> <p>Ganhos de eficiência decorrentes da proximidade e de sinergias entre empresas; serviços de facilitação e apoio à gestão.</p> <p>Transferência de conhecimento entre empresas e disponibilidade de serviços tecnológicos.</p>
DESENVOLVIMENTO LOCAL	<p>Empreendedorismo local</p> <p>Empreendedorismo tecnológico</p> <p>Empreendedorismo em ambiente urbano</p>	<p>Promover o empreendedorismo local e atrair iniciativa externa.</p> <p>Promover <i>start-ups</i> de base tecnológica, acções estruturadas de incubação.</p> <p><i>Clusterização</i> de actividades inovadoras ou criativas em ambiente urbano.</p>

Tipologia	Ilustração AAE
PARQUE DE C&T	Parque de C&T centrado numa Universidade e englobando um conjunto relevante de unidades de I&D, públicas ou privadas, bem como centros de transferência de tecnologia (interfaces) e incubação de empresas.
BIC	Espaço condominial englobando uma forte componente de serviços avançados de apoio à gestão e com ligações a centros de I&D e a centros de transferência de tecnologia; incubação de empresas.
INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA	Esta tipologia pode estar acoplada às duas anteriores ou a um Parque Empresarial orientado para actividades de elevada intensidade tecnológica e, preferencialmente, integrando algumas infra-estruturas tecnológicas.
PARQUE EMPRESARIAL	Parque empresarial localizado na periferia do espaço metropolitano, com boas acessibilidades, vocacionado para actividades de alta e média intensidade tecnológica, incluindo ou articulado com facilidades em termos de grandes eventos (congressos, exposições, etc.).
PARQUE COMERCIAL	Zona comercial com gestão condominial, situada na periferia do centro urbano ou associada à criação de uma nova centralidade. Engloba uma componente de grandes superfícies e pode estar associada a projectos residenciais e/ou de Centros de Serviços.
PARQUE DE DISTRIBUIÇÃO	Parque de distribuição com uma forte componente logística mas englobando espaços para localização empresarial.
CENTRO DE ESCRITÓRIOS	A oferta de centros de escritórios, quando induzida pelas políticas públicas (política urbana), está em regra associada ou à criação de novas centralidades ou à revitalização de zonas urbanas (por exemplo, antigas zonas industriais ou portuárias).
URBAN DISTRICT	Espaço condominial para <i>clusterização</i> de actividades criativas.

Caixa nº 16 – Tipologia de Áreas de Acolhimento Empresarial – Espaços Metropolitanos
 Plano de Acção para o Acolhimento Empresarial 2008-2010 – CCDD-N

Dependendo da tipologia em questão, a dotação de recursos destas infraestruturas poderá passar por apenas uma categoria dos elementos abaixo discriminados ou pela combinação de vários ou de todos.

Infra-estruturas Físicas

Na componente infra-estrutural física predomina a lógica de condomínio na gestão e disponibilização de:

- Abastecimento de água;
- Tratamento de águas residuais;
- Recolha e tratamento de resíduos sólidos não perigosos e, eventualmente, recolha selectiva de resíduos e, em casos específicos de espaços industriais, tratamento de resíduos perigosos;
- Provisão de energia eléctrica e gás natural;
- Telecomunicações (incluindo banda larga);
- Rede viária interna e de acesso aos eixos viários mais próximos.

Outros Serviços Infra-estruturais (“facilities” e “amenities”)

No plano dos serviços partilhados de natureza infra-estrutural ou condominial, há ainda uma variadíssima gama de serviços que, dependendo do perfil da AAE, poderão ser providenciados:

- Serviços de recepção;
- Serviços de vigilância;
- Serviços de limpeza;
- Manutenção de zonas verdes, sinalética, etc.;
- Manutenção de instalações;
- Seguros de instalações e outros;
- Provisão de espaços de reunião e de conferências.

Ainda numa lógica de integrar no espaço da AAE serviços de apoio genérico, as entidades gestoras podem disponibilizar espaço e procurar atrair operadores em áreas como:

- Restaurantes, hotéis e lojas de conveniência;
- Bancos;
- Centro comercial;
- Posto de correio;
- Abastecimento de combustíveis.

Serviços de Apoio à Gestão

A disponibilização de serviços de apoio à gestão e de facilitação dos negócios tanto pode seguir uma lógica de oferta de serviços partilhados como de atracção, para instalação na AAE, de operadores públicos e privados especializados nesse tipo de serviços. Em termos de espaço físico, a oferta de serviços de apoio à gestão pode traduzir-se em:

- Edifícios de escritórios;
- Centro de conferências;
- Espaços para incubação de empresas.

O espectro de serviços oferecidos, sendo variável, pode incluir:

- Serviços de informação: legislação, informação de mercado, informação económico financeira, padrões e certificação, patentes, (informação sobre) instalações;
- Aconselhamento e suporte directo: planeamento, marketing, design, desenvolvimento de produto, finanças, contabilidade, consultoria de gestão, TIC;

- Formação: gestão, marketing, cursos de reconversão, TIC;
- Financiamento: intermediação em empréstimos, garantias e subsídios; intermediação na área do capital de risco e capital semente;
- Organização de eventos: conferências, seminários, feiras, exposições, missões de negócios, etc.

Na componente de promoção do empreendedorismo, algumas AAE disponibilizam uma infraestrutura de apoio à criação de empresas, prestando ainda aconselhamento quanto a possíveis fontes de financiamento (linhas de crédito, incentivos públicos ou capital semente) e disponibilizando no quadro dos serviços partilhados acima descritos todo o apoio técnico necessário (formalidades legais, plano de negócios, acompanhamento, etc.).

Serviços Tecnológicos

Serviços tecnológicos com um caráter genérico (acesso a redes e serviços de informática, registo de domínios e *webdesign*, etc.) podem ser oferecidos numa ótica de serviços partilhados ou por operadores privados instalados na AAE. A disponibilização de serviços tecnológicos mais específicos (testes e análises laboratoriais, apoio à certificação, desenvolvimento de produtos e processos, etc.) está em regra condicionada à vocação temática da AAE e à presença ou não de entidades com um caráter de infraestrutura tecnológica.

Caixa nº 17 – Plano de Acção para o Acolhimento Empresarial 2008-2010 – CCDR-N

O EDV tem espaço e existências para/em várias destas tipologias. Tem, a nosso ver, ainda uma grande margem de progressão (para optimização dos investimentos feitos) na assumpção clara de uma hierarquia de objectivos e de natureza, na dotação dos recursos exigidos a cada categoria, sendo que este caminho só poderá ser feito com sucesso a uma escala supra-municipal (neste caso abrangendo todo o EDV). Conforme já referimos, no limite as políticas comerciais poderão ser diferenciadas ainda que tal opção acarrete um nível de competitividade interna prejudicial à promoção e optimização da alocação dos espaços face aos requisitos da procura e, por outro, lado faça muito menor sentido se um up-grade supra municipal da dotação de infraestruturas e serviços alinhar a qualidade da oferta.

O caso especial do Europarque

O Europarque fica situado no concelho de Sta. Maria da Feira, junto ao nó da auto-estrada que liga o território do EDV ao Porto e a Lisboa.

Actualmente gerido pela AEP, o Europarque foi concebido como um projecto de desenvolvimento económico abrangente com fortes componentes económicas e culturais.

Por outro lado apresenta ainda como vantagem competitiva a dimensão da sua área total que extravasando de longe a área construída teve, desde o início, fortes preocupações de natureza paisagística e preservação ambiental (espaço verde de dois hectares).

Para além do espaço expositivo o Europarque disponibiliza um Centro de Congressos, um centro Cultural, um Centro de Ciência Viva - Visionarium (considerado o segundo melhor Museu da Europa em

2000), o IDIT – Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (tendo como principal objectivo apoiar as empresas do sector industrial, nas áreas tecnológicas de processamento de materiais por laser, produção mecânica em plataforma CIM, Vibrações e Acústica Industrial, Ambiente e Poluição, Planeamento e Controlo da Produção Industrial e Automação e Robótica) e o Feira Park – Parque de Ciência e Tecnologia de Santa Maria da Feira.

Esta infraestrutura encontra-se num momento de alteração do seu modelo de gestão e estrutura de financiamento, sendo plausível advogar que a mesma venha a ser (em parceria com a AEP) assumida pelo conjunto dos municípios do EDV, assumindo um lugar cimeiro na hierarquia dos espaços de acolhimento empresarial (e neste caso de animação cultural, turismo de negócios e divulgação científica a nível supra-municipal).

3.1.3. Acções Recomendadas

Organização de um programa integrado de incentivos de suporte ao Eixo Temático “**Produto e Emprego**” estruturado em 3 Programas de Acção:

- **EDV Produto e Mercado** – nas vertentes de I&D (sobretudo empresarial), qualificação e internacionalização
- **EDV Factores de Produção** – nas vertentes de qualificação e fixação de recursos humanos, eficiência energética e estrutura de financiamento
- **EDV Externalidades** – nas vertentes de apoio à localização empresarial, estímulo ao empreendedorismo e à incubação, produção e disseminação do conhecimento científico eficiência da administração pública

3.1.4. Instrumentos de Política

Tipos de Instrumento de política	Tipologias	Objectivo Temático	Programa de Acção		
			Produto e Mercado	Factores de Produção	Externalidades
Incentivos Directos ao investimento empresarial	Projectos de I&D por parte de Empresas (inc. co-promoção com entidades do STCN)		+		
	Criação e dinamização de núcleos de I&D nas empresas		+		
	Participação das empresas em programas Europeus de I&DT		+		
	Actividades de demonstração do potencial económico dos resultados de ID&T		+		
	Projectos de empreendedorismo qualificado e criativo		+		
	Projectos de investimento empresarial de não PME de natureza inovadora, incluindo investimento de natureza estruturante (e.g. elevada mobilidade internacional) ou de interesse estratégico (e.g. investimento âncora de lusters ou de domínios estratégicos de especialização inteligente) com claro efeito de arrastamento e envolvimento das PME e do tecido económico nacional;			+	
	Projectos de investimento empresarial de PME de natureza inovadora		+		
	Projectos de Qualificação das Estratégias das PME (moda e design, desenvolvimento e engenharia de produtos, economia digital e TIC, propriedade industrial, certificação, eficiência energética, etc.)			+	
	Projectos de reforço das capacidades de organização e gestão das PME			+	
	Projectos conjuntos que promovam a presença internacional das PME			+	
Apoios Indirectos ao Desenvolvimento Empresarial	Coordenação e gestão de parcerias, redes de colaboração e clusters		+		
	Iniciativas de estímulo e capacitação para o empreendedorismo qualificado e criativo				+
	Capacitação, dinamização e consolidação das infraestruturas de incubação				+
	Acções colectivas de conhecimento e prospecção com vista ao conhecimento dos mercados externos		+		
	Acções colectivas de promoção e marketing internacional		+		+
Engenharia Financeira	Apoio a acções colectivas de assistência empresarial, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME				+
	Instrumentos de Financiamento da gestão de tesouraria e investimentos de médio e longo prazos das PME				+
	Financiamento da inovação e projectos em domínio de risco numa perspectiva integrada (capital e dívida)				+
Apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico	Consolidação e reforço dos mecanismos de garantia mútua e alargamento do espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias				+
	Programas de apoio à investigação de interesse estratégico				+
	Mobilidade de doutorados e sua integração em empresas e em entidades do SCT				+
	Reorganização e consolidação de infraestruturas de I&D&I				+
	Promoção de centros de competência de interesses estratégicos (ESFRI)				+
	Programa de apoio à participação em programas europeus de I&DT				+
	Actividades de disseminação de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projectos de I&D				+
	Capacitação e apoio ao patenteamento e ao licenciamento da propriedade industrial pelas entidades do SCT				+
	Projectos semente de valorização económica de resultados da investigação				+
Procura de serviços tecnológicos por parte das PME				+	

Apoios à formação para a inovação empresarial	Desenvolvimento de acções de formação/coaching de capacitação dos gestores para a inovação e gestão empresarial				+
	Participação de activos de empresas em acções de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a projectos de investimento				+
+Investimentos em infraestruturas de transportes	Investimentos em RTE-Transportes, primordialmente nos domínios ferroviário, marítimo-portuário, plataformas multimodais e auto-estradas do mar				
	Investimento em redes não RTE – Transportes nos domínios ferroviário, marítimo-portuários e fluvial e plataformas multimodais				+
	Projectos de proximidade de reabilitação ou da requalificação da rede viária e do tipo "last mile" que eliminem constrangimentos existentes na ligação dos nós secundários e terciários da rede rodoviária à rede principal e RTE				+
Apoios à modernização administrativa e capacitação institucional	Promoção de uma administração e serviços públicos em rede, incluindo a cooperação e articulação entre serviços em matéria de redes e serviços TIC				+
	Formação dos trabalhadores em funções públicas associado a projectos de modernização administrativa				
	Fomento do uso dos serviços públicos em rede	1			+
	Capacitação institucional dos serviços públicos (e.g. simplificação de processos e serviços partilhados, reforço da capacidade técnica e de gestão, processos de requalificação da administração pública)	1			+
	Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento (e.g. apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento do plano de acção territorial e sectorial; iniciativas piloto de modernização e de boas práticas de redes de actores institucionais; monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas)	1			+

*

3.1.5. Plano de Acção e Matriz de Convergência

Tipos de Instrumentos de Política	Tipologias	Sector/Medidas				Objectivo Temático	Programa de Acção		
		Moldes e Ferramentas Especiais	Cortiça	Metalúrgico e Metalomecânico	Calçado		Produto e Mercado	Factores de Produção	Externalidades
Incentivos Directos ao investimento empresarial	Projectos de I&D por parte de Empresas (inc. co-promoção com entidades do STCN)	Criação de programas que visem reforçar competências e estratégias de inovação das empresas, que resultem em novos produtos e serviços baseados em conhecimento tecnologias e processos mais eficientes (ex. projectos conjuntos e iniciativas colectivas ou co-promoção nestas áreas)		Novos materiais Ecodesign Novos processos respeitadores do ambiente Tecnologias de produção sustentável	Nano partículas e nano materiais Biomateriais e novas formulações químicas Couros inovadores Materiais recicláveis e biodegradáveis Componentes e dispositivos	1	+		
	Criação e dinamização de núcleos de I&D nas empresas			Potencialmente interessante		1	+		

	Participação das empresas em programas Europeus de I&DT	Apoio à promoção e integração de empresas do Cluster em consórcios nacionais e/ou Europeus		Dinização de consórcios internacionais Promoção de valorização de materiais sustentáveis		1	+		
	Actividades de demonstração do potencial económico dos resultados de ID&T			Projetos demonstradores		1	+		
	Projectos de empreendedorismo qualificado e criativo					3	+		
	Projectos de investimento empresarial de não PME de natureza inovadora, incluindo investimento de natureza estruturante (e.g. elevada mobilidade internacional) ou de interesse estratégico (e.g. investimento âncora de clusters ou de domínios estratégicos de especialização inteligente) com claro efeito de arrastamento e envolvimento das PME e do tecido económico nacional;								

	Projectos de investimento empresarial de PME de natureza inovadora		Apoio a programa integrado visando o acréscimo de competitividade e produtividade das empresas	Abordagem a novos mercados Tecnologias de produção sustentável Ecodesign	Novos conceitos de design Novos modelos de negócio Artigos técnicos Calçado saúde e bem estar Fábrica do Futuro Atelier oficina Tecnologias para empresas ágeis Equipamentos de laboratório TICE (Agenda Digital)	3	+		
--	--	--	--	--	---	---	---	--	--

	<p>Projectos de Qualificação das Estratégias das PME (moda e design, desenvolvimento e engenharia de produtos, economia digital e TIC, propriedade industrial, certificação, eficiência energética, etc.)</p>		<p>Implementação dos sistemas ISSO 9001,22000 e 14001, bem como a certificação florestal e cadeia de custódia; implementação do Systecode</p>	<p>Promoção de atividades de intellgence:</p> <ul style="list-style-type: none"> - valorização da PI - normalização e certificação de produtos - vigilância tecnológica <p>Planos de abordagem à internacionalização</p> <p>Sistemas de informação para organização interna e contacto com o cliente</p> <p>Promoção eficiência energética</p>	<p>Promover o desenvolvimento sustentável e qualificado nas áreas do :</p> <ul style="list-style-type: none"> - ambiente - energia - responsabilidade social - certificação de produtos e empresas <p>Concepção e internacionalização de marcas próprias</p> <p>Campanhas de marketing das empresas</p> <p>Planos de comunicação</p> <p>Showrooms</p> <p>Imagem interna das empresas</p>	3	+		
--	---	--	---	---	--	---	---	--	--

	Projectos de reforço das capacidades de organização e gestão das PME		Apoio aos programas integrados do Cincork	Sistemas de apoio à decisão		3	+		
	Projectos conjuntos que promovam a presença internacional das PME			Valorização internacional do setor		3	+		
Apoios Indirectos ao Desenvolvimento Empresarial	Coordenação e gestão de parcerias, redes de colaboração e clusters	Reforçar a dinâmica dos Pólos de Competitividade e Clusters nas estratégias de cooperação efectiva entre as empresas, entre a indústria e o SCTN, assim como com outros dos seus stakeholders, criando uma intervenção articulada, que contemple desde a investigação fundamental até à incorporação da inovação em novos produtos e à dinamização do emprego qualificado		Reforço da ligação à PRODUTECH e aos organismos de suporte do setor pertencentes ao SCTN (CATIM; INEGI)		1	+		

	Iniciativas de estímulo e capacitação para o empreendedorismo qualificado e criativo	<p>Ajustamento do “Vale Empreendedorismo” , apoiando os empreendedores ainda na fase da ideia e da validação do negócio, como estímulo ao desenvolvimento e à criação de novas empresas de base tecnológica e dando coerência à sua estratégia de desenvolvimento em torno das incubadoras já existentes, premiando e majorando as que nelas se instalam</p>		<p>Valorização dos cursos promovidos pelo centro de formação do setor (CENFIM)</p> <p>Reforço das ações setoriais coordenadas pelo CATIM no programa PENSE INDÚSTRIA – valorização das atividades industriais e tecnológicas junto dos jovens</p>	<p>Apoio ao empreendedorismo de base industrial</p> <p>Apoio ao empreendedorismo para designers</p> <p>Programa de apoio a jovens talentos</p>	3			+
		Dinamização de programas plurianuais de sensibilização de jovens para a indústria e para o empreendedorismo, com especial enfoque no programa “PENSE INDÚSTRIA”							
	Capacitação, dinamização e consolidação das infraestruturas de incubação					3			+

	Acções colectivas de conhecimento e prospecção com vista ao conhecimento dos mercados externos			Estudos de mercado Promoção do setor Aquisição de bases de dados	Estudos de mercado e acesso à informação Aquisição e criação de bases de dados Análise de conjuntura e prospectiva Vigilância económica e tecnológica Estudos de benchmarking	3	+		
	Acções colectivas de promoção e marketing internacional	Dinamizar e apoiar a promoção da Marca Colectiva “Engeneering & Tooling from Portugal” no mercado internacional	Campanhas de comunicação e informação da cortiça nos mercados externos – Europa, Ásia, América e	Campanhas de comunicação do setor nos mercados internacionais	Associação a grandes eventos de moda Editoriais de moda	3	+		+

		Integração do Cluster "Engeneering & Tooling" em acções específicas de promoção da capacidade tecnológica e de produção nacional	Oceania Apoio à internacionalização das empresas – participação em feiras, seminários e outros eventos de relevo	Feiras Missões empresariais Eventos internacionais Representações diretas em mercados estratégicos Ações promocionais em feiras de referências	Ligações a figuras públicas de relevo internacional Reforço da cobertura noticiosa Portuguese Shoes TV online Presença nas redes sociais Mailing de compradores Representações nos mercados internacionais Retailho tradicional E-retail Sourcing internacional Feiras internacionais Missões empresariais				
--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

	Apoio a acções colectivas de assistência empresarial, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME	Criação de um instrumento plurianual de suporte às actividades pré-competitivas desenvolvidas pelos centros tecnológicos e outras infraestruturas tecnológicas nacionais, as quais têm um papel fundamental no que se refere à monitorização, vigilância e antecipação tecnológica	Apoio à gestão e dinamização da informação sobre o sector produzida pela APCOR Apoio ao reforço da cooperação institucional estratégica para o sector (AIFF, OIF, FILCORK e CINCORK) Apoio ao reforço da cooperação institucional internacional	Promoção e desenvolvimento de serviços de apoio direto e indireto às empresas (SIAC) Reforço de cooperação nacional e internacional com os vários players		3			+
Engenharia Financeira	Instrumentos de Financiamento da gestão de tesouraria e investimentos de médio e longo prazos das PME	Dinamização e disponibilização de instrumentos financeiros , com características específicas para suporte ao Cluster que permitam ultrapassar os constrangimentos actuais da indústria				3		+	

	Financiamento da inovação e projectos em domínio de risco numa perspectiva integrada (capital e dívida)	Reforço das linhas de financiamento específicas para suporte ao investimento tecnológico e ao reforço da internacionalização das empresas		Linhas de financiamento do tipo PME Investe Reforço da ligação aos sistemas de garantia mútua		3		+	
	Consolidação e reforço dos mecanismos de garantia mútua e alargamento do espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias					3		+	
Apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico	Programas de apoio à investigação de interesse estratégico		Apoio à investigação fundamental florestal (e.g. genoma do sobreiro) e aplicada à indústria			1			+
	Mobilidade de doutorados e sua integração em empresas e em entidades do SCT			Potencialmente interessante		1			+
	Reorganização e consolidação de infraestruturas de I&D&I					1			+
	Promoção de centros de competência de interesses estratégicos (ESFRI)		Criação de um centro de desenvolvimento de aplicações de e com cortiça em rede com instituições de interface, SCTN e empresas			1			+

	Programa de apoio à participação em programas europeus de I&DT			Potencialmente interessante		1			+
	Actividades de disseminação de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projectos de I&D			Potencialmente interessante		1			+
	Capacitação e apoio ao patenteamento e ao licenciamento da propriedade industrial pelas entidades do SCT			Potencialmente interessante		1			+
	Projectos semente de valorização económica de resultados da investigação			Projetos demonstradores		1			+
	Procura de serviços tecnológicos por parte das PME	Apoio à dinamização de sistemas de "market intelligence" e vigilância tecnológica e de mercado que apoiem as estratégias de diferenciação, diversificação e consolidação das empresas nacionais no mercado externo		Potenciar a ligação e a procura de serviços (Via Vale Inovação ou Vale IDT) entre as instituições de SCTN de suporte ao setor e as empresas		1			+
Apoios à formação para a inovação empresarial	Desenvolvimento de acções de formação/coaching de capacitação dos gestores para a inovação e gestão empresarial			Formação de empresários	Formação de gestores de topo: - formação/acção - formação de alto rendimento "Erasmus"	8			+
	Participação de activos de empresas em acções de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a projectos de investimento					8			+

Investimentos em infraestruturas de transportes	Investimentos em RTE-Transportes, primordialmente nos domínios ferroviário, marítimo-portuário, plataformas multimodais e auto-estradas do mar					7			
	Investimento em redes não RTE – Transportes nos domínios ferroviário, marítimo-portuários e fluvial e plataformas multimodais					7			+
	Projectos de proximidade de reabilitação ou da requalificação da rede viária e do tipo “last mile” que eliminem constrangimentos existentes na ligação dos nós secundários e terciários da rede rodoviária à rede principal e RTE					7			+
Apoios à modernização administrativa e capacitação institucional	Promoção de uma administração e serviços públicos em rede, incluindo a cooperação e articulação entre serviços em matéria de redes e serviços TIC					2			+
	Formação dos trabalhadores em funções públicas associado a projectos de modernização administrativa					8			
	Fomento do uso dos serviços públicos em rede					11			+
	Capacitação institucional dos serviços públicos (e.g. simplificação de processos e serviços partilhados, reforço da capacidade técnica e de gestão, processos de requalificação da administração pública)					11			+
	Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento (e.g.apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento do plano de acção territorial e sectorial; iniciativas piloto de modernização e de boas práticas de redes de actores institucionais; monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas)					11			+

Um olhar mais profundo sobre os trabalhos prospectivos de cada um dos sectores industriais acima identificados permite sustentar a sua perfeita correspondência aos desafios contidos desde logo no Acordo de Parceria – Portugal 2020.

A matriz acima atesta essa correspondência e ilustra as tipologias de investimento que podem dar corpo a um programa integrado com forte impacto positivo no desenvolvimento do Entre-Douro-e-Vouga.

No entanto, nem tudo o que é preciso ser feito passa pelos estímulos financeiros comunitário. É necessário concertá-los com uma acção enérgica ao nível dos instrumentos definidos e dominados pelo Estado Português.

São exemplos as seguintes acções preconizadas por vários dos sectores estudados:

- Reforço da diplomacia económica através de maior articulação entre as Embaixadas, a rede externa da AICEP ;
- Promoção de incentivos, nomeadamente fiscais, à internacionalização e a empresas exportadoras;
- Negociar, a nível bilateral e/ou no âmbito da União Europeia, a redução/anulação de taxas alfandegárias que limitam ou impedem a exportação de produtos nacionais;
- Desenvolvimento e integração de uma rede de inteligência económica que disponibilize informação estratégica sobre os mercados e oportunidades de negócio, permitindo que as empresas, ajustem a sua oferta à evolução da procura mundial;
- A necessidade de promover um acesso mais fácil e rápido à recuperação do IVA, permitindo assegurara às empresas uma melhor gestão da sua tesouraria;

3.2. EDV 2020 - Crescimento Sustentável

Visão

O EDV quer em 2020 atingir um nível de desenvolvimento harmonioso do seu território, da exploração dos seus recursos e da protecção do seu ambiente, assim proporcionando um elevado grau de qualidade de vida aos seus cidadãos.

Ambiente, Energia e Sustentabilidade

Os desafios colocados pela União Europeia para o período de programação 2014-2020, declinados para Portugal e para a Região prendem-se essencialmente com quatro vectores de intervenção:

1. A transição para uma economia de baixo carbono, associada principalmente à eficiência energética e à produção e distribuição de energias renováveis;
2. A prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas;
3. A protecção do ambiente e a promoção da eficiência de recursos, estruturada em torno das áreas de intervenção:
 - gestão de resíduos
 - gestão da água (ciclo urbano da água e gestão dos recursos hídricos)
 - gestão conservação e valorização da biodiversidade
 - recuperação de passivos ambientais
 - qualificação do ambiente urbano
4. Promoção e valorização dos recursos endógenos numa perspectiva de desenvolvimento de determinados recursos naturais

Tendo em conta as especificidades físicas, económicas e de povoamento do território do Entre-Douro-e-Vouga destacamos como áreas de trabalho susceptíveis de criar uma maior impacto positivo ao nível dos objectivos fixados:

- gestão do ciclo urbano da água
- regeneração urbana
- capital simbólico e serviços de turismo na acepção da promoção e valorização de recursos endógenos específicos e localizados (serra da Freita, Geoparque, património cultural edificado)

3.2.1. Ciclo Urbano da Água

No que diz respeito ao Ciclo Urbano da Água as metas a que a Região Norte se propõe passam por:

Prioritariamente na vertente do saneamento de águas residuais/pluviais:

- criação de sistemas individuais de saneamento nos casos em que a instalação de redes de drenagem convencionais não se revelar adequada;
- reutilização de águas residuais tratadas;
- redução e controlo das infiltrações e afluência de águas pluviais aos sistemas públicos de drenagem de águas residuais
- operacionalização de sistemas adequados de gestão de lamas de ETAR.

No que respeita ao abastecimento de água:

- reforço e melhoria da monitorização de consumos de água;
- reabilitação dos sistemas públicos de distribuição e transporte de água (incluindo a redução de perdas);
- desenvolvimento de origens de águas alternativas e não convencionais;

No que respeita à sustentabilidade dos serviços prestados às populações:

- medidas que melhorem a eficiência operacional e ambiental do abastecimento de água e saneamento e garantam uma progressiva recuperação de custos, assegurando que os preços não impeçam o seu acesso às populações.

Caixa nº 18 - CCDR-N, Orientações específicas do Diagnóstico Prospectivo Regional

Em todas estas áreas tem o Entre-Douro-e-Vouga um caminho a percorrer sendo o mais incontestável a evolução positiva das taxas de cobertura em particular no que diz respeito ao abastecimento de água.

É necessário no entanto acelerar a progressão no que diz respeito ao sistema de recolha e tratamento das águas residuais em que o EDV se destaca pela negativa em termos regionais.

Se na maioria dos casos, sobretudo no que diz respeito aos sistemas de abastecimento de água em alta e baixa, o processo de concessão e agregação está em curso, podendo vir finalmente a assegurar um sistema justo e equilibrado de convergência tarifária, a verdade é que em paralelo com a construção de novas redes /reservatórios será necessário proceder a um programa de regeneração das redes existentes com o objectivo essencial de poder fazer um uso mais eficiente dos recursos designadamente no que diz respeito à eliminação /atenuação da taxa de perdas.

	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)		População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)		População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
NORTE	83	92	67	76	64	65
Minho-Lima	85	95	46	55	45	52
Cávado	85	98	66	81	65	68
Ave	61	82	62	58	75	62
Grande Porto	94	98	86	94	79	83
Tâmega	70	80	40	59	35	35
Entre Douro e Vouga	68	91	35	46	25	31
Douro	97	99	82	89	80	86
Alto Trás-os-Montes	96	91	84	83	78	81
Centro	94	96	71	80	65	72
Lisboa	97	100	95	96	83	83
Alentejo	92	95	82	85	73	76
Algarve	92	98	81	88	77	84
Portugal Continental	90	96	77	84	71	74
PEAASAR 2007-2013	95		90		-	

*Quadro 1 - População Servida por Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais 2006 e 2009
(Fonte: INE; [Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.)] e PEAASAR 2007-2013)*

Deve-se a este respeito ressaltar o caso de Vale de Cambra, pelas necessidades de investimento que se estimam, cuja entidade gestora do abastecimento de água, em alta e em baixa, ao concelho é exclusivamente a Câmara Municipal, que também serve em “alta” o município de Oliveira de Azeméis. O abastecimento é constituído por 5 sistemas, dos quais quatro são autónomos. Estes sistemas cobrem cerca de 69% da população do concelho (população com o serviço disponível).

Contabilizavam-se em 2013 um total de 6 723 clientes (5 888 são clientes domésticos), havendo-se registado um volume anual faturado de 801474 m³/ano (incluindo consumos domésticos, industriais, comércio, serviços públicos, autarquias, instituições sem fins lucrativos e outros). O Sistema é constituído por uma Estação de Tratamento de Água com capacidade total de 2636664 m³, 3 instalações de tratamento, 18 reservatórios com capacidade de reserva de água na adução e distribuição de 6680m³, aproximadamente 7424 ramais, sendo o comprimento total de condutas de aproximadamente 146,75km.

No caso das águas residuais, a entidade gestora do sistema de drenagem e tratamento é igualmente a Câmara Municipal, com responsabilidades ao nível da gestão dos serviços públicos municipais de águas residuais.

A CM de Vale de Cambra é responsável pela recolha, drenagem, e tratamento das águas residuais produzidas no concelho, à exceção do tratamento dos efluentes da sede de concelho e de alguns aglomerados adjacentes, que é assegurado pela ETAR de Ossela em Oliveira de Azeméis (S1), cuja gestão é assegurada pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. Genericamente, as águas residuais recolhidas pela rede pública municipal são transportadas, graviticamente ou através de sistemas elevatórios, para o ponto de recolha existente no limite do concelho ou nas ETAR da Calvela (S2) e de Cabrum (S3), onde sofrem tratamento antes de serem rejeitadas no meio hídrico.

O sistema principal, que serve a o núcleo urbano de Vale de Cambra, é o principal sistema de drenagem do município, e abrange uma percentagem significativa da população do concelho (61%). Os restantes 2 sistemas existentes no concelho, de dimensões muito reduzidas, cobrem 0.3% da população do município.

O sistema de drenagem e tratamento no concelho de Vale de Cambra inclui: 2 instalações de tratamento, 126,79 km de coletores e 11 estações elevatórias.

A componente de investimento ambiental deverá ainda ser complementada por um conjunto de projectos vocacionados para a educação ambiental como é o caso do projecto já em desenvolvimento na Câmara de Vale de Cambra relativo a um centro de demonstração de compostagem, a evoluir para um centro de educação ambiental, com o grande objectivo de sensibilizar a comunidade para as questões ambientais e o aproveitamento racional dos recursos naturais.

3.2.2. Regeneração Urbana

A política de regeneração urbana visando o desenvolvimento de cidades e redes de cidades sustentáveis, é um dos pilares mais importantes das orientações de política comunitária no contexto da política de Coesão para 2014-2020.

O que se entende por Desenvolvimento Urbano Sustentável Integrado?

As cidades são os motores da economia europeia e podem ser consideradas como catalisadores de criatividade e inovação em toda a UE. Cerca de 68 % da população da UE vive numa região metropolitana e estas regiões geram 67 % do PIB da UE. No entanto, são também os locais onde mais se acentuam problemas como o desemprego, a segregação e a pobreza. As políticas adotadas em relação às áreas urbanas têm, portanto, um significado mais amplo para a UE no seu todo.

As várias dimensões da vida urbana – ambientais, económicas, sociais e culturais – estão interligadas e o êxito do desenvolvimento urbano apenas poderá ser alcançado através de uma abordagem integrada. As medidas relacionadas com a renovação do espaço físico urbano têm de ser combinadas com medidas que promovam a educação, o desenvolvimento económico, a inclusão social e a proteção do ambiente. Por outro lado, o desenvolvimento de parcerias sólidas entre os cidadãos locais, a sociedade civil, a economia local e os vários níveis de governação também é condição prévia.

No momento atual, a adoção de uma abordagem deste tipo revela-se especialmente importante dada a gravidade dos desafios que as cidades europeias estão a enfrentar. Estes desafios vão desde alterações demográficas específicas até às consequências da estagnação económica em termos de criação de empregos e progresso social, passando pelo impacto das alterações climáticas. A resposta a estes desafios será crucial para concretizar a sociedade inteligente, sustentável e inclusiva prevista na Estratégia Europa 2020.

As propostas passam por definir estratégias de investimento integradas que abordem a um tempo os desafios económicos, ambientais, climáticos e sociais das áreas urbanas e reservar um mínimo de 5% do FEDER atribuído a cada Estado membro em ARDU (Acções Integradas para o Desenvolvimento Urbano) com gestão e implementação delegada às cidades. As cidades que definam esta estratégia devem fazer parte em anexo do Acordo de Parceria com cada Estado Membro.

Com base em listas apresentadas por cada Estado membro e que também se anexarão ao Acordo de Parceria a CE estabelecerá uma Plataforma para o desenvolvimento urbano abrangendo 300 cidades em toda a Europa para que se prossiga um diálogo mais focado sobre as principais questões relacionadas com o desenvolvimento urbano sustentável.

A Comissão Europeia continuará a promover o ensaio de acções piloto para a resolução de problemas específicos ou para a realização de estudos com interesse Europeu reservando até 0,2% das verbas FEDER atribuídas para o efeito.

A estratégias de regeneração urbana serão ainda os instrumentos mais bem colocados se associarem a pelo menos quatro dos objectivos temáticos estabelecidos pelo Quadro Estratégico Comum. São eles:

- A transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono
- Melhorar o ambiente urbano
- Promover a mobilidade urbana sustentável
- Promover a inclusão social apoiando a regeneração física e económica das áreas urbanas degradadas

No plano regional urge tomar em consideração as seguinte caracterização e definição de prioridades de investimento:

Prioridades Investimento	Áreas Intervenção
1. Acções para melhorar a qualidade do ambiente urbano, [...] a regeneração de instalações industriais abandonadas e a redução da poluição do ar	Qualidade do Ambiente Urbano
	Regeneração de instalações industriais abandonadas
2. Apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	Eficiência energética nas infraestruturas públicas
	Eficiência energética nas habitações
3. Promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas (inclui mobilidade urbana sustentável)	Estratégias territoriais de baixa emissão de carbono
4. Fomento da investigação, inovação e adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono	Estratégias integradas para uma economia verde

Quadro nº 8 - CCDR-N, Orientações específicas do diagnóstico prospectivo regional

O EDV partilha e entende que pode beneficiar desta visão integrada organizando tendo mesmo sido estudado três tipos de intervenções integradas.

As que valorizam sobretudo a centralidade das cidades (AIDU – Centro+) as que tiram partido de um elemento nuclear de valor ambiental (AIDU- Parque+) e as que abrangendo territórios mais periféricos corrigem o equilíbrio urbano (AIDU - Interzonal).

Em todas estas tipologias se procuram obter ganhos ao nível da eficiência energética (tratando a iluminação pública ou promovendo a eficiência energética dos edifícios / equipamentos públicos), da actividade económica (assente na promoção e utilização das novas tecnologias ou de incentivo a práticas e saberes tradicionais), da melhoria do ambiente urbano (projectos de monitorização da qualidade do ar, requalificação paisagística, beneficiação de campos desportivos, construção ou ampliação de ciclovias, hortas urbanas), da mobilidade urbana sustentável (projectos de pedonalização, implementação de soluções de transporte colectivo sustentáveis designadamente ao nível do fluxo centro-periferia), da promoção da inclusão social (por via da regeneração física de zonas degradadas ou por via de programas imateriais designadamente de estímulo ao contacto intergeracional ou à política de envelhecimento activo).

3.2.3. Capital Simbólico e Serviços de Turismo

Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros

NUTS e Concelhos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	239 903	245 778	253 927	263 814	264 037	264 747	273 975	273 804	279 506	289 107
Região Norte	31 308	31 846	32 184	34 631	35 504	36 421	38 817	38 827	38 386	40 156
Entre Douro e Vouga	731	750	831	845	879	880	1 060	1 174	1 146	1 166
Arouca	56	56	62	62	63	64	0	109	109	109
Oliveira de Azeméis	214	214	214	222	227	227	227	222	194	194
Santa Maria da Feira	357	377	377	377	377	377	377	377	377	397
São João da Madeira	37	36	114	110	108	106	358	360	360	360
Vale de Cambra	67	67	64	74	104	106	98	106	106	106

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Nota: A capacidade de alojamento é referida a 31 de Julho de cada ano.

Figura nº 21 – Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros

NUTS e Concelhos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	34 208 968	33 875 471	34 140 581	35 520 631	37 566 461	39 736 583	39 227 938	36 457 069	37 391 291	39 440 315
Região Norte	3 262 430	3 145 780	3 330 650	3 438 518	3 844 374	4 228 965	4 250 764	4 269 967	4 437 756	4 547 011
Entre Douro e Vouga	84 320	81 922	84 030	77 478	73 711	86 576	92 348	103 925	99 040	100 340
Arouca
Oliveira de Azeméis	22 277
Santa Maria da Feira	...	51 536	49 362	42 527	43 535	50 521	47 292	46 163	44 059	40 176
São João da Madeira	24 326	33 196	...	34 175
Vale de Cambra	1 559	5 165	...	4 008	4 410	4 963

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros

NUTS e Concelhos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	10 546 892	10 413 852	10 901 968	11 469 314	12 376 941	13 366 173	13 456 372	12 927 907	13 537 040	13 992 782
Região Norte	1 845 700	1 761 751	1 838 017	1 925 667	2 144 033	2 373 563	2 412 837	2 466 818	2 545 911	2 641 977
Entre Douro e Vouga	45 662	44 432	48 291	44 522	45 238	48 514	50 877	55 807	57 449	56 596
Arouca
Oliveira de Azeméis	11 452
Santa Maria da Feira	...	29 816	31 510	28 495	30 111	31 805	29 397	27 219	26 838	24 136
São João da Madeira	12 658	16 614	...	19 097
Vale de Cambra	872	1 211	...	1 139	1 145	1 494

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Estada média nos estabelecimentos hoteleiros

NUTS e Concelhos	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	3,0	3,0	2,9	2,8	2,8	2,8
Região Norte	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7
Entre Douro e Vouga	1,6	1,8	1,8	1,9	1,7	1,8
Arouca
Oliveira de Azeméis
Santa Maria da Feira	1,4	1,6	1,6	1,7	1,6	1,7
São João da Madeira	1,9	2,0	...	1,8
Vale de Cambra	1,8	4,3	...	3,5	3,9	3,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Figuras nº 22, 23 e 24 – Dormidas em estabelecimentos hoteleiros; Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros; Estada média nos estabelecimentos hoteleiros; Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros

A análise dos dados acima evidencia um potencial de progressão importante em todos os parâmetros.

A comparação com os mesmos dados relativos à cidade do Porto é desproporcional face aos fluxos, designadamente de visitas em negócio que o EDV gera.

	EDV	PORTO
Capacidade de Alojamento em estabelecimento hoteleiros	1 166	10 933
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros	100 340	1 783 781
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros	56 596	945 427
Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros	1.8	1.9

Quadro nº 9 – quadro construído a partir de dados INE

Para equilibrar estes termos de comparação será necessário desde logo estimular a disponibilização de equipamentos hoteleiros de alta qualidade para que o fluxo de visitas em negócio não se desvie para o Porto.

Um dos equipamentos hoteleiros mais estruturantes que pode vir a ser implementado com efeitos multiplicadores para o território específico onde se situa bem como todo o Entre-Douro-e-Vouga, ao mesmo tempo que eleva o padrão de qualidade da oferta é a Pousada que o Município de Arouca pretende instalar na ala Sul do Mosteiro com o mesmo nome.

A Câmara Municipal de Arouca iniciou há alguns anos (1998/2003) um processo de qualificação do centro da vila que tem tido como âncora o seu Mosteiro. Esses esforços, tanto a nível material como imaterial têm tido no Estado (IPPAR/IGESPAR/DRCN) um forte aliado, sendo a situação atual resultante de um quadro de investimento continuado.

São de referir as intervenções promovidas pela Autarquia de requalificação do espaço público envolvente, procurando criar condições propícias e cómodas ao seu uso e animação, bem como a instalação da biblioteca municipal num edifício adjacente ao Mosteiro.

Por outro lado, a Autarquia, muitas vezes em parceria com atores locais, tem realizado um conjunto alargado de ações imateriais de carácter cultural, centradas no Mosteiro ou em espaços adjacentes, com vista a dinamizar e a tornar visível a vila de Arouca e o seu concelho. Pelo carácter continuado e pelo seu impacto extra concelhio, destacam-se: recriações históricas, Cister Saberes e Sabores (evento multifacetado), concertos de música clássica e de órgão, Feira das Colheitas, Semana Cultural, seminários, cursos de verão associado as Universidades do Porto e Aveiro, exposições, etc..

No passado recente (por volta de 2004), o IPPAR como promotor da recuperação global do Mosteiro, realizou um vasto plano de intervenções de recuperação e restauro, apoiadas pelo Programa Operacional da Cultura do III Quadro Comunitário de Apoio. Neste âmbito destacam-se as obras de recuperação de coberturas, paredes exteriores e caixilharias do Mosteiro, as campanhas de intervenção arqueológica no edifício e na cerca, a reabilitação de toda a zona do coro baixo (cadeiral) e, ainda, o protocolo assinado com a Autarquia que visava concessionar a Ala Sul do Mosteiro a privados para a instalação de um estabelecimento hoteleiro que se procurará de alto nível, maximizando a interpretação do passado histórico e social do Monumento.

Por outro lado, será importante prosseguir a estruturação da oferta turística ao nível dos recursos patrimoniais, naturais, industriais, culturais e criativos já razoavelmente identificados mas ainda longe de uma exploração otimizada.

Como ponto muito favorável realça-se uma harmoniosa especialização complementar entre todos os espaços que compõem o EDV sendo por isso possível apresentar uma oferta que vai dos circuitos de turismo industrial em S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis, à programação cultural e criativa sobretudo de Santa Maria da Feira e S. João da Madeira, ao turismo de natureza através de actividades de montanha ou de desportos aquáticos na Serra da Freita em Arouca, ou mesmo de visita e interpretação a sítios históricos edificados como o Castelo da Feira o Convento de Arouca, ao conjunto de Aldeias típicas como a de Trebilhadouro em Vale de Cambra ou o parque molinológico de UL em Oliveira de Azeméis.

O território é já credor da confiança de investidores privados que vêem nos seus vastos recursos uma fonte diferenciadora susceptível de atrair turistas e visitantes.

É o caso do Vale do Rio Hotel Rural, Oliveira de Azeméis, cuja principal razão de construção foi a existência de uma mini-hídrica, já neste local desde finais de 1800. Depois de devidamente restaurada e em funcionamento, foi reflectida a hipótese de partilhar a magnífica paisagem deste local, conhecido como “Princesa do Caima”, com as mais modernas infra-estruturas e com todos os serviços de excelência. Trata-se assim de um projecto inovador, um eco-hotel que pretende aproveitar e explorar várias energias renováveis: energia hídrica, solar, foto-voltaica, biomassa e biodiesel.

Ou poderá vir a ser o caso (ainda em terras de Oliveira de Azeméis) da Quinta do Côvo, berço da indústria vidreira, dotada de magnífico património de arqueologia industrial e que, numa parceria público-privada muito poderá vir a qualificar a rede de roteiros e infra-estruturas culturais e turísticas, animando os visitantes e fixando emprego.

Por outro lado, é ainda de valorizar um conjunto de roteiros que, estando já estabelecidos, podem ser potenciados assim, por exemplo, os equipamentos hoteleiros instalados requeiram a animação cultural dos seus hóspedes.

É o caso do conjunto de Museus disponíveis, como o da o da Chapelaria em S. João da Madeira, o do Papel em Sta. Maria da Feira, o do Convento em de Arouca, rede supra.-concelhia a complementar pelo Museu dos Lacticínios em Vale de Cambra.

Ou então o caso dos Roteiros imateriais como o bem conseguido Roteiro Ferreira de Castro em Oliveira de Azeméis que percorre arruamentos e caminhos públicos em diversos lugares da Freguesia de Ossela numa extensão de cerca de 13 KM e é composto de 30 “estações” ou pontos de passagem. Não se trata dum simples percurso pedonal que permite “apenas” contemplar a paisagem e o edificado rural, mas dum projecto que vai para além disso, associando a referida contemplação a uma introspecção cultural literária, com base na obra do grande romancista Ferreira de Castro, natural de Ossela tendo início e término na Casa-Museu Ferreira de Castro.

A valorização do capital simbólico e cultural de um território designadamente para fins turísticos é mobilizador de um conjunto vasto de recursos e produz efeitos multiplicadores ao nível da inovação num grande conjunto de sectores de interface.

É o caso do agro-alimentar e vinhos, do equipamento náutico, das indústrias culturais e criativas, do alojamento e da restauração, da animação turística ou das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Os desafios que se colocam ao território do EDV passam essencialmente pela capacitação de entidades profissionais de gestão do destino que consigam transformar os recursos em produtos turísticos de valor acrescentado e garantir proximidade às cadeias de distribuição e gestão do incoming.

3.2.4. Acções Recomendadas

Organização de um programa integrado de incentivos ao Eixo Temático “**Sustentabilidade**” estruturado em 3 Programas de Acção:

- **EDV Experiência** – nas vertentes acesso e manutenção dos jovens no sistema escolar (do pré-escolar ao superior) com especial enfoque para as modalidades de ensino e formação profissional, construção e operacionalização de redes de recuperação, interpretação e animação cultural e turística, conectividades físicas e digitais de apoio ao Turismo – numa perspectiva de valorização sustentada dos recursos endógenos - gestão sustentável, conhecimento e valorização da biodiversidade e dos ecossistemas regionais, melhoria da administração e dos serviços públicos locais em rede

- **EDV Qualidade de Vida** - nas vertentes concepção de uma rede qualificada de AIDU que promova a renovação de equipamentos (sociais, culturais e desportivos), a eficiência energética na iluminação pública, na habitação social ou nos edifícios / equipamentos públicos, a requalificação ambiental e paisagística, a monitorização e melhoria da qualidade do ar e da água, a animação económica e cultural.

- **EDV Ligações** – optimização da rede viária e de transportes internos e promoção da intermodalidade, e da conectividade digital.

3.2.5. Instrumentos de Política

Tipos de Instrumento de Política	Objectivos Especificos	Objectivo Temático	Programa de Acção		
			EDV Qualidade de Vida	EDV Experiência	EDV Social
A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no sector da habitação	Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas	3	+		
	Aumentar a eficiência energética no sector habitacional	3	+		
A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de território, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Reduzir as emissões de CO2 e promover a descarbonização das actividades	3	+		
A adopção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído	Promover a valorização da excelência do património cultural e natural	4		+	
A protecção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da Rede Natura 2000 e das infraestruturas verdes	Promover a gestão sustentável, o conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas regionais	4		+	
A concessão de apoio ao crescimento propício do emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e o desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade	6		+	
Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação	Redução de saídas precoces do sistema educativo, combate ao insucesso escolar, recuperação de jovens com percursos de insucesso e melhoria do aproveitamento escolar	8		+	
	Reforçar a igualdade regional no acesso à educação pré-escolar e aos ensino básico e secundário	8		+	

Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação e transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional	8		+	
Investimento na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas educativas e formativas	Reforçar a capacidade da oferta regional de educação pré-escolar	8		+	
	Concluir a requalificação/modernização das instalações escolares do 1º, 2º e 3º ciclo	8		+	
	Requalificar e modernizar as infraestruturas de formação	8		+	
O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, cultura em linha, saúde em linha	Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos	9		+	
	Melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da administração pública	9		+	
A melhoria da mobilidade regional através da ligação de nós secundários e terciários às infraestruturas RTE-T, incluindo os nós multimodais	Promover a eliminação de constrangimentos pontuais nas ligações às redes municipais de transportes, aos principais polos de actividade económica ou aos nós da rede logística nacional	5			+

3.3. Crescimento Inclusivo

Visão

O EDV quer, em 2020, afirmar-se como uma região socialmente coesa, com respostas sociais adequadas e inovadoras, promovidas a uma escala de concertação supramunicipal, que favoreçam a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, em especial dos idosos e dependentes, que reforcem a mobilidade e reconversão da população desempregada de longa duração e dos jovens à procura do 1º emprego, e que desenvolvam as capacidades e potencialidades da comunidade e suas organizações.

3.3.1. Inclusão social e combate à pobreza – política comunitária e regional

A política de coesão para 2014-2020 estrutura a problemática da inclusão social e territorial em duas Agendas distintas. A “*Agenda para novas qualificações e novos empregos*” e a Agenda do combate à pobreza através da “*Plataforma Europeia contra a pobreza*”.

Em consonância com estas duas Agendas a Comissão Europeia estabilizou quatro linhas de orientação que procuram tornar mais eficazes os instrumentos postos ao dispor destes objectivos.

Por um lado privilegia uma abordagem multifundos FEEI (FC, FEDER, FSE, FEADER e FEAMP) ao nível dos vários Programas Operacionais a criar ou mesmo dotando um ou mais PO de dotações plurifundos. 20% da dotação prevista FSE será exclusivamente dedicada a promoção da inclusão social e erradicação da pobreza, estando a componente FSE concentrada em apenas quatro das dezoito prioridades de investimento previstas.

Por último e tal como para outras prioridades de investimento estão previstas estratégias de desenvolvimento local e mesmo investimentos territoriais integrados que permitem um leque mais alargado de parcerias, planos e delegações de competências.

A situação de crise económica e financeira que atravessamos aliada ao grau de envelhecimento da população e ainda à dispersão do povoamento sobretudo em áreas rurais faz do tema “Acção Social” um desafio premente e com grande potencial inovador.

Os dados disponíveis para a Região Norte transmitem um retrato muito negativo pelo lado dos factores que potenciam os fenómenos de pobreza e exclusão social:

- Se em 2001 a taxa de desemprego era de 3,7% actualmente cifra-se nos 17,2% (superior à do País, 16,4%);
- Elevada taxa de DLD (ex: 2.º trimestre de 2013 65,4% de DLD há mais de 1 ano e 44,3% há mais de dois anos);
- Elevada taxa de desemprego jovem (32,1%);
- Registo elevado de beneficiários do RSI na Região: 168.824 (40,1% do total nacional) em 2012;

Caixa nº 20 – CCDR-N Orientações específicas do diagnóstico prospectivo regional

3.3.2. O EDV Social

No que diz respeito ao envelhecimento e grau de dependência da população, os dados do EDV implicam uma intervenção activa mas são sempre mais favoráveis do que os indicadores regionais ou nacionais.



Índice de envelhecimento - Anos 2001 e 2011

Território	Índice de envelhecimento	
	2001	2012
Portugal	102,2	127,8
Continente	104,5	130,6
Norte	79,8	113,3
Entre Douro e Vouga	70,9	109,4
Arouca	89,2	116,2
Oliveira de Azeméis	76,5	124,4
Santa Maria da Feira	60,1	93,6
São João da Madeira	69,9	114,4
Vale de Cambra	102,7	166,6

Fontes: INE – Censos da População 2011 e Anuários Estatísticos da Região Norte 2011



Índice de Dependência de Idosos – Anos 2001 e 2012

Território	Índice de dependência de Idosos	
	2001	2012
Portugal	24,4	29,1
Continente	24,6	29,6
Norte	20,5	25,3
Entre Douro e Vouga	18,3	23,9
Arouca	24,7	26,8
Oliveira de Azeméis	19,1	25,7
Santa Maria da Feira	15,8	21,5
São João da Madeira	17,8	23
Vale de Cambra	24,2	31,8

Fontes: INE – Censos da População 2011 e Anuários Estatísticos da Região Norte 2011



Nº de desempregados inscritos há mais de 1 ano

Território	Nº de Desempregados inscritos há 1 ano e +
Continente	298 721
Entre Douro e Vouga	7 380
Arouca	408
Oliveira de Azeméis	1 379
Santa Maria da Feira	4 649
S. João da Madeira	586
Vale de Cambra	358

Fonte: SIE – IEFP – Maio 2013

Figuras nºs 24 ,25 e 26 – Índice de envelhecimento EDV; Índice de dependência de idosos EDV;
Nº de desempregados inscritos há mais de um ano

Protecção social, 2011

NUTS e Concelhos	Total de pensionistas		Valor médio anual das pensões	Total de beneficiários de subsídios de desemprego		Valor médio anual do subsídio de desemprego	Total de beneficiários do rendimento social de inserção	
	Nº de indivíduos	% face à População Residente	Euros	Nº de indivíduos	% face à População Residente	Euros	Nº de indivíduos	% face à População Residente
Portugal	2 979 787	28,3	4 742	553 212	5,2	3 453	448 290	4,3
Região Norte	989 853	26,8	4 447	214 176	5,8	3 407	190 797	5,2
Entre Douro e Vouga	76 322	27,7	4 386	14 286	5,2	3 253	6 333	2,3
Arouca	7 106	32,0	3 701	559	2,5	2 951	635	2,9
Oliveira de Azeméis	19 933	29,1	4 537	2 885	4,2	3 115	1 104	1,6
Santa Maria da Feira	35 724	25,5	4 346	8 907	6,4	3 329	3 734	2,7
São João da Madeira	6 211	28,6	4 949	1 179	5,4	3 271	540	2,5
Vale de Cambra	7 348	32,3	4 357	756	3,3	3 084	320	1,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto de Informática, I.P.

Nota: A informação referente aos pensionistas e ao valor médio das pensões refere-se ao total dos vários tipos de pensões.



Índice de dependência de jovens – Anos 2001 e 2012

Território	Índice de dependência de jovens	
	2001	2012
Portugal	24,1	22,5
Continente	23,7	22,4
Norte	25,9	21,7
Entre Douro e Vouga	25,8	20,9
Arouca	27,9	22,4
Oliveira de Azeméis	25,1	19,4
Santa Maria da Feira	26,4	21,8
São João da Madeira	25	20,5
Vale de Cambra	23,6	18,4

Fontes: INE – Censos da População 2011 e Anuários Estatísticos da Região Norte 2011



Índice de Dependência Total – Anos 2001 e 2011

Território	Índice de dependência total	
	2001	2011
Portugal	48,5	51,7
Continente	48,4	52
Norte	46,4	46,9
Entre Douro e Vouga	44,1	44,8
Arouca	52,6	49,2
Oliveira de Azeméis	44,1	45
Santa Maria da Feira	42,2	43,3
São João da Madeira	42,8	43,5
Vale de Cambra	47,8	50,3

Fontes: INE – Censos da População 2011 e Anuários Estatísticos da Região Norte 2011



DESEMPREGO



Taxa de Desemprego EDV e nº total de desempregados por sexo (Maio 2013)

Território	Taxa de Desemprego	Homens	Mulheres	Total Desempregados
Continente	13,2%	329 137	337 308	666 445
Entre Douro e Vouga	11,5%	7 146	8 462	15 608
Arouca	9,7%	445	519	964
Oliveira de Azeméis	9%	1 391	1 733	3 124
Santa Mª Feira	13,2%	4 368	4 949	9 317
S. João da Madeira	12,5%	612	783	1 395
Vale de Cambra	7,7%	330	478	808

Fonte: SIE – IEFP – Maio 2013

*Figuras nºs 26, 27, 28, 29 e 30 – Protecção social; Índice de dependência de jovens;
Índice de dependência total; Taxa de desemprego EDV*

A proposta de política regional passa pelas seguintes linhas orientadoras :

A resolução destes fenómenos de pobreza persistente e de exclusão social envolve um conjunto de políticas e de programas que incluem o emprego, a ação social, a educação, a saúde, a economia, a habitação, a luta contra dependências e o urbanismo. Ora, perante esta pluralidade de dimensões, e em complementaridade com as políticas nacionais, a intervenção na área social só será eficaz e eficiente mediante uma linha de **intervenção territorializada**, de forma a assegurar a integração e a articulação das políticas referidas, devidamente adaptadas ao diagnóstico social de um determinado território, que inclua (i) problemas e eixos de intervenção prioritários, (ii) medidas e instrumentos locais e/ou regionais e (iii) critérios de boa governação. Neste contexto, é de toda a relevância o desenho e a implementação de programas integrados, no domínio das políticas sociais e das políticas de cidade, que promovam a articulação de políticas setoriais, com componentes infraestruturais e de equipamentos, de integração social, de formação de adultos, de promoção da iniciativa económica, etc.

Caixa nº 21 – Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte – 2014 - 2020

3.3.3. O EDV Social +

Com uma já significativa experiência no desenvolvimento dos pelouros de Acção Social quer em termos concelhios quer em termos supra municipais, sendo que mesmo em termos concelhios todas as acções, do diagnóstico aos projectos, contam com a presença e colaboração activa da maioria dos segmentos relevantes da cadeia institucional do sector, o EDV promoveu ainda durante este ano uma Retrato Social do subterritório e encontra-se em plena fase de reflexão conjunta para, numa perspectiva inovadora, poder fazer crescer em número e em qualidade os programas de intervenção.

São necessidades identificadas o alargamento dos equipamentos de alojamento temporário designadamente de jovens, um incremento da rede de mobilidade e transporte específicos para as populações mais envelhecidas e mais distantes dos centros urbanos em termos sobretudo de acesso a cuidados de saúde, a disponibilização de centros de recursos para tornar mais eficaz e mais rápida a intervenção de equipas técnicas especializadas, o aumento e nalguns casos mesmo criação de resposta pública ao nível da saúde mental e psiquiátrica, a aproximação às populações mais distantes e com menor grau de mobilidade dos serviços on-line dos municípios, a valorização e estruturação das acções de voluntariado.

Por outro lado, numa perspectiva não assistencialista é necessário reforçar e aumentar os programas de apoio ao desenvolvimento activo, que passam pela prática desportiva ajustada aos respectivos grupos etários, pela estímulo à criatividade, pelo contacto com as novas tecnologias, pelo reforço da cidadania, pela recuperação e valorização da memória sobretudo em contexto intergeracional e pelo permanente combate à solidão e à depreciação de auto-estima.

Em ambos os casos será recomendável o ensaio (a nível supramunicipal) de boas práticas inovadoras, ou mesmo acções piloto nos domínios da teleassistência, tele-saúde, serviços robóticos (companhias robot), prevenção de quedas, lares inteligentes, monitorização remota, combate à degenerescência cognitiva, plataformas sociais.

O caso especial da Educação/Formação

O contexto de crise económica, o fenómeno do desemprego de longa duração que dificulta a reentrada no mercado de trabalho, e a evolução da demografia faz com que haja cada vez mais recursos humanos disponíveis e mais seniores a necessitar de serviços especializados.

O potencial de reconversão da nossa actual bolsa de desempregados e o potencial de emprego que este nicho de mercado apresenta, obriga ao investimento na formação/reconversão de activos (incluindo as acções de aprendizagem em países onde esta questão já é tratada há mais tempo) e à eventual actualização dos planos curriculares existentes nesta área.

O quadro financeiro de apoio 2014-2020 é uma oportunidade robusta para o desenvolvimento palpável das práticas de acção social no País na Região e no EDV em particular.

3.3.4. Acções Recomendadas

Organização de um programa integrado de incentivos de suporte ao Eixo Temático “**Coesão**” estruturado em 2 Programas de Acção :

- **EDV Solidário** – nas vertentes de acolhimento, e assistência activa às populações mais envelhecidas ou dependentes e da requalificação das redes de equipamentos colectivos de proximidade de saúde e apoio social
- **EDV Social +** – nas vertentes de regeneração de comunidades desfavorecidas, de apoio/monitorização à distância sobretudo desenvolvidas a partir de TICE.

3.3.5. Instrumentos de Política

Tipos de Instrumento de Política	Objectivos Especificos	Objectivo Temático	Programa de Acção	
			EDV Solidário	EDV Social+
Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC)	Dinamizar a criação de estratégias locais de desenvolvimento socio-económico de base local lideradas pelas respectivas comunidades	7	+	
Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Qualificar as redes regionais de equipamentos colectivos de proximidade nas áreas da saúde e do apoio social	7	+	
Inclusão activa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação activa e a melhoria da empregabilidade	Promover estratégias locais de inclusão activa de carácter inovador e/ou experimental	7		+
A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Promover operações de regeneração física, económica e social em zonas de intervenção prioritária	7		+
Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos sectoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	Reforçar a capacidade de actores e redes para a promoção de acções de desenvolvimento territorial	9		+

IV. Plano de Acção

A Estratégia EDV 2020 – Vocação para Crescer, deverá corporizar-se num Plano de Acção que garanta a implementação das acções recomendadas e possa funcionar como um tableau de bord que permita a respectiva monitorização e acompanhamento.

4.1. Plano de Acção EDV 2020: Estrutura

O Plano de Acção para o EDV 2020 é constituído por três Eixos Temáticos, e sete Programas de Acção, que por sua vez apresentam objectivos específicos e tipologias de investimento.

O quadro abaixo sintetiza a abordagem ensaiada:

Eixo Temático	Programa de Acção	Objectivos Específicos	Tipologias
Crescimento Inteligente	EDV - Produto e Mercado	Apoiar a Inovação e Desenvolvimento de base empresarial Apoiar a qualificação das Pequenas e Médias Empresas Apoiar a internacionalização e a base exportadora das empresas nacionais	Projectos de ID empresarial Criação e dinamização de núcleos de ID nas empresas Actividades de demonstração do potencial económico dos resultados da IDT Projectos de natureza empresarial de PME de natureza inovadora Participação das empresas em programas de IDT Europeus Projectos de Qualificação das Estratégias das PME Projectos de reforço das capacidades de organização e gestão das PME Coordenação e gestão de parcerias, redes de colaboração e clusters

			<p>Apoio a acções colectivas de assistência empresarial, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME</p> <p>Desenvolver acções de formação / coaching de capacitação dos gestores para a inovação e a gestão empresarial</p> <p>Participação de activos de empresas em acções de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a projectos de investimento</p> <p>Procura de serviços tecnológicos por parte das PME</p> <p>Capacitar e apoiar o patenteamento e licenciamento da propriedade industrial pelas entidades do SCTN</p> <p>Acções colectivas de conhecimento e prospecção com vista ao conhecimento dos mercados externos</p> <p>Acções colectivas de promoção e marketing internacional</p>
	EDV Factores de Produção	<p>Favorecer o acesso a modelos de financiamento que possam robustecer a estrutura financeira das empresas</p> <p>Melhorar/adequar a formação da bolsa de emprego</p> <p>Favorecer as condições para um mais produtivo estabelecimento dos layouts industriais</p>	<p>Instrumentos de financiamento da gestão de tesouraria e investimentos de médio e longo prazo das PME</p> <p>Financiamento da inovação e projectos em domínios de risco numa perspectiva integrada (capital e dívida)</p> <p>Consolidação e reforço dos mecanismos de garantia mútua e alargamento do espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias</p>
	EDV Externalidades	<p>Definir a hierarquia e o modelo de gestão dos espaços de acolhimento empresarial à escala sub-regional</p> <p>Promover a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico</p> <p>Promover a conectividade digital de base empresarial melhorando o acesso aos mercados e aos intermediários globais</p> <p>Dinamizar e consolidar as actividades</p>	<p>Ampliar a oferta de espaços de acolhimento empresarial, melhorar o nível da infra-estruturação dos espaços já existentes e promover um modelo supraconcelhio de gestão condominial</p> <p>Programas de apoio à investigação em áreas de interesse estratégico</p> <p>Mobilidade de doutorados e sua integração em empresas e entidades do SCTN</p> <p>Reorganização de infraestruturas de I&D&I</p> <p>Promoção de centros de competência de interesses estratégicos</p> <p>Actividades de disseminação de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos</p>

		<p>de desenvolvimento e de suporte ao empreendedorismo</p> <p>Promover a conectividade digital entre a Administração Pública e os seus utentes (pessoas singulares ou colectivas)</p> <p>Promover a modernização dos equipamentos e serviços públicos administrativos</p>	<p>projectos I&D</p> <p>Projectos semente de valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Projectos de empreendedorismo qualificado e criativo</p> <p>Iniciativas de estímulo e capacitação para o empreendedorismo qualificado e criativo</p> <p>Capacitação, dinamização e consolidação das infraestruturas de incubação</p> <p>Promoção de uma administração e serviços públicos em rede, incluindo a cooperação e articulação entre serviços em matéria de redes e serviços TIC</p> <p>Formação dos trabalhadores em funções públicas associados a projectos de modernização administrativa</p> <p>Fomento do uso dos serviços públicos em rede</p> <p>Capacitação institucional dos serviços públicos (e.g. simplificação de processos e serviços partilhados, reforço da capacidade técnica e de gestão, processos de requalificação da administração pública)</p> <p>Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento (e.g. apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento do plano de acção territorial e sectorial; iniciativas piloto de modernização e de boas práticas de redes de actores institucionais; monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas)</p>
--	--	---	--

Crescimento Sustentável	EDV Experiência	<p>Promover a excelência do património cultural e natural</p> <p>Acesso à educação</p>	<p>Modernização da rede museológica</p> <p>Valorização e / ou musealização de elementos patrimoniais</p> <p>Lançamento de projectos demonstrativos de valorização e interpretação ambiental</p> <p>Valorização e expansão de roteiros de turismo industrial</p> <p>Valorização dos programas de atracção turística assentes na programação cultural e criativa</p> <p>Valorização e animação turístico-cultural dos equipamentos vocacionados para o turismo de saúde</p> <p>Valorização dos recursos de suporte ao desenvolvimento do turismo de natureza e/ou desportivo</p> <p>Expansão das unidades de alojamento turístico através da refuncionalização de património municipal</p> <p>Organização de circuitos BTT ciclovias ou trilhos especialmente para fins de usufruto turístico</p> <p>Remodelação do parque escolar (pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo)</p> <p>Programas de combate a saídas precoces do sistema educativo e ao insucesso escolar</p>
-------------------------	-----------------	--	---

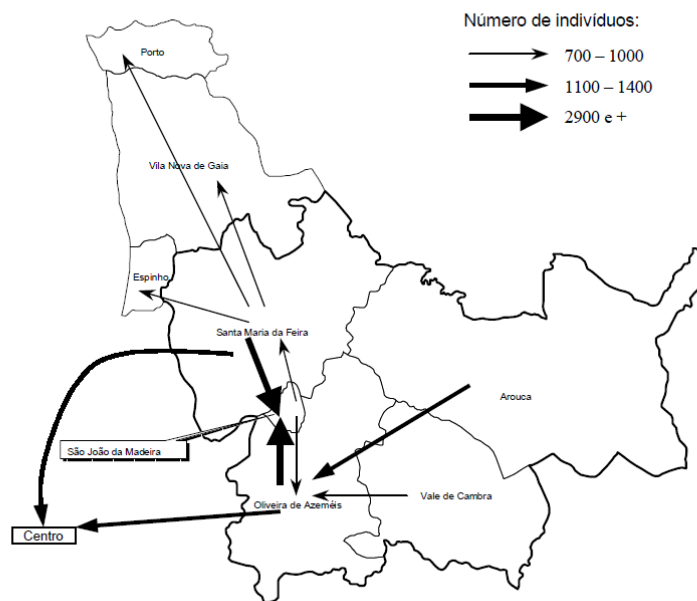
	EDV Ligações	<p>Melhoria na mobilidade de bens e serviços</p> <p>Fecho ou melhoria de ligações intraconcelhias</p> <p>Interfaces de coordenação de transportes públicos</p>	<p>Acessos a zonas ou aglomerados industriais</p> <p>Fecho de redes ou melhoria de acessos intraconcelhios (e.g. correcção de pontos negros, sinalização)</p> <p>Construção/requalificação de centros coordenadores de transportes</p>
	EDV Qualidade de Vida	<p>Regeneração urbana, ambiental, energética, intermodal, social cultural, económica e digital de zonas urbanas centrais</p> <p>Regeneração urbana, ambiental, energética, intermodal, social, cultural, económica e digital de zonas urbanas associadas a um elemento natural relevante (e.g. zonas ribeirinhas)</p> <p>Regeneração urbana, ambiental, energética, intermodal, social, cultural, económica e digital de zonas de ligação ou periféricas a zonas requalificadas</p> <p>Regeneração física, patrimonial, cultural, simbólica e intergeracional de espaços de baixa densidade</p>	<p>AIDUS Centro +</p> <p>AIDUS Parque +</p> <p>AIDUS Equilíbrio Interzonal</p> <p>DLBC Aldeias com Vida</p>

<p>Crescimento Inclusivo</p>	<p>EDV Solidário EDV Social +</p>	<p>Promoção de respostas sociais adequadas e suficientes</p> <p>Desenvolvimento de respostas sociais inovadoras e promoção da empregabilidade e reconversão profissional</p>	<p>Equipamentos para actividades ocupacionais de portadores de doença mental ou deficiência</p> <p>Equipamentos para alojamento temporário ou permanente de pessoas portadoras de incapacidade</p> <p>Estruturas residenciais para idosos</p> <p>Centros de convívio intergeracionais e respectivos programas de animação</p> <p>Centros de apoio à vítima</p> <p>Centros de alojamento temporário</p> <p>Programas de promoção da qualidade habitacional</p> <p>Serviços de proximidade a pessoas idosas dependentes ou e/ou isoladas (teleassistência, reparações domésticas, apoio domiciliário noturno)</p> <p>Programa “Saúde para Todos” – cuidados integrados, parentalidade e literacia na saúde</p> <p>Agenda para a Empregabilidade no EDV (intermediação territorial qualificante que garanta a convergência da oferta e procura formativa)</p> <p>Centro de Recursos Partilhados à escala supramunicipal</p> <p>Redes de Intervenção para a Coesão Social</p> <p>Plataformas Colaborativas</p> <p>Capacitação Institucional dos Agentes Sociais Locais</p>
------------------------------	---------------------------------------	--	--

V. Modelo de governação

Entre Douro e Vouga:

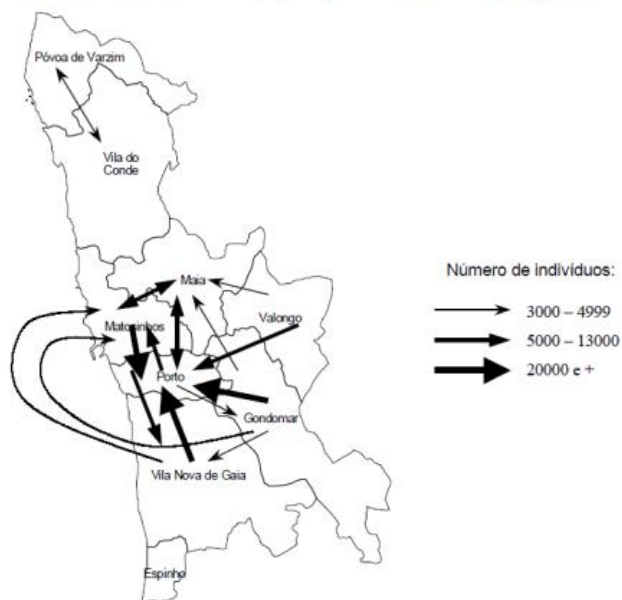
Principais fluxos casa – trabalho interconcelhios da população residente empregada:



—fig 1—

Área Metropolitana do Porto

Principais fluxos casa – trabalho interconcelhios da população residente empregada



—fig 2—

A figura acima evidencia de forma sintética o forte grau de movimentação inter-concelhia que caracteriza o EDV e a segregação de fluxos casa trabalho entre o Norte e o Sul da Área Metropolitana do Porto.

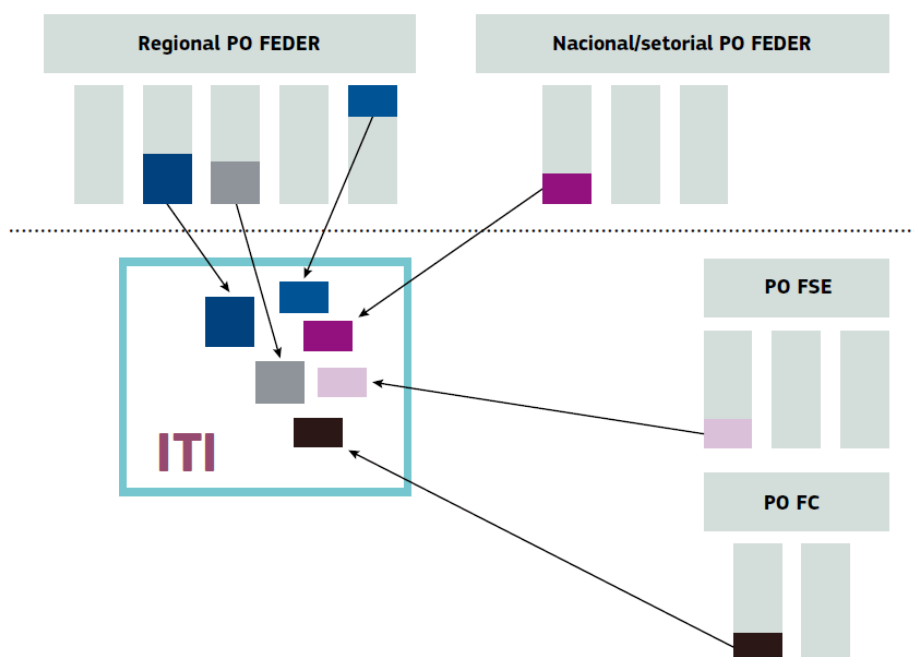
Esta realidade, que o PROT não desmente, remete-nos para um território com níveis de povoamento e actividade económica que obrigam ao desenho de uma estratégia de base territorial ancorada num modelo de governação e de monitorização de proximidade.

Por outro lado a coesão política e técnica de nível supramunicipal com provas dadas na gestão de fundos comunitários de base territorial – como o foi a Acção Integrada de Base Territorial do Entre Douro e Vouga para o período 2000-2006 – aconselham o reforço desta visão para o modelo de governação no contexto do próximo período de programação.

Assim, e uma vez que o Governo Português decidiu aplicar a metodologia “ITI” à escala de cada NUTS III e Áreas Metropolitanas, o EDV deverá, a partir do seu Plano de Acção poder operacionalizar uma gestão responsabilizante e próxima a partir de três vectores de actuação :

1. Garantir que as opções assumidas no presente documento são absorvidas pelo documento que está a ser produzido à escala da AMP;
2. Estudar a viabilidade de uma sub-delegação de competências por parte da AMP nas áreas que vierem a ser contratualizadas ;
3. Constituir uma Comissão de Acompanhamento que à escala do EDV monitorize o progresso a execução do caminho traçado independentemente da fonte de financiamento;

Ilustração da construção de um ITI



Os Estados Membros devem indicar nos seus Contratos de Parceria os acordos para a utilização de ITI.

Figura nº 28 – Iniciativa Territorial Integrada

A Associação de Municípios das Terras de Santa Maria deverá desempenhar um papel fundamental na facilitação dos mecanismos de implementação das acções a co-financiar e, sobretudo, na promoção do acompanhamento estratégico e operacional do Plano de Acção na versão final que vier a ser estabilizada.

O papel central desta estrutura (e da respectiva equipa técnica) em estreita parceria em particular com as Câmaras Municipais, deverá funcionar como balcão único para a entrada de candidaturas (nas áreas que vierem a ser contratualizadas) e ainda como estrutura de acompanhamento, concertação e monitorização da metodologia “ITI” , mobilizando os empresários, a Universidade e demais elementos do SCTN, as Associações privadas, o sistema de ensino e formação, a plataforma supraconcelhia de acção social ou os serviços desconcentrados da administração do Estado.

Não obsta, naturalmente, que em determinadas áreas específicas de investimento se consolidem subprogramas ou projectos de natureza metropolitana, casos esses em que o respectivo investimento será gerido através da AMP.

Os textos programáticos insistem no princípio da subsidiariedade também ao nível da gestão e esta será a única forma de a garantir instaurando um modelo que permite a implementação de uma estratégia sobre um território com prioridades, execução e monitorização validada pelos seus mais legítimos representantes.

Coordenação técnica: Cristina Azevedo
Edição gráfica: Cultureprint, CRL